



ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH



The title 'CONJUNTURA AUSTRAL' is centered and features a decorative graphic behind it. This graphic consists of several overlapping, wavy lines in shades of purple, blue, green, and yellow. To the right of the title, there are several small, stylized star or asterisk symbols of varying sizes.

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

ISSN 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

Foco e Escopo

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* recebe contribuições em fluxo contínuo, na forma de Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, escritos em português, inglês ou espanhol. Ela publica trimestralmente produções originais cuja temática se situe na grande área das Relações Internacionais, com ênfase em temas pertinentes aos países do Sul Global, tendo como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas das Relações Internacionais, especialmente as agendas de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

Nesse sentido, submissões que não sejam centradas em fenômenos internacionais ou transfronteiriços, definidos como pertencentes à agenda de estudos internacionais, são consideradas como fora do escopo da publicação.

Objetivo

O objetivo principal da *Conjuntura Austral* é publicar as mais recentes, inovadoras e relevantes contribuições no campo das Relações Internacionais, tendo como público alvo pesquisadores, especialistas, pós-graduandos e graduandos da área de Relações Internacionais. A *Conjuntura Austral* mantém um padrão de alta qualidade e os critérios primordiais para avaliar contribuições são a relevância e a qualidade científica dos trabalhos.

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* ressalta que as opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus(suas) respectivos(as) autores(as).

Nossa História

A *Conjuntura Austral* foi criada em 2010, fruto de um ambicioso projeto de divulgar o conhecimento científico produzido pelo e sobre os países em desenvolvimento, que refletia não apenas a consolidação e a força da área de Relações Internacionais, mas também a realidade de transformação vivenciada pelas relações internacionais no período.

Ao completar cinco anos, a Revista passou por uma renovação, adotando uma nova identidade visual e um novo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando sua vocação para a divulgação de pesquisas sobre Ásia, África e América Latina – sem, contudo, afastar-se do diálogo com o Norte, pois é impossível pensar o Sul Global sem pensar o próprio Global. O símbolo do Cruzeiro do Sul, assim, permaneceu como sua marca referência, significativa para os navegadores austrais desde a época dos descobrimentos da era moderna.

Ao longo de seus dez anos de existência, a *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicou mais de 320 artigos de cerca de 370 autores diferentes, contando para isso com a colaboração voluntária de mais de 450 pareceristas. Nesse período, a revista foi acessada por mais de 100.000 pessoas diferentes, em mais de 130 países.

Focus and Scope

Conjuntura Austral: Journal of the Global South receives contributions in a continuous flow, in the form of Scenario Analysis pieces, Research Articles, and Book Reviews, written in Portuguese, English or Spanish. It issues original scientific works whose theme falls within the broad area of International Relations, with an emphasis on topics relevant to the countries of the Global South. With Africa, Asia, and Latin America as the geographical area of coverage, its main focus is on the major themes of international relations, especially issues of security, diplomacy, and development.

Contributions that are not centered on international or cross-border phenomena, defined as belonging to the international studies agenda, are considered outside the scope of the publication.

Objective

The main objective of *Conjuntura Austral* is to publish the most recent, innovative, and relevant contributions in the field of International Relations. Its target audience is composed of researchers, specialists, graduate students, and undergraduate students in the field of International Relations. *Conjuntura Austral* maintains a high-quality standard whereby the relevance and scientific quality of the submissions are the primary criteria for evaluating contributions.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South emphasizes that the opinions expressed in the articles are the sole responsibility of their respective authors.

Our History

Conjuntura Austral was created in 2010, as the result of an ambitious project to disseminate scientific knowledge produced by and about developing countries. It reflected not only the consolidation and strength of the International Relations area but also the reality of transformation experienced by international relations during this period.

On its fifth birthday, the Journal underwent a renovation, adopting a new visual identity and a new subtitle, *Journal of the Global South*. The Journal, therefore, reaffirmed its vocation for the dissemination of research on Asia, Africa, and Latin America – without, however, abandoning the dialogue with the North, since it is impossible to think of the Global South without thinking of the Global North. The Southern Cross constellation thus remained our reference symbol, extremely relevant to the southern sailors since the time of the discoveries in the modern era.

Throughout this decade, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* has published more than 320 articles by around 370 authors, with the voluntary collaboration of more than 450 reviewers. During this period, the journal articles were read by more than 100,000 different people, in more than 130 countries.

Enfoque y alcance

Conjuntura Austral: Journal of the Global South recibe contribuciones en un flujo continuo, en forma de Análisis de Coyuntura, Artículos de Investigación y Reseñas Bibliográficas, escritos en portugués, inglés o español. Publica producciones originales cuya temática se encuentre dentro del campo amplio de las Relaciones Internacionales, con énfasis en temas relevantes para los países del Sur Global, teniendo como área geográfica de cobertura a África, Asia y América Latina, en la perspectiva de los principales temas de las relaciones internacionales, especialmente las agendas de seguridad, diplomacia y desarrollo.

En este sentido, los artículos remitidos que no se centren en fenómenos internacionales o transfronterizos, definidos estos como parte de la agenda de los estudios internacionales, se consideran fuera del alcance de la publicación.

Objetivo

El objetivo principal de *Conjuntura Austral* es publicar las contribuciones más recientes, innovadoras y relevantes en el campo de las Relaciones Internacionales, teniendo como público objetivo a investigadores(as), especialistas y estudiantes de posgrado en el área de las Relaciones Internacionales. *Conjuntura Austral* mantiene un alto estándar de calidad, siendo la relevancia y la calidad científica de los artículos los criterios principales para evaluar las contribuciones.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South enfatiza que las opiniones expresadas en los artículos son responsabilidad de sus respectivos(as) autores(as).

Nuestra Historia

Conjuntura Austral se creó en 2010, el resultado de un ambicioso proyecto para divulgar el conocimiento científico producido por y sobre los países en desarrollo, reflejando no solo la consolidación y la fuerza del campo de las Relaciones Internacionales, sino la realidad de la transformación experimentada por las relaciones internacionales en aquel período.

Tras cinco años de existencia, la Revista pasó por un proceso de renovación, adoptando una nueva identidad visual y un nuevo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando su vocación por la divulgación de investigaciones sobre Asia, África y América Latina – sin dejar, no obstante, de dialogar con el Norte, dado que es imposible pensar el Sur Global sin pensar en el Global mismo. El símbolo de la Cruz del Sur, por lo tanto, se ha mantenido como su marca de referencia, importante para los navegantes del sur desde la época de los descubrimientos de la era moderna.

A lo largo de sus diez años de existencia, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicó más de 320 artículos de unos 370 autores(as) diferentes y contó con la colaboración voluntaria de más de 450 revisores. Durante este período, la revista fue leída por más de 100.000 personas diferentes, en más de 130 países.

Equipe Editorial

Editor-chefe

André Luiz Reis da Silva *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editor Adjunto

Guilherme Ziebell de Oliveira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores Assistentes

Mateus Webber Matos *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vinícius Henrique Mallmann *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores de Revisão

José Oviedo Pérez *Ohio State University, Estados Unidos da América*

Raquel de Holleben, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Yuri Bravo Coutinho, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Assistentes Editoriais

Beatriz de Castro Ferreira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Thaís Elizabeth Müller *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Comitê Editorial

André Moreira Cunha *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Camilo Lopez Burian *Universidad de la República, Uruguai*

Chris Landsberg *University of Johannesburg, África do Sul*

Eduardo Ernesto Filippi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jing Cheng *Hubei University, China*

Paulo Wache *Universidade Joaquim Chissano, Moçambique*

Veronica Korber Gonçalves *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Contato:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Ciências Econômicas

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil

Tel: +55 51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963

Email: conjunturaaustral@ufrgs.br

Conselho Editorial

Aaron Schneider *Denver University, Estados Unidos da América*

Alejandro Simonoff *Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Alfredo Dombe *Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura, Moçambique*

Amado Luiz Cervo *Universidade de Brasília, Brasil*

Ana Flávia Barros Platiau *Universidade de Brasília, Brasil*

Anabela Busso *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Anselmo Otávio *Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Carlos Arturi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Danny Zahreddine *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil*

Deisy Ventura *Universidade de São Paulo, Brasil*

Deltlef Nolte *GIGA Hamburg, Alemanha*

Elodie Brum *Colégio de México, México*

Fabian Scholze Domingues *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Fabício Chagas Bastos *University of Melbourne, Austrália*

Germán Soprano *CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Gilberto Aranda Bustamante *Universidad de Chile, Chile*

Gladys Lechini *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Guilherme Casarões *Fundação Getúlio Vargas, Brasil*

Joseph Marques Webster *University Geneva, Suíça*

Lilia Ilikova *Kazan Federal University of Russia, Russia*

Marco Cepik *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marcos Costa Lima *Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Mohammad Jahirul Hoque *Shahjalal University of Science and Technology, Bangladesh*

Naif Bezwan *Mardin Artuklu University, Turquia*

Samuel Pinheiro Guimarães *Ministério das Relações Exteriores, Brasil*

Samuel Soares *Universidade Estadual Paulista, Brasil*

Sean W. Burges *Australian National Centre for Latin American Studies, Austrália*

Shiguenoli Miyamoto *Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Vijay Prashad *Tricontinental: Institute for Social Research, Índia*

Yetzy Urimar Villarroel *Universidad Simón Bolívar, Venezuela*

Zaad Mahmood *Presidency University Kolkata, Índia*

Apoio:



Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços:

Bases de dados:

- EBSCO Host
- Bibliografía Latinoamericana (BIBLAT)
- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)
- Sumários de Revistas Brasileiras
- EuroPub
- Scilit
- PKP Index
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Open Academic Journals Index (OAJI)
- Sistema de Información Científica Redalyc
- Maktaba | Department of Culture & Tourism

Diretórios/Repositórios:

- Google Scholar
- Directory of Open Access Journals (DOAJ)
- Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD)
- Latindex
- Ulrichs Web
- Journal Table of Contents
- Bielefeld Academic Search Engine (BASE)
- IFindr
- Timbó FOCO
- Land Portal
- Sherpa/Romeo
- Diadorim
- Journals for Free (J4F)
- OpenAire
- AuraAmelica
- Columbia University Libraries
- Semantic Scholar

Portais:

- GIGA Information Centre
- European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH plus)
- LatinREV
- Portal de Periódicos CAPES
- Mirabel
- SmartCat
- Revistas de livre acesso (LivRe)
- Portal de Periódicos Científico UFRGS
- Oasis/IBICT
- Core

Índices:

- Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR)
- Index Copernicus
- Advanced Sciences Index
- Clasificación Integrada de Revistas Científicas (CIRC)
- CiteFactor

Divulgadores:

- WorldCat
- Crossref

Volume. 17, Número. 77 (jan./mar. 2026)

ARTIGOS

- Chips, poder e barganha: a disputa EUA-China e a tentativa de redesenhar o regime tecnológico global (2010-2025)..... p.7
Ruan Sales de Paula Pinheiro
- Encapsulated by great powers: Alcantara Cyclone Space and Brazilian-Ukrainian cooperation in space market and technology..... p. 23
Marcelo Furtado Martins de Paula
- A mudança de curso na política climática da Índia: da postura defensiva à cooperação ativa (1972-2022)..... p. 37
Diego Araujo Azzi e Larissa Ferreira Lima
- Os estudos sobre a inserção internacional da China na Pós-Graduação Brasileira (2000-2022)..... p. 49
André Luiz Reis da Silva e Giuseppe Pitana Morrone
- A presidência brasileira no BRICS e o consenso retóricos sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas..... p. 64
Giovanna Laís Duarte Viana e Raimundo Jucier Sousa de Assis

RESENHAS

- Resenha do livro “Conexiones sur-sur: las políticas exteriores de América Latina y el Caribe hacia África”..... p. 78
Juliana Ribeiro Lobato
- Uma leitura plural do internacional: notas sobre a obra Figurações da Realidade Mundial..... p. 82
Tadeu Morato Maciel
- Normas de Submissão/Submission Standards p. 86**

Chips, poder e barganha: a disputa EUA-China e a tentativa de redesenhar o regime tecnológico global (2010-2025)

Chips, power, and bargaining: the U.S.–China dispute and the attempt to redesign the global technology regime (2010-2025)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.148413>

Ruan Sales de Paula Pinheiro
Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil
ruan.sales@unesp.br  

Resumo

Este artigo analisa a escalada da competição sino-estadunidense em comércio e tecnologia entre 2010 e 2025 à luz do modelo de “estrutura de poder por área temática” de Keohane e Nye. Argumenta-se que, ao detectar uma incongruência crescente entre sua posição estrutural e os benefícios do regime multilateral vigente, os Estados Unidos recorrem a instrumentos coercitivos seletivos – tarifas da Seção 301, inclusão de empresas na *Entity List* e, depois, o *CHIPS and Science Act* com controles extraterritoriais – para precipitar mudança abrupta nas normas de semicondutores e cadeias de suprimento digitais. A pesquisa emprega rastreamento de processo (*process tracing*) qualitativo, combinando documentos oficiais, estatísticas de comércio e literatura especializada. Conclui-se que a ofensiva estadunidense comprou tempo, mas não restaurou hegemonia: gerou substituição tecnológica parcial na China, maior incerteza na Organização Mundial do Comércio (OMC) e fragmentação normativa. Para o Sul Global, o cenário híbrido cria riscos, como alinhamento regulatório compulsório, e oportunidades, como a atração de investimento em encapsulamento de chips, valorização de minerais críticos e acesso a financiamento alternativo via *Belt and Road Initiative*. A capacidade desses países de transformar sensibilidade em poder de barganha tende a condicionar a magnitude de seus resultados.

Palavras-chave: China; Interdependência Complexa; Guerra Fria Tecnológica.

Abstract

This article analyzes the escalation of Sino–U.S. competition in trade and technology between 2010 and 2025 through the lens of Keohane and Nye’s “issue-area power structure” model. It argues that, upon identifying a growing incongruence between its structural position and the benefits distributed by the prevailing multilateral regime, the United States has turned to selective coercive instruments—Section 301 tariffs, the listing of firms on the Entity List, and later the CHIPS and Science Act with extraterritorial controls—to precipitate abrupt change in the rules governing semiconductors and digital supply chains. The study employs qualitative process tracing, combining official documents, trade statistics, and specialized literature. The findings suggest that the U.S. offensive bought time but did not restore hegemony: it generated partial technological substitution in China, heightened uncertainty within the World Trade Organization (WTO), and contributed to normative fragmentation. For the Global South, this hybrid environment creates risks—such as compelled regulatory alignment—as well as opportunities, including investment attraction in semiconductor packaging, the rising value of critical minerals, and access to alternative financing through the Belt and Road Initiative. These countries’ ability to translate sensitivity into bargaining power is likely to condition the magnitude of their outcomes.

Keywords: China; Complex Interdependence; Tech Cold War.

Recebido: 06 Agosto 2025
Aceito: 06 Março 2026

O autor é bolsista CAPES de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento da UNESP/Marília.

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A intensificação da rivalidade sino-estadunidense a partir de 2017 inaugurou uma fase explicitamente estratégica da competição em comércio e tecnologia, descrita como uma “guerra fria tecnológica”, com efeitos potenciais sobre cadeias de suprimento, regimes de propriedade intelectual e fluxos de investimento (Segal, 2020). Em paralelo, tarifas punitivas, controles e respostas industriais reconfiguraram a interdependência econômica, antes interpretada como amortecedora de tensões, em fonte de vulnerabilidades recíprocas, inclusive com riscos de segurança reconhecidos por análises que alertam para custos geopolíticos do desacoplamento (Wyne, 2018). Nesse ambiente, a disputa tende a se tornar mais propensa a escaladas por percepções assimétricas de declínio e ascensão, aprofundando suspeitas estruturais entre os dois polos (Roach, 2022).

Neste contexto, o presente artigo investiga como e por que os Estados Unidos, entre 2017 e 2025, passaram a redesenhar os regimes internacionais de comércio e investimento em bens de alta tecnologia – notadamente semicondutores – a fim de conter a aproximação tecnológica chinesa. Adota-se o modelo de “estrutura de poder por área temática”, de Keohane e Nye (2004), segundo o qual os recursos de poder variam entre domínios específicos e só se convertem em “poder sobre resultados” mediante processos de barganha mediados por regimes internacionais. A hipótese central sustenta que, diante da rápida convergência tecnológica da China (Petri, 2020) e da percepção estadunidense de perda de margem relativa (Blackwill; Fontaine, 2024), Washington passou a explorar assimetrias de vulnerabilidade em cadeias de valor, nas quais ainda detém superioridade, para precipitar uma ruptura normativa antes que Pequim consolide liderança regulatória.

A hipótese não pressupõe passividade chinesa. Ao contrário, a literatura indica que Pequim combina política industrial, substituição de importações estratégicas e reorganização de cadeias com respostas seletivas a medidas restritivas, buscando reduzir vulnerabilidades e ampliar alternativas ao longo do tempo, condição que altera os termos da barganha e retroage sobre a disposição estadunidense de sustentar coerção prolongada (Doshi, 2021; Miller, 2022). Assim, o objetivo analítico é captar a coevolução de instrumentos e contrainstrumentos em uma cadeia de valor crítica, e não apenas descrever decisões unilaterais. Ao articular poder temático, mudança de regime e barganha sob interdependência assimétrica no domínio dos semicondutores, o artigo busca contribuir para a discussão em Economia Política Internacional (EPI) e Relações Internacionais sobre como disputas por regras, padrões e acesso a gargalos tecnológicos reordenam expectativas, custos de ajuste e estratégias de coerção e adaptação entre grandes potências.

Adota-se aqui a matriz de Keohane e Nye, na qual o poder não é tratado como atributo único e indiferenciado, mas como capacidade de converter recursos em “poder sobre resultados” em domínios específicos, por meio de processos de barganha. Nessa formulação, assimetrias de interdependência importam porque o ator menos dependente tende a dispor de vantagem política: mudanças na relação (ou ameaças de mudança) lhe impõem custos relativamente menores, ainda que a tradução de potencial em resultados dependa de negociação e frequentemente envolva perdas na conversão (Keohane; Nye, 2004, p. 10). A revisitação da teoria reforça essa ênfase: são sobretudo as assimetrias que fornecem fontes de influência e articulam a análise da interdependência a uma lógica de barganha sob constrangimentos institucionais (Keohane; Nye, 1987, p. 728).

Para tornar a análise empiricamente rastreável, distingue-se entre sensibilidade e vulnerabilidade. Sensibilidade refere-se aos efeitos custosos dentro de um quadro de políticas dado, isto é, à rapidez e à magnitude com que mudanças externas produzem impactos antes que políticas sejam alteradas; vulnerabilidade, por sua vez, capta os custos impostos mesmo após ajustes de política, variando segundo a disponibilidade e o custo relativo de alternativas. Essa distinção permite derivar implicações observacionais diretas: (i) quando um ator é mais vulnerável, tenderá a buscar amortecimento, diversificação e substituição (reduzindo custos de ajuste); (ii) quando um ator percebe vulnerabilidade

menor, ou controla gargalos que elevam o custo de ajuste do outro, tende a acionar instrumentos capazes de impor custos e reordenar regras, precisamente porque consegue sustentar a disputa por mais tempo (Keohane; Nye, 2004, p. 10-11).

Emprega-se rastreamento de processo qualitativo no setor de semicondutores, tratado como área temática crítica por concentrar gargalos tecnológicos e por conectar, em uma mesma cadeia de valor, instrumentos estatais de coerção econômica e capacidades produtivas diferenciadas (Miller, 2022). A reconstrução acompanha sequências decisórias em que: (a) autoridades estadunidenses atualizam o diagnóstico sobre custos de ajuste e alternativas disponíveis no ecossistema de chips (sensibilidade e vulnerabilidade) (United States, 2018); (b) selecionam instrumentos para converter assimetrias em alavancagem (tarifas, listas restritivas, controles de exportação, triagem de investimento e incentivos industriais) (United States, 2022a; United States, 2022b); e (c) observam-se respostas chinesas voltadas a reduzir exposição, reordenar fornecedores, acelerar capacidades domésticas e mitigar custos de ajuste (Doshi, 2021, p. 318-320). Para aumentar a transparência e verificabilidade, o artigo inclui uma linha do tempo e uma tabela-síntese dos principais marcos, instrumentos e respostas no período analisado.

O artigo organiza-se em quatro seções e uma conclusão. A primeira reconstrói a evolução da estrutura de poder temática entre 2010 e 2016, destacando o salto chinês em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e patentes. A segunda analisa a ofensiva regulatória estadunidense de 2017 a 2025; a terceira sistematiza os resultados do rastreamento de processo (*process tracing*), explicitando o mecanismo causal e suas implicações observacionais no período 2010-2025. A quarta discute, de forma sintética, as repercussões para países do Sul Global inseridos nas mesmas cadeias de valor. Por fim, a conclusão retoma os achados e delimita os limites da estratégia de mudança de regime.

A inflexão do poder temático: da interdependência econômica à armamentização dos semicondutores (2010-2016)

A partir da década de 2010, a distribuição de recursos de poder no sistema internacional passou a oscilar rapidamente no domínio dos semicondutores, produzindo uma incongruência entre regras ainda moldadas sob liderança estadunidense e a aceleração chinesa em capacidades produtivas, inovação e escala industrial no ecossistema de chips.

A literatura de Interdependência Complexa fornece um enquadramento útil para tratar a competição contemporânea em comércio e tecnologia sem reduzir o poder a um atributo único e indiferenciado. Já na revisitação de virada do século, Robert O. Keohane e Joseph S. Nye Jr. enfatizam que a interdependência complexa não é descrição universal do sistema internacional, mas um tipo ideal historicamente situado, formulado sobretudo para caracterizar relações emergentes entre democracias pluralistas e, mesmo assim, com variação por região e por área temática (Keohane; Nye, 2000, p. 115-118). Assim, em vez de pressupor efeitos pacificadores automáticos, o modelo orienta a análise para como a política internacional é reconfigurada por interdependências assimétricas, pela multiplicidade de canais e pela disputa sobre instituições, regras e procedimentos que estruturam expectativas e escolhas.

A aplicação do modelo de Keohane e Nye (2004) à disputa contemporânea de semicondutores exige uma atualização analítica que conecte a vulnerabilidade estrutural aos mecanismos técnicos de poder na era digital. Nesse sentido, a literatura recente sobre Interdependência Armamentizada (Farrell; Newman, 2019) não se apresenta como uma ruptura, mas como um refinamento microfundacional da Interdependência Complexa. Enquanto a matriz clássica identifica a assimetria de custos de ajuste (vulnerabilidade), Farrell e Newman explicam o como: a existência de nós centrais (*hubs*) e pontos de estrangulamento (*chokepoints*) em redes globais permite que Estados com autoridade jurisdicional sobre esses pontos convertam a interdependência em instrumento de coerção seletiva. Assim, a “securitização” da interdependência ocorre precisamente onde a vulnerabilidade sistêmica de um ator encontra o controle regulatório de outro sobre um elo insubstituível da cadeia, como é o caso do software *Electronic Design Automation* (EDA) ou das máquinas de litografia avançada.

Nesse quadro, a noção de “mudança de regime” precisa ser delimitada com precisão para orientar o rastreamento empírico. Seguindo Stephen Krasner, regimes são conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios em torno dos quais convergem as expectativas dos atores; logo, mudanças apenas em regras e procedimentos configuram mudança dentro do regime, ao passo que alterações em princípios e normas caracterizam mudança de regime, e a crescente incoerência entre componentes ou entre regras e práticas pode indicar enfraquecimento do regime (Krasner, 1982, p. 186-189). Essa distinção é decisiva para avaliar quando medidas como controles de exportação, triagem de investimento e incentivos industriais permanecem como ajustes instrumentais e quando passam a operar como tentativas de reordenar parâmetros normativos de acesso, licenciamento, financiamento e mercado na cadeia de semicondutores.

Por fim, uma análise de conjuntura recente dos próprios autores de “Poder e Interdependência” reforça que padrões contemporâneos de interdependência podem ampliar alavancas de coerção quando há assimetrias e custos de ajuste desiguais, inclusive por meio de tarifas e restrições, mas também chama atenção para custos estratégicos de “atacar” a interdependência, na medida em que isso pode corroer bases mais amplas de poder no médio prazo; além disso, enfatiza que a China não é mero objeto da coerção, pois dispõe de instrumentos de retaliação seletiva e de pressão sobre vulnerabilidades do outro polo, inclusive em insumos críticos (Keohane; Nye, 2025). Esse debate situa o uso do modelo neste artigo: como ferramenta para rastrear como assimetrias, gargalos e alternativas reorganizam custos de ajuste e barganhas sob alta securitização econômica, e como isso se conecta a disputas por regras e por arranjos institucionais na cadeia de semicondutores.

Convergência tecnológica chinesa e reconfiguração de dependências (2010-2016)

Entre 2010 e 2016, a China ampliou de forma acelerada sua base doméstica de inovação, elevando o dispêndio interno em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de aproximadamente 698,0 bilhões de yuans para cerca de 1,55 trilhão de yuans, movimento coerente com a passagem do *catch-up* manufatureiro para estratégias de *upgrading* tecnológico orientadas por Estado e mercado (China, 2011; 2017). Esse adensamento de capacidades transbordou para resultados de propriedade intelectual nos anos subsequentes: em 2018, a Administração Nacional de Propriedade Intelectual da China (CNIPA) registrou concessões em escala muito superior à dos escritórios ocidentais quando somadas as modalidades de patente de invenção, modelo de utilidade e desenho industrial, com destaque para a expansão de patentes de invenção concedidas (China, 2019).

No domínio específico dos semicondutores, a convergência chinesa assumiu a forma de uma estratégia explícita de construção de capacidade em circuitos integrados, combinando diretrizes industriais e financiamento público orientado a gargalos. Ainda antes da escalada pós-2017, documentos de política e roteiros setoriais já situavam semicondutores como insumo crítico para autonomia tecnológica e competitividade, articulando metas de conteúdo doméstico e expansão de competências ao longo da cadeia (Kim; Verwey, 2019). Em paralelo, a própria arquitetura de financiamento estatal para o setor foi estruturada para acelerar a inovação e reduzir dependências: o Fundo Nacional de Investimento da Indústria de Circuitos Integrados, criado em 2014, é frequentemente tratado como instrumento de política industrial orientado a superar “estrangulamentos” (Tong; Wan, 2023).

A dinâmica comercial do período reforça por que a cadeia de semicondutores constitui um caso privilegiado para observar sensibilidade e vulnerabilidade. Em 2016, as importações chinesas de circuitos integrados em categorias centrais alcançaram patamar muito elevado, na ordem de US\$ 226,9 bilhões apenas para circuitos integrados monolíticos, evidenciando dependência externa em insumos estratégicos (World Bank, 2016). Enquanto a sensibilidade chinesa era visível na rapidez com que oscilações de preço de chips afetavam sua balança comercial, a vulnerabilidade era profunda e estrutural, definida pela ausência de alternativas viáveis ao oligopólio de software EDA e à litografia avançada.

Essa vulnerabilidade não era genérica: ela se concentrava em segmentos de alta complexidade tecnológica e em pontos de controle externos capazes de elevar o custo de ajuste doméstico. No mesmo intervalo, a fabricação global em fabricantes terceirizadas de chips (*foundries*) exibia forte concentração, com a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC) reportando participação dominante nesse mercado em 2016 (Taiwan Semiconductor Manufacturing Company, 2016). Além disso, na camada de projeto, a automação de projeto eletrônico (EDA) operava como gargalo sensível a controles jurisdicionais: estudos sobre o “dilema do *chokepoint*” indicam a centralidade de fornecedores como Synopsys, Cadence e Mentor na oferta ao mercado chinês, elevando a exposição a coerção por restrições de licenciamento e *compliance* (Kleinhans, 2022, p. 16).

Esses elementos permitem traduzir a convergência chinesa em termos estritamente temáticos: o avanço em capacidades domésticas conviveu com uma vulnerabilidade persistente em segmentos críticos da cadeia de semicondutores, isto é, precisamente onde o custo de ajuste é alto e as alternativas são escassas no curto e médio prazo. Em termos de economia política das redes, trata-se de uma configuração típica em que *hubs* e *chokepoints* concentrados tornam a interdependência potencialmente coercitiva, ao permitir que Estados com autoridade regulatória e alianças tecnológicas acionem pontos de controle para impor custos e reordenar fluxos (Farrell; Newman, 2019).

Entre 2010 e 2016, a ascensão chinesa nas cadeias globais de valor em tecnologias da informação e comunicação (TIC) combinou escala produtiva, expansão de mercado e crescente densidade tecnológica. Na ponta visível, a China avançou em múltiplos setores de alto valor, como equipamentos de rede, drones e pagamentos digitais, reforçando a percepção de convergência tecnológica e de deslocamento gradual do centro de gravidade industrial (Petri, 2020, p. 347, 353). Esse movimento, contudo, operava sob uma arquitetura de interdependência em que a capacidade de “subir” na cadeia era condicionada por insumos críticos, padrões e controles situados fora do território chinês.

O caso dos semicondutores tornou-se o núcleo dessa tensão: ao mesmo tempo em que Pequim ampliava a coordenação estatal e o investimento para reduzir a defasagem tecnológica, permanecia dependente, como já antecipado, de gargalos concentrados em poucos atores e jurisdições, como *software* de automação de projeto eletrônico (EDA), máquinas de litografia avançada e capacidade de fabricação na fronteira tecnológica. Assim, a convergência chinesa na década de 2010 não eliminou vulnerabilidades; ela as reordenou em torno de pontos de estrangulamento altamente concentrados e politicamente acionáveis.

É nesse contexto que a política industrial chinesa passa a ser parte constitutiva do próprio mecanismo explicativo. Em meados da década, programas como o Made in China 2025 explicitaram a centralidade estratégica dos semicondutores e a ambição de reduzir, no horizonte de 2025, a dependência de chips importados, convertendo a questão tecnológica em objetivo nacional de segurança e desenvolvimento (Miller, 2022). Em vez de mero “catch-up” econômico, a convergência tecnológica chinesa (2010-2016) deve ser lida como processo simultâneo de capacitação e de exposição: quanto mais o país se aproximava da fronteira em setores específicos, mais tornava visíveis os gargalos e os instrumentos externos capazes de condicionar sua trajetória.

Primeira inflexão estadunidense: da acomodação à contenção seletiva (2010-2016)

Do lado estadunidense, a administração Obama reconheceu a inflexão estrutural introduzida pela ascensão chinesa e buscou reorientar a grande estratégia para a Ásia-Pacífico a partir de 2011, com implicações diretas para o modo como Washington passou a ler competição tecnológica e cadeias de suprimento como dimensões de poder e segurança (Blackwill; Fontaine, 2024, p. 241-242). Campbell e Ratner (2018, p. 2) argumentam que as ambições de Washington falharam em moldar a trajetória chinesa, uma vez que o engajamento diplomático e econômico não resultou na abertura política esperada. Nesse enquadramento, o “ponto de inflexão” do período 2010-2016 pode ser descrito como uma incongruência crescente entre, de um lado, a distribuição de capacidades e posições estratégicas ao longo da cadeia de

semicondutores e, de outro, expectativas e benefícios associados às regras vigentes de abertura e acesso a mercados, licenciamento e investimentos.

Essa incongruência importa porque, em regimes internacionais, disputas por revisão normativa tendem a ganhar tração quando atores dominantes percebem que a arquitetura institucional existente já não preserva, com o mesmo rendimento, a conversão de recursos em resultados. Em termos clássicos, regimes são conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios; logo, mudanças relevantes não se reduzem a eventos pontuais, mas a tentativas de alterar parâmetros que estruturam expectativas e escolhas (Krasner, 1982). É nesse ambiente que a questão dos semicondutores se torna decisiva: ao mesmo tempo em que a China ampliava capacidades e mercado, Washington preservava posições críticas em segmentos que elevam o custo de ajuste do competidor, criando condições para que instrumentos regulatórios e comerciais fossem mobilizados como alavancas de barganha em fases posteriores (Kleinhans, 2022).

Ao final de 2016, portanto, o tabuleiro do caso estava configurado para a escalada: de um lado, uma China com convergência industrial e política explícita de redução de vulnerabilidades em circuitos integrados; de outro, os Estados Unidos com vantagem relativa em pontos de controle da cadeia e com incentivos crescentes para reordenar regras, coalizões e instrumentos de acesso à tecnologia. É a partir desse ponto de inflexão, ancorado em diagnósticos sobre custos de ajuste e alternativas disponíveis, que as seções seguintes podem rastrear, por meio de rastreamento de processo qualitativo, a passagem de posições estruturais para mecanismos de coerção e resultados de barganha em semicondutores.

A reorientação estadunidense na primeira metade da década de 2010 pode ser descrita como uma transição gradual: de uma acomodação competitiva para uma contenção seletiva, ancorada na percepção de que a convergência chinesa passaria a comprometer, no médio prazo, vantagens relativas dos Estados Unidos em setores estratégicos (Blackwill; Fontaine, 2024, p. 43-45). Nesse movimento, ganha centralidade a leitura de que interdependências não são apenas custos compartilhados, mas também fontes de assimetria, coerção e barganha, conforme redes e mercados sejam organizados com centros, nós críticos e dependências concentradas (Farrell; Newman, 2019).

A consequência analítica é que a disputa deixa de ser apenas por participação em mercados e passa a ser, crescentemente, pela capacidade de condicionar os termos de acesso a tecnologias e insumos críticos. A partir de 2010-2016, essa lógica aparece tanto em iniciativas de produção de regras (*rule-making*) e reordenamento geoeconômico no Indo-Pacífico quanto em sinais iniciais de securitização de segmentos tecnológicos. Nesse ponto, a literatura sobre interdependência precisa ser lida em chave dinâmica: as mesmas conexões que sustentam ganhos de eficiência podem, sob conflito distributivo, ser reconfiguradas como instrumentos de poder.

Por fim, do ponto de vista de regimes internacionais, a inflexão estadunidense não implica simplesmente abandono do regime anterior, mas a abertura de um ciclo de contestação de regras e de exceções justificadas por segurança nacional. A disputa em torno do comércio e da tecnologia passa, então, a tensionar o regime comercial internacional, seja por redefinições do que conta como livre comércio em setores sensíveis, seja por tentativas de reorganizar a governança econômica a partir de coalizões e padrões compatíveis com objetivos estratégicos.

A ofensiva regulatória estadunidense (2017-2025)

A mudança de orientação do primeiro governo Trump transformou em estratégia declarada de contenção a incongruência estrutural descrita na seção anterior. Combinando tarifas punitivas e novos controles tecnológicos, Washington passou a explorar gargalos críticos da cadeia de semicondutores, elevando a vulnerabilidade chinesa e pressionando por uma mudança nas normas comerciais que o próprio país havia ajudado a instituir.

Tarifas, Seções 301/232 e a reinterpretação da OMC

O primeiro movimento tarifário relevante ocorreu em março de 2018, quando a Casa Branca acionou a Seção 232 para impor tarifas de 25% sobre aço e 10% sobre alumínio de várias origens, sob a justificativa de segurança nacional. Em paralelo, a Seção 301 do Trade Act de 1974 fundamentou a escalada de sobretaxas sobre importações chinesas, após investigação que acusou Pequim de práticas coercitivas de transferência de tecnologia, restrições e condicionamentos ao investimento, práticas discriminatórias de licenciamento e políticas industriais com efeitos distorcivos (United States, 2018).

Implementadas em listas sucessivas entre 2018 e 2019, essas medidas alcançavam, no início de 2020, aproximadamente US\$ 370 bilhões em importações provenientes da China. Ao reinterpretar a cláusula de segurança nacional da Organização Mundial do Comércio (OMC) para legitimar punições unilaterais, os EUA romperam com o precedente de solução multilateral de controvérsias e sinalizaram que a barganha migrou do fórum institucional para o plano coercitivo.

A China respondeu com tarifas graduais de retaliação, mas evitou interromper as negociações, refletindo a lógica da Interdependência Complexa: elevar custos sem romper a relação. Entre julho e dezembro de 2018, o ciclo “tarifa-contra-tarifa” gerou quatro rodadas de escalada, culminando em alíquota média efetiva de 19,3% sobre importações chinesas, o maior patamar desde 1993 (Bown, 2019). O resultado foi ambíguo: o déficit bilateral estadunidense recuou pouco, enquanto cadeias globais de valor deslocavam parte da produção para Vietnã, Malásia e México, reduzindo a eficácia comercial das tarifas e ampliando a sensibilidade de empresas dos dois países.

Controles de exportação e a “Lista de Entidades”

Sem obter concessões na OMC, Washington transferiu a pressão para o domínio em que ainda detinha poder de veto: os semicondutores. Em novembro de 2018, o Departamento de Indústria e Segurança dos EUA publicou um aviso preliminar de regulamentação sobre “Tecnologias Fundamentais e Emergentes”, abrindo caminho para ampliar de forma drástica o *Export Administration Regulations*. O ponto de inflexão veio em maio de 2019, com a inclusão da Huawei – líder em 5G – na Lista de Entidades (*Entity List*) do Bureau of Industry and Security (BIS), bloqueando seu acesso a *software* de automação de projeto eletrônico e a chips projetados com tecnologia estadunidense (Miller, 2022).

O veto produziu três efeitos estratégicos:

1. Materializou a vulnerabilidade chinesa: o banimento expôs a dependência de litografia de 7 nm fornecida pela TSMC (Taiwan) sob licenças dos EUA.
2. Gerou incentivos de substituição interna: Pequim elevou de 150 bilhões para 1,4 trilhão de dólares o orçamento quinquenal de “nova infraestrutura” (2020-2025), priorizando o desenho nacional (SMIC) e circuitos definidos por *software* (Segal, 2020).
3. Internacionalizou o controle: ao pressionar Países Baixos (ASML) e Japão (Nikon, Tokyo Electron) a aderirem ao bloqueio, Washington converteu capacidade privada em recurso estatal, demonstrando a fungibilidade – embora limitada – do poder tecnológico.

No fim de 2020, o chamado “Acordo Fase Um” não revogou tarifas nem restaurou o acesso da Huawei (United States, 2020); pelo contrário, reforçou cláusulas de monitoramento que condicionavam a retirada de barreiras a metas chinesas de importação de energia e produtos agrícolas – setores em que os EUA mantinham superávit (U.S.-China Economic And Security Review Commission, 2020). A barganha, portanto, deslocou-se para um terreno intertemático

assimétrico, no qual concessões chinesas em agricultura e energia não foram acompanhadas da remoção do cerco tecnológico.

A ofensiva de 2017-2020 confirma a teoria de Keohane e Nye (2004, p. 44) de que incongruências profundas entre os benefícios do regime e a distribuição de recursos levam o ator dominante a tentar redefinir regras de modo abrupto quando dispõe de instrumentos de coerção seletiva. Como observa Ali Wyne (2018), o encurtamento dessas “válvulas de escape” institucionais, a redução dos laços econômicos de interdependência entre as duas potências, eleva o risco de externalidades de segurança – tema analisado na próxima seção, dedicada à continuidade e ao aperfeiçoamento dessa estratégia sob o governo Biden e no início do segundo mandato de Trump (2021-2025).

Continuidade e refinamento da estratégia estadunidense (2021-2025)

O governo Biden (e, a partir de janeiro de 2025, o segundo mandato de Donald Trump) manteve o cerco tecnológico como eixo da barganha, mas alterou a tática em dois sentidos: (i) multilateralização dos controles e vetos, com o objetivo de reduzir rotas alternativas disponíveis à China; e (ii) integração entre política industrial doméstica e segurança econômica, convertendo vulnerabilidades percebidas em esforços de autonomia produtiva e tecnológica (Congressional Research Service, 2021b; 2025a; 2025c; United States, 2022a).

Embora a retórica pública enfatizasse cooperação e previsibilidade, nenhuma tarifa do primeiro governo Trump foi revogada com Biden. A revisão da Seção 301 preservou o núcleo das tarifas herdadas e passou a justificá-las, com maior frequência, em termos de cadeias críticas e riscos estratégicos, em vez de tratá-las como instrumento conjuntural (Congressional Research Service, 2021a; 2025b). Três instrumentos ilustram o refinamento institucional:

a) Lei CHIPS and Science Act

A lei de agosto de 2022 destinou 52,7 bilhões de dólares em subsídios diretos e créditos fiscais a fábricas em território estadunidense e 200 bilhões em pesquisa avançada, condicionando benefícios à proibição de expansão na China por dez anos. O ato converteu dependência de importação em poder de barganha sobre fundições de semicondutores taiwanesas e sul-coreanas (Congressional Research Service, 2025a; United States, 2022b; 2023).

b) Controles de exportação de 7 de outubro de 2022

Em 7 de outubro de 2022, o Bureau of Industry and Security, Departamento de Indústria e Segurança dos EUA, estendeu a obrigatoriedade de licenças de exportação a qualquer equipamento ou tecnologia capaz de produzir circuitos integrados de 16/14 nm ou menores, e também ao *software* de automação de projeto eletrônico (*Electronic Design Automation*, EDA). A regra exige verificação de uso final e, na prática, dá a Washington poder de desconectar elos críticos da cadeia sempre que julgar necessário, um instrumento coercitivo sem precedentes no âmbito da OMC (Congressional Research Service, 2025c, p. 2, 10; United States, 2022b).

c) Coalizão Haia-Tóquio

Após dois anos de pressão, Países Baixos (ASML) e Japão (Tokyo Electron, Nikon) adotaram controles alinhados ao Departamento de Indústria e Segurança dos EUA, em janeiro de 2023, fechando a última rota legal para equipamentos de litografia ultravioleta extrema (EUV) destinados à China, e elevando o custo de ajuste para a China em elos críticos do ecossistema produtivo – em especial no acesso a equipamentos avançados (incluindo categorias de litografia e etapas complementares da manufatura), com implementação escalonada ao longo do ano (Japan, 2023; Netherlands, 2023; Reuters, 2023). Como observam Blackwill e Fontaine (2024, p. 256–257), isso internacionalizou custos e reduziu incentivos a novas rodadas de subsídios entre aliados (Congressional Research Service, 2025c, p. 2).

Em paralelo, Washington procurou institucionalizar padrões alternativos por meio do Quadro Econômico Indo-Pacífico e da “Aliança Chip-4”, pressionando a Coreia do Sul a compartilhar dados de produção (Reuters, 2021; United States, 2022c). A posse de Donald Trump para um segundo mandato, em janeiro de 2025, consolidou a política

tarifária como elemento central de coerção externa, mas com escopo significativamente ampliado e forte componente de condicionalidade política. A estratégia do novo governo combinou elevação generalizada de tarifas, ameaças de revisão de acordos, suspensão seletiva de ajuda militar e medidas restritivas em matéria migratória, compondo um repertório que articula comércio, segurança e diplomacia coercitiva (Keohane; Nye, 2025).

Ao articular tarifas extraterritoriais, vetos administrativos e condicionalidades militares e fiscais, Washington aceitou deliberadamente custos econômicos imediatos, riscos de contencioso na OMC e retaliação de parceiros. A lógica subjacente, coerente com a teoria da Interdependência Complexa, é simples: quando a distribuição de benefícios dos regimes vigentes parece incongruente com a estrutura de poder percebida, o *hegemon* recorre a instrumentos seletivos – mesmo de alto custo sistêmico – para restabelecer vantagem normativa ou reconfigurar regras. No caso de 2025, a novidade é a extensão dessa coerção além da rivalidade com a China, alcançando aliados próximos e, ao fazê-lo, testando os limites de resiliência do ordenamento multilateral.

Entretanto, estratégias de pressão máxima inspiradas no fim da Guerra Fria podem ser ineficazes contra a China, cujo poder financeiro e integração nas cadeias globais de valor superam vastamente as capacidades outrora detidas pela União Soviética (Rosales, 2020, p. 153).

Resultados do rastreamento de processo (*process tracing*)

O rastreamento de processo qualitativo identifica, no caso dos semicondutores, um mecanismo causal recorrente pelo qual assimetrias de vulnerabilidade são convertidas em poder temático e, em seguida, em tentativa de mudança normativa. Entre 2010 e 2025, o encadeamento observado articula: (i) um diagnóstico oficial de que gargalos críticos da cadeia – em especial software de automação de projeto eletrônico (*Electronic Design Automation*, EDA) e equipamentos/insumos para manufatura avançada – poderiam operar como pontos de estrangulamento; (ii) a seleção cumulativa de instrumentos coercitivos e institucionais para elevar o custo de ajuste chinês (tarifas seletivas, listas restritivas, controles de exportação, triagem por risco e incentivos industriais domésticos); e (iii) respostas chinesas orientadas a reduzir vulnerabilidades e criar contrapesos, combinando aceleração de política industrial com controles seletivos sobre elos e insumos sensíveis, além de esforços de reordenamento de cadeias e mercados, como sintetizado no Quadro 1 (China, 2023a; 2023c; Japan, 2023; Netherlands, 2023; United States, 2022a; 2022b).

Do ponto de vista das implicações observacionais, sistematizadas na Tabela 1, o mecanismo é evidenciado quando: (a) regras, atos regulatórios e documentos públicos explicitam o objetivo de restringir o acesso chinês a capacidades de ponta e fechar rotas de desvio por terceiros (United States, 2022a; 2022b); (b) a escalada desloca expectativas do regime de comércio e investimento de um padrão predominantemente multilateral para um padrão de licenciamento, triagem e *compliance* por risco, elevando custos de transação e ampliando a discricionariedade estatal sobre fluxos tecnológicos (Japan, 2023; Netherlands, 2023; United States, 2022b); e (c) observam-se como efeitos a formação de coalizões de veto, a institucionalização de “*guardrails*” e a aceleração de estratégias chinesas de substituição, diversificação e barganha, como a *Belt and Road Initiative* (BRI) e sua Rota da Seda Digital (RSD) (China, 2023a; 2023b; United States, 2022c; 2025a, p. 15, 20-22).

Do lado chinês, a resposta de 2025 combinou retaliação tarifária e a ativação de controles de exportação (com exigências de licenciamento) sobre elementos de terras raras e insumos correlatos, com efeitos potenciais sobre cadeias críticas no Ocidente, incluindo defesa e eletrônicos. Assim, a “barganha 2025” (resumida na Tabela 1) deve ser descrita como intertemática: semicondutores (em especial, licenças para unidade de processamento gráfico, GPU) e minerais críticos passaram a integrar o mesmo pacote de pressão e contrapeso, com avanços e recuos calibrados por ambos os lados. A reunião bilateral entre as lideranças em Busan, em 30 de outubro de 2025, explicitou esse padrão de acomodação

tática em torno de *chokepoints* cruzados, sem alterar o vetor estrutural de securitização e segmentação do regime tecnológico (China, 2025; United States, 2025b).

Dessa forma, o “resultado” do rastreamento, cuja síntese pode ser observada na Tabela 2, não é apenas a descrição de medidas, mas a identificação de uma dinâmica de barganha assimétrica em que o ator que controla pontos de estrangulamento busca antecipar-se à convergência do rival por meio de ruptura normativa e institucionalização doméstica do bloqueio; em resposta, o rival procura reduzir a vulnerabilidade e ampliar sua capacidade de impor custos em elos alternativos, produzindo um regime tecnológico mais segmentado e politicamente securitizado (Farrell; Newman, 2019; Keohane; Nye, 2004; United States, 2022b).

Quadro 1 – Cronologia da Reconfiguração do Regime e Principais Marcos da Disputa (2010-2025)

Período	Marco Regulatório / Evento Chave	Impacto na Natureza do Regime
2010-2016	Lançamento do Made in China 2025; Início do Pivô para a Ásia (EUA); Salto no P&D chinês.	Incongruência Estrutural: Acomodação sob regras da OMC, mas com percepção estadunidense de perda de margem relativa.
2017-2020	Tarifas da Seção 301; Inclusão da Huawei na Entity List; Acordo "Fase Um".	Desafio Unilateral: Transição do "Livre Comércio" para a "Segurança Nacional" como norma de acesso a mercados.
2021-2025	CHIPS and Science Act; Controles de 7 de outubro (BIS); Aliança Chip-4 e Acordo Haia-Tóquio.	Institucionalização do Bloqueio: Formação de coalizões de veto e normalização da "Interdependência Armamentizada".

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quadro 2 – Síntese da Barganha sob Interdependência Securitizada (2010-2025)

Dimensão	Recurso de Poder (EUA)	Recurso de Poder (China)	Mecanismo de Coerção
Gargalos (Chokepoints)	Software EDA e Máquinas EUV	Minerais Críticos e Mercado Interno	Entity List vs. Controles de Exportação
Vulnerabilidade	Dependência de montagem na Ásia	Dependência de chips de litografia inferior a 7 nm	Friend-shoring vs. Made in China 2025
Mudança de Regime	Unilateralismo (CHIPS Act)	Instituições Alternativas (BRI/RSD)	Ruptura Normativa na OMC
Barganha 2025	Veto à NVIDIA	Retomada de Terras Raras	Barganha Intertemática (Encontro Xi-Trump)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quadro 3 – Síntese da Transição Normativa e Mudança no Regime Tecnológico Global (2010-2025)

Componente do Regime	Padrão Anterior (Multilateral/Liberal)	Novo Padrão (Securitizado/Fragmentado)	Evidência de Ruptura (2017-2025)
Princípios	Eficiência, vantagem comparativa e globalização de mercados.	Autonomia tecnológica, segurança nacional e resiliência.	Discursos de redução de riscos e securitização de chips.
Normas	Não-discriminação, acesso aberto e solução multilateral de controvérsias.	Alinhamento compulsório (friend-shoring) e exclusão tecnológica seletiva.	Bloqueio à Huawei e formação de "clubes de exclusão" (Chip-4).
Regras	Patentes globais e licenciamento baseado em acordos de mercado (TRIPS/OMC).	Licenciamento sob risco geopolítico e controles extraterritoriais (Entity List).	CHIPS Act e restrições da NVIDIA para a China.
Procedimentos	Consultas na OMC e negociações de blocos comerciais.	Unilateralismo administrativo e barganhas bilaterais diretas.	Encontro Xi-Trump (2025) e tarifas da Seção 301.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Repercussões para o Sul Global: constrangimentos e alavancas de oportunidade

A tentativa estadunidense de redesenhar regimes de comércio e tecnologia, combinada à resposta chinesa de ampliar a *Belt and Road Initiative* (BRI) e sua Rota da Seda Digital (Pires; Paulino, 2017), cria um ambiente simultaneamente mais incerto e mais fértil para barganhas periféricas. Desta interação resultam, pelo menos, quatro dinâmicas centrais.

- a) Pressão regulatória, mas também prêmio de “fornecedor confiável”.

Países inseridos em estágios intermediários de *hardware* (Vietnã, Malásia, México) passam a cumprir auditorias rigorosas de origem e de segurança de dados para manter acesso ao mercado dos EUA; ao mesmo tempo, ganham preferência tácita como alternativas “amigas” (*friend-shoring*) às fábricas chinesas. Essa reputação de confiabilidade pode atrair investimento direto em encapsulamento de semicondutores, montagem final de celulares e, no caso mexicano, sistemas de bateria para veículos elétricos destinados aos Estados Unidos (United States, 2024, p. 69-72, apêndices I e J).

- b) Barganha verde em minerais críticos.

A corrida bilateral por lítio, níquel, cobalto, cobre e nióbio eleva o poder de negociação de exportadores do Sul Global. Chile, Argentina e Bolívia têm conseguido indexar royalties ao preço internacional do lítio; Brasil condiciona isenção fiscal para nióbio à instalação de plantas piloto de ligas especiais; Zâmbia e República Democrática do Congo negociam com consórcios sino-europeus a criação de refinarias locais de cátodos. O prêmio não está apenas no preço, mas nas cláusulas de conteúdo local, treinamento técnico e participação acionária estatal que acompanham os contratos (International Energy Agency, 2024, p. 68-71, 251).

- c) Financiamento alternativo e conectividade digital via BRI.

Para contrabalançar o cerco tecnológico estadunidense, Pequim acelerou linhas de crédito do Banco de Desenvolvimento da China e do Exim Bank para portos, ferrovias e cabos submarinos. Indonésia, Quênia e Peru obtiveram empréstimos de longo prazo condicionados a uso de equipamentos chineses, mas com carência estendida e, em alguns casos, opção de pagamento parcial em *commodities*. Ainda que exponha os tomadores a riscos de endividamento, o BRI oferece liquidez contracíclica quando o financiamento em dólar se mostra restrito – vantagem especialmente relevante em ciclos de alta dos juros nos EUA (Malik *et al.*, 2021, p. 33-36, 40-41).

- d) Espaço para empreendedorismo normativo.

A fragmentação regulatória abre brechas para coalizões intermediárias moldarem cláusulas de governança de dados, inteligência artificial e rastreabilidade ambiental. Indonésia e Nigéria lideram grupos na ONU que defendem padrões “neutros” de infraestrutura digital; Brasil articula, no G20, indicadores de carbono para cadeias de baterias; África do Sul propõe código-guia para uso de IA em serviços públicos. Mesmo que essas iniciativas esbarrem em capacidade técnica limitada, elas funcionam como contrapeso simbólico à captura total das normas por Washington ou Pequim (United Nations Conference on Trade and Development, 2025).

Em síntese, a reconfiguração sistêmica não impõe ao Sul Global apenas escolhas binárias de alinhamento. As mesmas tensões que elevam custos de transação – tarifas, triagem de investimentos, licenças de exportação – também multiplicam janelas de arbitragem, financiamento e definição de padrões. Transformar essas aberturas em ganhos duradouros dependerá da habilidade de cada país em combinar política industrial, gestão macroeconômica prudente e diplomacia de não-alinhamento rígido, convertendo a atual interdependência securitizada em tração para sua própria inserção estratégica (World Trade Organization, 2023).

Conclusão

Este artigo partiu da hipótese, derivada de Keohane e Nye, de que incongruências crescentes entre a estrutura temática de poder e os benefícios distribuídos por um regime internacional, quando prevalece a Interdependência Complexa, desencadeiam tentativas abruptas de revisão das regras por parte do ator dominante. A evidência reunida para 2017-2025 é consistente com a expectativa derivada dos autores: à medida que se ampliou a percepção de ultrapassagem tecnológica chinesa, Washington acionou instrumentos nos quais preservava assimetrias estruturais, em particular, gargalos críticos de semicondutores e capacidade regulatória sobre fluxos financeiros e acesso ao mercado, para reverter vulnerabilidades em alavancas de barganha e condicionar resultados do regime.

Entre 2010 e 2016, indicadores internacionais de propriedade intelectual registraram aceleração de depósitos chineses em áreas correlatas à inteligência artificial (IA). Em segmentos ligados à aprendizagem profunda (*deep learning*), organizações chinesas consolidaram liderança, com crescimento médio anual superior a 20% entre 2013 e 2016 (Organização Mundial da Propriedade Intelectual, 2019, p. 9). Em contraste, métricas de internacionalização dos pedidos – como a proporção de depósitos estendidos a outras jurisdições após o primeiro depósito – permanecem mais favoráveis aos Estados Unidos do que à China (Organização Mundial da Propriedade Intelectual, 2019, p. 10). Essa combinação sustenta a assimetria sensível-vulnerável que o artigo mobiliza. Além disso, a China permanecia dependente de gargalos de semicondutores controlados direta ou indiretamente pelos EUA. Esse padrão dual criou a assimetria “sensível-vulnerável” necessária à barganha coercitiva.

No primeiro governo Trump, a escalada comercial foi catalisada por tarifas da Seção 301 e pela expansão de instrumentos de controle tecnológico, como a Lista de Entidades, que passaram a transformar dependências tecnológicas em restrições formais e publicamente verificáveis. Tratou-se de tradução de assimetria na interdependência em poder sobre resultados, expondo em público a dependência chinesa de chips da região de Taiwan produzidos com design e licenças estadunidenses.

Entre 2021 e 2024, a relação conflituosa com a China foi acentuada por um consenso bipartidário nos EUA, com as medidas de Trump sendo mantidas e até mesmo ampliadas. O *CHIPS and Science Act*, os controles de 7 de outubro de 2022 e as coalizões de veto com Países Baixos e Japão tornaram multilaterais os custos com a adição de componentes ideológicos à retórica da disputa, então situada também como um conflito entre “democracia” e “autocracia”, pelo governo Biden (Blackwill; Fontaine, 2024, p. 84). Já a partir de 2025, com o retorno de Trump à Casa Branca, tem início a fase de desafio aberto aos regimes internacionais e de esforço concentrado na promoção de mudanças nas regras do jogo. A imposição de tarifas de 145% sobre a China foi sinalização emblemática da disposição do governo dos EUA de sacrificar ganhos econômicos de interdependência para manter a prerrogativa política de supremacia global.

No curto prazo, a estratégia estadunidense elevou preços de bens intensivos em semicondutores, atrasou o acesso chinês à litografia EUV e desacelerou a difusão global do 5G da Huawei. No médio prazo, a evidência sugere que as restrições reforçaram incentivos domésticos à substituição e à política industrial na China, com potencial de reduzir, ao longo do tempo, parte das vulnerabilidades inicialmente exploradas. Em termos de estabilidade sistêmica, a intensificação do uso de instrumentos econômicos como coerção tende a aumentar riscos de escalada e efeitos de transbordamento para terceiros.

Os Estados Unidos enfrentam desafios internos significativos. A força militar e a capilaridade diplomática só se sustentam sobre bases econômicas sólidas, e é justamente nesse ponto que emergem as fragilidades. Do ponto de vista macroeconômico, dados recentes indicam taxa de poupança pessoal em patamar baixo (por exemplo, 3,5% em novembro de 2025) (United States, 2026a), e a persistência de déficits em transações correntes e no comércio exterior, conforme séries oficiais de transações internacionais e estatísticas de comércio (United States, 2026b). Esse conjunto de indicadores reforça o argumento de que a sustentação de liderança global depende de fundamentos domésticos e não apenas de

instrumentos externos. O temor em Washington não é apenas que a China cresça: é que os EUA não consigam sustentar sua liderança global nos próprios termos.

Esse dilema, o de ser o hegemon incumbente com fundamentos cada vez mais instáveis, pode explicar a intensificação do discurso antichinês na política doméstica estadunidense e da ofensiva dos EUA contra os arranjos institucionais internacionais que eles próprios patrocinaram (Roach, 2022). A eficácia dessa ofensiva é relativa: ela compra tempo, não restaura hegemonia. Ao expor a barganha em condições de alta interdependência securitizada, o caso EUA-China reafirma a utilidade da matriz teórica de Keohane e Nye, e lembra que, em uma ordem sem árbitro consensual, o poder permanece temático, mas seus custos tornam-se sistêmicos.

Referências

- BLACKWILL, Robert D.; FONTAINE, Richard. **Lost decade: the US pivot to Asia and the rise of Chinese power**. Oxford: Oxford University Press, 2024.
- BOWN, Chad P. Phase one China deal: steep tariffs are the new normal. **PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS (PIIE) – Trade & Investment Policy Watch**. Washington, DC, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/phase-one-china-deal-steep-tariffs-are-new-normal>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- CAMPBELL, Kurt M.; RATNER, Ely. The China Reckoning: How Beijing Defied American Expectations. **Foreign Affairs**, New York, v. 97, n. 2, p. 60-70, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-02-13/china-reckoning>. Acesso em: 3 fev. 2026.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **Section 301: Tariff Exclusions on U.S. Imports from China**. Washington, DC: CRS, 16 mar. 2021a. (In Focus, IF11582, Version 9). Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/2021-03-16_IF11582_dbc0d9e02440a04f55ff139492615209b5bc3104.pdf?. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **U.S.-China Trade Relations**. Washington, DC: CRS, 9 fev. 2021b. (In Focus, IF11284, Version 11). Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/2021-02-09_IF11284_3ea67c836343a2fe974355964b2bf5cc8b2f6ad5.pdf?. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **Section 301 and China: Mature-Node Semiconductors**. Washington, DC: CRS, 8 abr. 2025a. (In Focus, IF12958, Version 5). Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/2025-04-08_IF12958_13274113dc1121fa95b4bf2b7746350a45193fd0.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **U.S.-China Trade Relations**. Washington, DC: CRS, 11 abr. 2025b. (In Focus, IF11284, Version 32). Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/2025-04-11_IF11284_e703c74bb3715029df26dc2719f52df2d936e594.pdf?. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **U.S. Export Controls and China: Advanced Semiconductors**. Washington, DC: CRS, 19 set. 2025c. (CRS Report, R48642, Version 5). Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/2025-09-19_R48642_0d44a074b1ac3fbff77db34b2febd17f60dd3fec.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CHINA. Ministry of Commerce; General Administration of Customs. **Announcement No. 23 of 2023 on the Implementation of Export Controls on Items Related to Gallium and Germanium**. Beijing, 3 jul. 2023a. Disponível em: https://www.mofcom.gov.cn/zcfb/dwmygl/art/2023/art_52b9a321087f402bb3d310d18b07967e.html. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CHINA. Ministry of Commerce; General Administration of Customs. **Announcement No. 39 of 2023 on Optimizing and Adjusting Temporary Export Control Measures for Graphite Items**. Beijing, 20 out. 2023b. Disponível em: https://www.mofcom.gov.cn/zcfb/blgg/art/2023/art_f6b1bc49e2c8482f8eb749012bc66dec.html. Acesso em: 21 mar. 2026.
- CHINA. National Bureau of Statistics of China (NBS). **China Statistical Yearbook 2011**. Beijing: China Statistics Press, 2011. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2011/indexeh.htm>. Acesso em: 3 fev. 2026.
- CHINA. National Bureau of Statistics of China (NBS). **China Statistical Yearbook 2017**. Beijing: China Statistics Press, 2017. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/lastestpub/zg/2017/indexeh.htm>. Acesso em: 3 fev. 2026.
- CHINA. National Development and Reform Commission; Ministry of Industry and Information Technology; Ministry of Finance; General Administration of Customs; State Taxation Administration. **Notice on Requirements Related to the Formulation of the 2023 List of Integrated Circuit Enterprises or Projects and Software Enterprises Enjoying Tax Preferential Policies (Fagai Gaoji**

[2023] No. 287). Beijing, 17 mar. 2023c. Disponível em: https://www.ndrc.gov.cn/xxgk/zcfb/tz/202303/t20230322_1351547.html. Acesso em: 21 mar. 2026.

CHINA. **China National Intellectual Property Administration (CNIPA)**. CNIPA annual report 2019. Beijing: CNIPA, 2019. Disponível em: <https://english.cnipa.gov.cn/attach/0/da13a36397a54648848885e9c7a1a381.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Meets with U.S. President Donald J. Trump in Busan**. Beijing, 30 out. 2025. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202510/t20251030_11743886.html. Acesso em: 3 fev. 2026.

DOSHI, Rush. **The long game: China's grand strategy to displace American order**. New York: Oxford University Press, 2021.

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. Weaponized interdependence: how global economic networks shape state coercion. **International Security**, Cambridge, MA, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.1162/isec_a_00351. Acesso em: 3 fev. 2026.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **Global critical minerals outlook 2024**. Paris: IEA, 2024. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ee01701d-1d5c-4ba8-9df6-abeac9de99a/GlobalCriticalMineralsOutlook2024.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

JAPAN. Ministry of Economy, Trade and Industry (METI). **Press conference by Minister Nishimura (excerpt): strengthening of export control on semiconductor-manufacturing equipment**. Tokyo: Ministry of Economy, Trade and Industry (METI), 31 mar. 2023. Disponível em: https://www.meti.go.jp/english/speeches/press_conferences/2023/0331001.html. Acesso em: 3 fev. 2026.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence revisited. **International Organization**, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Globalization: what's new? what's not? (and so what?). **Foreign Policy**, Washington, DC, n. 118, p. 104-119, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1149673>. Acesso em: 3 fev. 2026.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2004.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. The end of the long American century. **Foreign Affairs**, New York, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/end-long-american-century-trump-sources-us-power>. Acesso em: 3 fev. 2026.

KIM, Dan; VERWEY, John. The potential impacts of the Made in China 2025 roadmap on the integrated circuit industries in the United States, European Union, and Japan. **SSRN Electronic Journal**, ago. 2019. Disponível em: <https://www.ssrn.com/abstract=3433844>. Acesso em: 3 fev. 2026.

KLEINHANS, Jan-Peter. **The EDA chokepoint dilemma?: openness, oligopolies, and China's ecosystem**. [S. l.]: IGCC, 2022. (IGCC Working Paper, n. 9). Disponível em: https://ucigcc.org/wp-content/uploads/2022/12/2022_wp9_kleinhans-v3-FINAL.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706440>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MALIK, Ammar A.; PARKS, Bradley; RUSSELL, Brooke; LIN, Joyce Jiahui; WALSH, Katherine; SOLOMON, Kyra; ZHANG, Sheng; ELSTON, Thai-Binh; GOODMAN, Seth. **Banking on the Belt and Road: Insights from a new global dataset of 13,427 Chinese development projects**. Williamsburg, VA: AidData at William & Mary, 2021. Disponível em: <https://www.aiddata.org/publications/banking-on-the-belt-and-road>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MILLER, Chris. **Chip war: the fight for the world's most critical technology**. New York: Scribner, 2022.

NETHERLANDS. Government of the Netherlands. **Letter to Parliament on additional export control measures concerning advanced semiconductor manufacturing equipment**. The Hague: Government of the Netherlands, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.government.nl/documents/parliamentary-documents/2023/03/10/letter-to-parliament-on-additional-export-control-measures-concerning-advanced-semiconductor-manufacturing-equipment>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **WIPO Technology Trends 2019: Artificial Intelligence – Executive Summary**. Geneva: WIPO, 2019. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_1055_exec_summary.pdf. Acesso em: 4 fev. 2026.

PETRI, Peter A. Technological rivalry. In: DOLLAR, David; HUANG, Yiping; YAO, Yang (Eds). **China 2049: economic challenges of a rising global power**. Washington, DC: Brookings Institution Press, cap. 14, p. 340-368, 2020.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Relaciones Internacionales**, La Plata, v. 26, n. 53, p. 207-228, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/23142766e019>. Acesso em: 22 mar. 2026.

REUTERS. **Japan restricts chipmaking equipment exports as it aligns with US China curbs.** Reuters, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/japan-restrict-chipmaking-equipment-exports-aligning-it-with-us-china-curbs-2023-03-31/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

REUTERS. **White House prods companies on chips information request.** Reuters, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/white-house-seeks-address-semiconductor-chips-crisis-harming-automakers-2021-09-23/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ROACH, Stephen. **Accidental conflict: America, China and the clash of false narratives.** New Haven: Yale University Press, 2022.

ROSALES, Oswaldo. **El sueño chino: cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores; Santiago de Chile: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b7dc660e-9037-4a4f-ab65-0e21dc2aa369/content>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SEGAL, Adam. **The coming tech cold war with China: Beijing is already countering Washington's policy.** Foreign Affairs, New York, 9 set. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-america/2020-09-09/coming-tech-cold-war-china>. Acesso em: 3 fev. 2026.

TAIWAN SEMICONDUCTOR MANUFACTURING COMPANY. **Annual report 2016.** Hsinchu: TSMC, 2016. Disponível em: https://investor.tsmc.com/static/annualReports/2016/english/pdf/e_11.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

TONG, Xin; WAN, Xiaomeng. National industrial investment fund and China's integrated circuit industry technology innovation. **Journal of Innovation & Knowledge**, v. 8, 100319, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jik.2023.100319>. Acesso em: 21 mar. 2026.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *GDC Implementation Map (Draft ver. 31 July 2025)*. Geneva: UNCTAD, 2025. Disponível em: https://unctad.org/system/files/information-document/gdc_implementation_map_en.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

UNITED STATES. Bureau of Economic Analysis (BEA). **Personal income and outlays, October and November 2025.** Washington, DC: BEA, 22 jan. 2026a. Disponível em: <https://www.bea.gov/news/2026/personal-income-and-outlays-october-and-november-2025>. Acesso em: 3 fev. 2026.

UNITED STATES. Bureau of Economic Analysis (BEA). **U.S. international transactions, 3rd quarter 2025.** Washington, DC: BEA, 14 jan. 2026b. Disponível em: <https://www.bea.gov/news/2026/us-international-transactions-3rd-quarter-2025>. Acesso em: 3 fev. 2026.

UNITED STATES. Bureau of Industry and Security (BIS). **Implementation of Additional Export Controls: Certain Advanced Computing and Semiconductor Manufacturing Items.** Federal Register, Washington, DC, 13 out. 2022a. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2022/10/13/2022-21658/implementation-of-additional-export-controls-certain-advanced-computing-and-semiconductor>. Acesso em: 3 fev. 2026.

UNITED STATES. **Chips and Science Act of 2022: Public Law 117-167.** Washington, DC, 9 ago. 2022b. Disponível em: <https://www.congress.gov/117/plaws/publ167/PLAW-117publ167.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNITED STATES. Department of the Treasury. **Remarks by Secretary of the Treasury Janet L. Yellen on the way forward for the global economy.** Washington, DC: U.S. Department of the Treasury, 13 abr. 2022c. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0714>. Acesso em: 3 fev. 2026.

UNITED STATES. National Institute of Standards and Technology (NIST). **Preventing the Improper Use of CHIPS Act Funding.** Federal Register, Washington, DC, 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2023/09/25/2023-20471/preventing-the-improper-use-of-chips-act-funding>. Acesso em: 21 mar. 2026.

UNITED STATES. Office of the United States Trade Representative. **Economic and Trade Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of the People's Republic of China.** Washington, DC, 15 jan. 2020. Disponível em: https://ustr.gov/sites/default/files/files/agreements/phase%20one%20agreement/Economic_And_Trade_Agreement_Between_The_United_States_And_China_Text.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026.

UNITED STATES. Office of the United States Trade Representative. **Findings of the investigation into China's acts, policies, and practices related to technology transfer, intellectual property, and innovation under Section 301 of the Trade Act of 1974.** Washington, DC, mar. 2018. Disponível em: <https://ustr.gov/sites/default/files/Section%20301%20FINAL.PDF>. Acesso em: 3 fev. 2026.

UNITED STATES. Office of the United States Trade Representative. **Four-Year Review of Actions Taken in the Section 301 Investigation: China's Acts, Policies, and Practices Related to Technology Transfer, Intellectual Property, and Innovation.** Washington, DC, maio 2024. Disponível em: <https://ustr.gov/sites/default/files/05.13.2024%20Four%20Year%20Review%20of%20China%20Tech%20Transfer%20Section%20301%20%28Final%29%20rev.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

UNITED STATES. The White House. **America's AI Action Plan.** Washington, DC, jul. 2025a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/07/Americas-AI-Action-Plan.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

UNITED STATES. The White House. **Fact Sheet: President Donald J. Trump Strikes Deal on Economic and Trade Relations with China**. Washington, DC, 1 nov. 2025b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/11/fact-sheet-president-donald-j-trump-strikes-deal-on-economic-and-trade-relations-with-china/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. **The U.S.-China “Phase One” Deal: A Backgrounder**. Issue Brief, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/2020-02/U.S.-China%20Trade%20Deal%20Issue%20Brief.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

WORLD BANK. **World Integrated Trade Solution (WITS)**. Washington, DC: World Bank, 2016. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **World trade report 2023: re-globalization for a secure, inclusive and sustainable future**. Geneva: WTO, 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/wtr23_e/wtr23_e.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

WYNE, Ali. The security risks of a trade war with China: why the U.S. should be wary of economic decoupling. **Foreign Affairs**, New York, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-08-06/security-risks-trade-war-china>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Funções de colaboração exercidas

Ruan Sales de Paula Pinheiro

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Encapsulated by great powers: Alcantara Cyclone Space and Brazilian-Ukrainian cooperation in space market and technology

Encapsulados por grandes potências: A Alcantara Cyclone Space e a cooperação brasileiro-ucraniana no mercado e na tecnologia espacial

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.151864>

Marcelo Furtado Martins de Paula
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
mfurtadom@gmail.com  

Abstract

The Brazilian-Ukrainian joint venture Alcântara Cyclone Space (ACS) was launched in 2006, combining Brazil's equatorial launch site with Ukraine's rocket technology to compete in the global space market. Despite its technical promise, the project was ultimately undermined by significant pressure from the United States and Russia. Using the defensive realist International Relations framework, the study explores how these great powers employed diplomatic, technological, and economic constraints to limit the venture's progress and preserve their dominance in the space sector. Drawing on leaked U.S. diplomatic cables, the analysis shows how external interference progressively constrained the partnership, culminating in its dissolution in 2015. The findings highlight the structural barriers that middle powers face in pursuing technological autonomy amid great power competition in strategic industries such as space technology.

Keywords: Alcantara Cyclone Space, Space Technology, Brazil-Ukraine relations.

Resumo

A *joint venture* brasileiro-ucraniana Alcântara Cyclone Space (ACS) foi lançada em 2006, agregando a localização equatorial do centro de lançamento brasileiro com a tecnologia de foguetes da Ucrânia para competir no mercado espacial global. Apesar de seu potencial técnico, o projeto foi, em última instância, prejudicado por pressão significativa dos Estados Unidos e da Rússia. Utilizando o arcabouço teórico do realismo defensivo, o estudo explora como essas grandes potências empregaram restrições diplomáticas, tecnológicas e econômicas para limitar o avanço da iniciativa e preservar sua dominância no setor espacial. Baseada em telegramas diplomáticos norte-americanos vazados, a análise demonstra como a interferência externa restringiu progressivamente a parceria, culminando em sua dissolução em 2015. Os resultados evidenciam barreiras estruturais enfrentadas por potências médias na busca por autonomia tecnológica em meio à competição entre grandes potências em setores estratégicos, como o da tecnologia espacial.

Palavras-chave: Alcantara Cyclone Space, Tecnologia espacial, Relações Brasil-Ucrânia

Received: 19 November 2025
Accepted: 29 April 2026

Conflicts of interest: The author did not report potential conflicts of interest



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introduction

The cooperation between Brazil and Ukraine in the space sector – most notably through the Alcântara Cyclone Space (ACS) project – reflected both countries' attempts to expand their technological capabilities and enhance their strategic autonomy within the international system. Established in 2006, ACS was a binational joint venture designed to launch Ukrainian Cyclone-4 rockets from Brazil's Alcântara Launch Center (CLA), whose equatorial location offers significant advantages for satellite deployment. By combining Ukraine's inherited aerospace expertise with Brazil's launch site geographic positioning, the project sought to create a competitive alternative in a global market historically dominated by a small number of established spacefaring powers.

Despite these favorable conditions, the ACS initiative ultimately failed, being formally discontinued in 2015 after substantial financial investment and prolonged delays. While existing accounts emphasize technical, financial, and administrative difficulties, such explanations are insufficient to fully account for the project's trajectory. This article advances the argument that the failure of ACS cannot be adequately understood without situating it within the broader dynamics of great-power politics, particularly the ways in which external actors constrain technological development in strategically sensitive sectors.

The central research question guiding this study is: how and through which mechanisms do great powers constrain middle-power efforts to develop technological autonomy in dual-use sectors such as space launch capabilities? Building on this question, the article advances the hypothesis that such constraints are well explained through a defensive realist framework, in which great powers respond not to immediate threats, but to uncertainty regarding future capabilities and their potential security implications (Jervis, 1978; Walt, 1987; Glaser, 1995). In this context, initiatives like ACS, although formally commercial, generate security externalities that trigger precautionary balancing behavior.

The article demonstrates that the United States and Russia constrained the ACS project through distinct but functionally convergent mechanisms. The United States relied primarily on regulatory and technological instruments, including export controls and the conditioning of cooperation on the Technology Safeguards Agreement (TSA), thereby leveraging its structural position in global supply chains. Russia, in turn, exercised influence through its residual control over Ukraine's aerospace sector and its capacity to shape both supply chains and diplomatic alignments. These mechanisms did not require explicit coordination, yet produced mutually reinforcing effects that undermined the viability of the project.

Empirically, the analysis draws on four classified U.S. diplomatic cables released by WikiLeaks, complemented by secondary literature on Brazil–Ukraine cooperation and the global space industry. The documents were selected based on search queries that maximized the creation of a *corpus* connected to the research, eliminating those with no reference to the theme. The selected documents provide insight into the strategic calculations underlying U.S. and Russian behavior, as well as the perceived risks associated with the ACS initiative. Methodologically, the article adopts a qualitative case study approach, employing document-based analysis to reconstruct the pathways linking great-power behavior to project outcomes.

The study traces the evolution of Brazil-Ukraine cooperation and analyzes external influences that shaped – and ultimately undermined – the ACS venture. Drawing on three classified U.S. diplomatic cables released by Wikileaks, it provides insight into the geopolitical calculations behind American and Russian actions, interpreting them through a realist lens. These documents provide details on Brazilian and Ukrainian perceived influence of Russia¹ and highlights intervention from the U.S.

¹ Russia and the United States are considered great powers here for their ability to ensure their own security, for their military and economic capabilities and their capacity to influence the structure of the international system (Waltz, 1979).

Great powers employ a combination of diplomatic pressure, economic sanctions, and strategic trade controls to prevent middle powers from acquiring or advancing technologies that could potentially disrupt global security dynamics (Joyner, 2009). By restricting access to key technological resources and imposing legal and political constraints, great powers aim to manage the proliferation of dual-use technologies, which can serve both civilian and military purposes.

Ultimately, this strategy serves the interests of great powers by maintaining their technological superiority while managing the risks associated with technological diffusion. For defensive realism, state behavior is understood as a response to perceived threats shaped by systemic conditions and cognitive interpretation (Jervis, 1978; Walt, 1987; Glaser, 1995), building on the structural premise that states seek security under anarchy (Waltz, 1979).

Stephen Walt's balance of threat theory explains how great powers use diplomatic and economic means to limit the technological advancements of middle powers. Walt (1987) suggests that states balance against perceived threats rather than power alone, and technological advancements – especially in areas like missile technology and nuclear capabilities – can heighten these perceived threats. Great powers, therefore, employ diplomatic pressure and form coalitions to isolate and sanction middle powers pursuing disruptive technologies. By leveraging their economic and political influence, great powers can slow down or even halt the technological progress of middle powers, ensuring that the distribution of power in the international system remains in their favor. This behavior is evident in historical and contemporary examples, such as the enforcement of non-proliferation treaties and export control regimes, which target key technological sectors to maintain global security and stability.

Glaser (1995) argues that state behavior is shaped by rational assessments of threat and the security environment. In his formulation, states seek security, but their strategies vary depending on factors such as the offense–defense balance, the distinguishability of military postures, and the perceived intentions of others. Crucially, Glaser argues that cooperation is often possible under anarchy when states recognize that others are not inherently threatening, making restraint and reassurance rational strategies.

To understand how great powers reacted to the ACS initiative, assessing its threat potential, it is essential to outline relevant aspects of Brazilian and Ukrainian foreign policies and the bilateral cooperation leading to the creation of the initiative.

Brazilian and Ukrainian global insertion leading to the ACS project

Understanding the development of the Alcântara Cyclone Space (ACS) project requires situating it within the broader foreign policy trajectories of Brazil and Ukraine in the post-Cold War period. Both countries, emerging from distinct geopolitical contexts, pursued strategies aimed at increasing their international relevance and autonomy. Brazil sought to reposition itself as an active global player through multilateral engagement and diversified partnerships, while Ukraine navigated a complex geopolitical environment shaped by competing influences from the West and Russia.

During the 1990s and 2000s, both states adopted foreign policy approaches that emphasized diversification as a means of enhancing strategic autonomy. Despite differences in context, both countries shared the common objective of expanding their room for maneuver within the international system.

From the Brazilian side, Fernando Henrique Cardoso (FHC) administration represented an important shift in foreign policy. It sought to reposition the country as a proactive and credible global actor by deepening engagement with international institutions and agreements, replacing the previous inclination toward relative isolation. Through active participation in global governance structures, Brazil aimed to expand its negotiating capacity and macroeconomic stability, seeking greater influence over the norms and practices shaping the international order (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003; Vigevani; Oliveira; Thompson, 2007; Souza, 2009). The country sought strategic autonomy, leveraging the post-Cold War context and its internal economic stabilization (Lessa; Doratioto, 2025, p. 248-450).

Central to this strategy was the formation of strategic partnerships with major global players – including China, India, Russia, Japan, and the European Union. These relationships were essential for Brazil's ambition to consolidate itself as a global trading nation, diversify export markets, and strengthen both economic and political leverage on the world stage (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003). Cooperation with China in space technology and the negotiation of trade agreements with the European Union illustrated Brazil's commitment to developing robust bilateral ties that supported broader international objectives (van Loon, 2015).

This period represented a transition from a defensive and inward-looking diplomacy to a more confident and globally oriented one, in which Brazil attempted to shape international norms while adapting to globalization (Lopes, 2017). There were also limits and tensions of this model. While integration increased Brazil's visibility and reliability, it also exposed the country to structural asymmetries within the global order. As a result, the FHC period laid the groundwork for the subsequent shift under Lula, who would seek to complement integration with stronger diversification and South-South cooperation (Silva, 2012; Lopes, 2017)

According to Cervo and Bueno (2020, p. 509), while FHC's foreign policy (1994-2002) was grounded in a neoliberal rationale, that of Luiz Inácio Lula da Silva (2002–2010) drew inspiration from the logistics mission of the state. The authors underscore how the rise of Global South powers during this period both influenced and was influenced by Brazil's increasingly assertive international presence. As Vigevani and Cepaluni (2007) note, Lula's foreign policy deepened this diversification movement for autonomy, culminating in the strategy defined by the authors as "autonomy through diversification." This period similarly witnessed the creation of strategic alliances, renewed emphasis on multilateralism and South-South cooperation, the central role of trade negotiations and disputes, and broader geopolitical impacts derived from Brazil's diversified partnerships (Vigevani; Cepaluni, 2007; Almeida, 2007; 2010; Faria; Paradis, 2013; Faria, 2022; Lessa; Doratioto, 2025).

During Lula's two presidential terms (2003-2010), the consolidation of an ambitious South-South cooperation agenda profoundly reshaped Brazil's external action. It was characterized by strong international activism and by the pursuit of a more prominent role for Brazil in the international system, often summarized in the notion of an "active and assertive" diplomacy (Lessa, 2010; Miyamoto, 2011).

This strategy sought to redefine Brazil's global role, reduce dependence on advanced economies, and expand its international influence. By establishing strategic coalitions with other developing countries, Brazil positioned itself as a pivotal actor in the Global South, promoting solidarity, mutual development, and greater representation in global governance (Lessa, 2010; Silva; Andriotti, 2012). "Autonomy through diversification" encapsulated this shift: rather than relying on distance from great powers, Brazil proactively diversified its partnerships to reduce vulnerability to any single country or bloc, expanding its geopolitical and economic options (Vigevani; Cepaluni, 2007; Almeida, 2010).

Indeed, diversification was the cornerstone of Lula's diplomatic strategy. Notable initiatives included the creation of IBAS (India, Brazil, South Africa) and the G-20 coalition of developing countries at the WTO. These coalitions were designed to amplify the collective voice of the Global South, strengthen Brazil's bargaining power, and counter the predominance of the United States and the European Union in trade negotiations (Vigevani; Cepaluni, 2007; Silva; Andriotti, 2012).

Multilateralism remained a defining feature of Lula's foreign policy. Brazil assumed leadership roles in WTO negotiations – particularly during the Doha Round – and adopted a more active posture in mediating international disputes. In partnership with other developing nations, Brazil advocated for fairer global trade rules and sought to reduce systemic asymmetries (Vigevani; Cepaluni, 2007).

Trade negotiations and disputes also played an important role. Brazil adopted a firm stance in the negotiations over the Free Trade Area of the Americas (FTAA), defending agricultural liberalization while resisting the inclusion of

issues such as intellectual property and investment. This assertive posture cemented Brazil's reputation as a defender of developing countries' interests. (Vigevani; Cepaluni, 2007; Silva; Andriotti, 2012).

Economic integration and the expansion of South-South trade were equally central. Trade with China grew exponentially, with China surpassing the United States as Brazil's largest trading partner by 2009. Relations with India deepened as well, demonstrating the success of Lula's diversification strategy (Silva; Andriotti, 2012).

The geopolitical implications of these diversified partnerships were profound. By expanding diplomatic and economic ties across Africa, Asia, and Latin America, Brazil sought to position itself as a leading voice of the developing world and to foster a more multipolar global order. This diversification allowed Brazil to navigate international complexities with greater autonomy (Vigevani; Cepaluni, 2007).

Despite the South-South emphasis, Lula did not neglect relations with developed countries. Recognizing their importance for economic and political stability, the administration worked to maintain and strengthen ties with the United States and the European Union. This dual approach ensured balance and pragmatism in Brazil's external relations (Silva; Andriotti, 2012).

Parallel to this diversification movement of Brazilian foreign policy, Ukraine's has been shaped by a dynamic interplay between Western aspirations and Eastern pressures, influenced by both domestic political transformations and external geopolitical forces. Upon gaining independence in 1991, Ukraine initially adopted a distinctly pro-Western orientation. Under President Leonid Kravchuk (1991-1994), the country sought integration with Western political and military structures, particularly the European Union (EU) and NATO, viewing alignment with Euro-Atlantic institutions as essential for safeguarding newly won sovereignty (Shyrokykh, 2018).

A more complex and pragmatic phase emerged under President Leonid Kuchma (1994-2005), whose tenure proved foundational in defining Ukraine's foreign policy identity. Confronted with competing pressures from Russia and the West, Kuchma adopted a strategy of "multi-vectorism," aimed at balancing relations between major geopolitical centers without fully committing to either. Ukraine participated in NATO's Partnership for Peace while simultaneously preserving close ties with Russia, illustrating its attempt to maintain strategic flexibility in a contested regional environment (Kuzio, 1997; Shyrokykh, 2018).

According to Chekalenko and Fedunyak (2010), a key component of Ukraine's foreign policy during this period was the pursuit of long-term, comprehensive relations with partner states. This approach sought to secure political and military guarantees and foster economic cooperation on the basis of mutual respect and sovereign decision-making. By positioning itself within an emerging multipolar order, Ukraine aimed to ensure recognition of its independence, enhance its international influence, and safeguard its national interests in an increasingly interconnected global landscape.

Multi-vectorism required maintaining balanced relations with major global actors, including the United States, Russia, and the European Union. This equilibrium-oriented approach was perceived as essential for strengthening Ukraine's role as a regional leader, advancing European integration, and sustaining stable relations with neighboring states. For Ukraine, such balance was not merely diplomatic positioning but a critical strategy for national security and economic development amid the complex dynamics of post-Cold War international politics (Chekalenko; Fedunyak, 2010).

The Orange Revolution of 2004 ushered in a renewed pro-Western phase with the rise of Viktor Yushchenko (2005-2010). Yushchenko's administration prioritized integration with the EU and NATO, framing Western alignment as both a geopolitical imperative and a domestic reform agenda. Democratic governance, institutional modernization, and stronger ties with Euro-Atlantic partners became central themes, despite persistent internal divisions and external challenges (Shyrokykh, 2018). European integration, as Chekalenko and Fedunyak (2010) note, represented not only a

foreign-policy objective but also a strategy for economic modernization, attracting investment, and enhancing the competitiveness of Ukrainian producers.

Viktor Yanukovych's presidency (2010-2014) marked a return to multi-vectorism, although in practice it tilted increasingly toward Russia. Despite initial commitments to European integration, Yanukovych's refusal to sign the EU Association Agreement in 2013 – following substantial financial incentives offered by Moscow – triggered mass protests and political turmoil. This decision became the catalyst for the Euromaidan movement, which ultimately led to his removal from office (Shyrokykh, 2018).

The 2014 Revolution of Dignity produced a decisive reorientation in Ukraine's foreign policy. Under Petro Poroshenko and subsequently Volodymyr Zelensky, Ukraine firmly committed to EU and NATO integration. Russia's annexation of Crimea and the continuing war in the Donbas significantly strengthened domestic support for closer alignment with Western political, economic, and security frameworks. Since 2014, Ukraine's foreign policy has been defined by a clear and sustained shift toward the West, accompanied by efforts to counter Russian influence and strengthen national resilience (Shyrokykh, 2018).

Overall, the evolution of Ukraine's foreign policy reveals a persistent effort to reconcile Western integration with the realities of Russian influence and domestic political constraints. From the initial post-independence pro-Western trajectory to the alternating periods of multi-vector and Western-oriented strategies, Ukraine's foreign policy reflects the challenges of navigating a complex geopolitical environment while striving to assert sovereignty and advance national interests.

Brazil-Ukraine Relations in the 1990s and 2000s, space programs and the creation of Alcantara Cyclone Space

The Brazilian government acknowledged Ukraine's independence in December 1991 and established diplomatic relations on February 11, 1992. After declaring its independence, Ukraine manifested its interest in discussing bilateral relations, starting with the opening of a resident embassy in Brasília in 1993, a gesture reciprocated by Brazil in 1995 with the installation of its embassy in Kyiv (Brasil, 2023).

As evidenced in the previous sections, both countries had in the diversification of their foreign relations a strategy to enhance their role in the international arena. According to the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (Brasil, 2023), following the establishment of diplomatic relations, the development of the bilateral relationship was favored by the mutual perception of a strategic partnership. In 1995, the two countries signed an Economic and Trade Cooperation Agreement, initiating dialogue in the commercial and technological sectors. In a significant step forward, in 2003, an agreement was signed to use the Ukrainian Cyclone-4 rocket for satellite launches at the CLA, seen at the time as the main pillar of the relationship.

The bilateral relationship kept steady, without further significant factors for roughly one decade. At the end of 2013, the outbreak of the "Euromaidan" revolution, followed by the onset of conflicts in Crimea and Donbas, led to profound shifts in Ukraine's economy and politics. The economic crisis drastically reduced trade with Brazil, while politically, Ukraine became focused on the aforementioned conflicts. During this period, the Brazilian government decided to withdraw from the bilateral space project. Negotiations to liquidate the binational public company ACS culminated in its dissolution in 2019 (Brasil, 2020).

Bilateral relations between Brazil and Ukraine benefit from the presence of a Ukrainian-descendant community in Brazil, estimated at around 450,000 people – the third-largest in the Americas, after the United States and Canada. Concentrated in the state of Paraná, this community has supported initiatives aimed at strengthening ties with Ukraine, such as university student exchanges and the teaching of Portuguese at the Taras Shevchenko National University. (Brasil, 2020; 2023).

Since 2013, a joint venture between the Ukrainian company Indar and Bahiafarma has contributed to the establishment of the first insulin crystal production plant in Brazil. Since 2018, a Productive Development Partnership (PDP) between the Brazilian Ministry of Health, Indar, and Bahiafarma has ensured the importation of NPH insulin from Ukraine and the transfer of technology for production in Brazil by Bahiafarma. Under the agreement, Bahiafarma became responsible for supplying significant share of the most commonly used types of insulin within Brazil's Unified Health System (SUS): Regular (R) and the long-acting NPH insulins (Bahia, 2018; MRE, 2023).

After the collapse of the Soviet Union in 1991, the newly independent Republic of Ukraine inherited a vast and highly developed space sector. At its peak, the industry employed around 100,000 people – today reduced to about 16,000, still roughly equivalent to NASA's workforce (Spacenews, 2023; Via Satellite, 2023). Ukraine produced the renowned Zenit, Cyclone, and Dnieper rockets, as well as a wide range of aerospace components. To preserve and capitalize on this technological legacy, the country quickly sought international partnerships that could provide access to markets, financing, and cooperative projects. Since independence, Ukraine has signed more than 30 international agreements related to space activities, including three with Brazil (Nascimento, 2013; Monserrat Filho, 2018).

Brazil's trajectory was shaped by the development of the CLA, which began operations in 1989 and enabled the launch of various sounding and meteorological rockets. The geographical location of the CLA confers a significant comparative advantage in the global launch services market, primarily due to its proximity to the Equator (approximately 2° south latitude). This position allows rockets to benefit from the Earth's rotational velocity, reducing the amount of propellant required to reach orbit and enabling either lower launch costs or greater payload capacity. Empirical estimates suggest fuel savings of up to 30% relative to higher-latitude launch sites such as Cape Canaveral, which directly enhances commercial competitiveness (Zaparolli, 2020; Lôbo *et al.*, 2024).

From a broader aerospace economics perspective, equatorial launch sites such as Alcântara are structurally advantaged in accessing geostationary and low-inclination orbits, which are central to telecommunications and Earth observation markets. In addition, Alcântara's eastward-facing Atlantic coastline permits safer launch trajectories and reduces energy losses associated with orbital inclination corrections, further reinforcing efficiency gains (Lôbo *et al.*, 2024; Lebre; Swainston; Martin, 2025).

Brazil placed its first satellites – SCD-1 (1993) and SCD-2 (1998) – into orbit using U.S. Pegasus rockets. The creation of the Brazilian Space Agency (AEB) in 1994 marked a turning point, allowing the country to expand international cooperation, most notably the 1988 partnership with China that generated the CBERS program. More recently, Brazil has sought to modernize CLA and open it to international use, attracting companies such as Virgin Orbit and Innospace. These initiatives, along with launches of the fully Brazilian-made VSB-30 suborbital rocket, illustrate Brazil's growing ambitions in the global space sector (Monserrat Filho, 2018; Brasil, 2022; Martínez Álvarez, 2023).

In 1995, the Ukrainian design bureau Yuzhnoye – developer of the Zenit rocket – joined Boeing (USA), RSC Energia (Russia), and Kvaerner (Norway) to create Sea Launch, an international consortium offering commercial satellite launches from an ocean-based platform positioned at the equator. The first successful launch took place on March 27, 1999 (Boeing, 2002; Monserrat Filho, 2018). Sea Launch represented an innovative model of space commercialization, maximizing payload efficiency through equatorial launches and using the mobile Ocean Odyssey platform to reduce fuel consumption.

Brazil's decision to commercialize the Alcântara Launch Center aligned with the global trend toward privatization and internationalization of launch services. As mentioned, launches near the equator benefit from Earth's rotational velocity, offering strategic advantages for geostationary orbit missions. The government sought to professionalize and modernize the site by involving Infraero – traditionally responsible for airport administration – to

manage infrastructure and logistics (Monserrat Filho, 2018). This approach followed global shifts with the rise of public-private partnerships as countries adapted to the booming commercial satellite market (Larson; Pranke, 2003).

It was in this context that, in 1997, Ukraine welcomed a proposal from the Italian aerospace firm Fiat Avio to establish a consortium with Brazil for the launch of Cyclone-4 rockets from the CLA. Negotiated through Infraero, the initiative aimed to exploit the site's equatorial advantage, while the Cyclone-4 – an upgraded version of the Cyclone-3 with over 200 successful launches – offered proven reliability (Monserrat Filho, 2018). However, the partnership soon faced obstacles. From the start, the United States raised concerns about potential missile-technology transfers, prompting Fiat Avio to withdraw. Brazil and Ukraine nonetheless continued negotiations, eventually forming the Alcântara Cyclone Space (ACS) joint venture (Braun, 2004; Azevedo, 2007; Pantoja; Ribeiro, 2015).

ACS, headquartered in Brasília, was tied to both countries' space agencies and launched with an initial investment of US\$ 4.5 million. The Cyclone family's strong track record combined with CLA's projected 13-31% fuel savings (Sousa Jr., 2007; Azevedo, 2007) made the project commercially promising. A Memorandum of Understanding signed on April 7, 1998 by Infraero, Fiat Avio, Yuzhnoye, and Yuzhmash formalized intent to create a launch consortium; Motorola even expressed interest as a first client (Monserrat Filho, 2018).

However, the U.S. State Department discouraged Motorola's participation and advised the Italian government – via a “non-paper” – to oppose Fiat Avio's involvement. Despite Brazil's 1996 accession to the Missile Technology Control Regime (MTCR) and its export-control legislation, Washington cited concerns over Brazil's Satellite Launch Vehicle (VLS-1) program and argued that Brazil remained an unreliable partner. As a result, negotiations stalled (Monserrat Filho, 2018).

Brazil subsequently launched an intensive diplomatic effort, which included direct dialogue between Presidents Fernando Henrique Cardoso and Bill Clinton, eventually securing an agreement to negotiate technology-safeguards measures. After several months, the TSA was signed on April 18, 2000. With diplomatic obstacles eased, Brazil resumed discussions with Ukraine, and on November 18, 1999, the two countries signed a Framework Agreement for Cooperation in the Peaceful Uses of Outer Space, marking a new stage in bilateral collaboration.

However, the political, financial, and technical difficulties that would ultimately doom the project still lay ahead. Until its termination in 2015, Brazil and Ukraine invested approximately US\$ 500 million each, yet expected commercial returns never materialized (Shevtsov; Kashanov, 2014; Spacenews, 2015; Dien', 2016). Internal instability in both countries compounded these problems. Externally, the Russian Federation and the United States played decisive roles in undermining ACS. According to Zaitsev (2008), Russia exploited environmental concerns over hypergolic fuels – eventually leading Kazakhstan to ban launches of certain Russian rockets from Baikonur – and subtly encouraged Brazil to pursue “green” launch vehicles, diverting interest away from Cyclone-4. Meanwhile, the deteriorating Russia-Ukraine relationship caused Russian suppliers to restrict critical inputs to Ukraine's aerospace industry, jeopardizing its capacity to support the project. Writing in 2008, Zaitsev predicted that Brazilian cancellation was inevitable due to Russia's leverage.

As part of bilateral cooperation, the Embassy of Ukraine in Brasília facilitated academic exchanges for Brazilian students (Nascimento, 2013). Nonetheless, the project's outcomes affected multiple stakeholders: the United States, which actively sought to impede Brazilian rocket development, and Russia, which pressured Ukraine to limit its foreign partnerships. Insight into these dynamics emerges from leaked U.S. diplomatic cables – analyses of which will follow.

WikiLeaks files on US balancing against Alcântara Cyclone Space

The documentary evidence provided by *WikiLeaks* cables offers an interesting reconstruction of external constraints that shaped the trajectory of the ACS project – supporting the interference arguments provided by Zaitsev

(2008). Several communications from the U.S. Embassy in Brasília reveal a consistent pattern of monitoring and conditional engagement by the United States regarding both the CLA and the Brazilian–Ukrainian partnership.

A 2004 cable reporting the U.S. Ambassador’s call on Brazilian Defense Minister José Viegas Filho (USA, 2004) makes clear that Washington imposed significant restrictions on Brazil’s space program, particularly by conditioning the participation of U.S. firms in commercial launches from Alcântara on the ratification of a TSA. Although a TSA had been signed in 2000, it remained stalled in the Brazilian Congress due to sovereignty concerns, and negotiations over revisions were ongoing. The U.S. position emphasized the need for stringent safeguards to prevent unauthorized technology transfer and mitigate risks associated with missile proliferation.

This restrictive stance is further elaborated in the confidential cable titled “Ukraine Requests USG Support for Ukrainian–Brazilian Space Launch Joint Venture at Alcântara” (USA, 2008). In this communication, the U.S. Embassy in Brasília seeks guidance on how to respond to Ukrainian efforts to reverse Washington’s earlier refusal to support the ACS initiative. Ukrainian representatives advanced three central arguments in favor of U.S. backing: first, that Ukraine could leverage its influence within the Brazilian Congress to facilitate the approval of the long-delayed U.S.–Brazil space cooperation agreement; second, that Ukraine’s existing collaboration with the American company Orbital Sciences could generate commercial opportunities for U.S. firms; and third, that access to Alcântara could reduce launch costs by up to 30% for U.S. satellite operators. Most significantly, Ukrainian officials warned that, absent U.S. support, Russia would likely fill the vacuum and become Brazil’s primary partner in space cooperation – a prospect that, according to the cable, already enjoyed high-level political support within Brazil.

This same cable notes that Brazil–Russia space launch cooperation had high level political support in Brazil, and Ukrainians were concerned of Russian representatives movements to block the Ukrainian cooperation. The cable cites president Medvedev visit to Brazil as part of this strategy.

The U.S. response to these overtures is clarified in the cable “Responding to Ukrainian Questions Concerning USG Support for Ukrainian–Brazilian Slv Joint Venture at Alcantara” (USA, 2009), classified as confidential and dated January 14, 2009. This communication, sent from the Secretary of State to the U.S. Embassy in Brasília, provides explicit instructions on how to address Ukrainian inquiries. The central point of the message is unambiguous: the United States would not permit the launch of U.S. satellites – or foreign satellites incorporating U.S.-licensed components – from Alcântara until the TSA was ratified. The agreement was explicitly framed as a mechanism to prevent unauthorized transfers of rocket technology that could enhance Brazil’s indigenous Space Launch Vehicle (SLV) program, a development that, according to the cable, the United States had historically sought to avoid encouraging, particularly in the context of Missile Technology Control Regime (MTCR) member states. While expressing nominal support for the Brazilian–Ukrainian partnership, the U.S. made clear that such support was strictly conditional on the protection of its technological assets. The absence of Senate ratification in Brazil therefore functioned as a decisive barrier, effectively blocking any launches involving U.S.-linked technologies.

Initially, Russia supported the project, with Sberbank participating in financing the development and construction of the Cyclone-4 rocket (Kyiv Post, 2011). The cable “Ukraine: Space Deal” highlights that Cyclone-4 was not fully Ukrainian-controlled, as Russia retained a stake in its design and production. A key component – the first-stage engine – was produced by a Russian state company (Energomash). As insiders mentioned in the cable note, the project would hardly be able to secure a necessary agreement with Russia and make it partners with Ukraine in building the launch vehicle. The cable cites estimates that Ukraine owns 95% of the Cyclone-4 design and Russia owns the remaining 5%. Even this minor (5%) ownership share gave Russia blocking power over key decisions – particularly regarding intellectual property and export authorization.

Russian efforts to establish a partnership at the CLA are evidenced in the leaked cable “The Brazil-Russia Partnership: Coffee and Sympathy” (classified confidential, dated December 12, 2008), which records discussions regarding potential cooperation at the launch site. Beyond technical considerations, the cable adopts an ironic tone when referring to Russians’ stance on the social dimensions of the project, notably reflecting a lack of understanding of the situation of quilombola communities in the CLA area and suggesting that they could simply be “packed up and moved elsewhere.”

Taken together, these cables reveal a coherent pattern of external constraint that goes beyond *ad hoc* diplomatic friction and instead reflects deeper structural dynamics. The ACS project, by combining Brazil’s advantageous equatorial launch site with Ukraine’s inherited aerospace capabilities, had the potential to alter the distribution of capabilities in a strategic sector characterized by high barriers to entry and strong links to national security. The space launch industry is not merely a commercial domain but a dual-use technological field in which civilian and military applications are deeply intertwined. As such, even ostensibly commercial initiatives may generate security externalities that trigger precautionary responses from established powers.

Following Stephen Walt (1987), state behavior is driven not simply by the distribution of capabilities, but by threat perception, which depends on factors such as aggregate power, proximity, offensive potential, and perceived intentions. In this case, the Brazilian–Ukrainian partnership did not constitute an immediate military threat to either the United States or Russia. However, it introduced uncertainty regarding future capabilities, particularly in a domain – space launch technology – with clear implications for ballistic missile development. This uncertainty is sufficient, within a defensive realist framework, to trigger balancing behavior.

The United States’ conduct can thus be interpreted as a rational response to the security dilemma, as conceptualized by Robert Jervis. Measures taken by Brazil and Ukraine to enhance their technological autonomy – such as developing an independent launch capability – could be perceived by Washington as potentially eroding existing nonproliferation regimes or facilitating latent military capabilities. In response, the United States adopted a strategy of conditional engagement, using regulatory instruments such as export controls and the TSA requirement to limit the diffusion of sensitive technologies. Crucially, these measures did not require overt coercion; instead, they operated through the structural centrality of U.S.-licensed components in the global space industry. This form of constraint aligns with Charles Glaser’s argument that states seek to minimize risks and avoid worst-case scenarios under conditions of uncertainty, even when dealing with partners whose intentions are not overtly hostile.

At the same time, these policies had the effect of preserving U.S. structural advantages in the global launch market. The prevalence of American components in satellite systems meant that Washington could effectively exercise veto power over launches conducted from third countries, including Brazil. This created a form of indirect technological dependency that constrained the strategic options available to middle powers. Importantly, within a defensive realist framework, such outcomes need not be interpreted as evidence of deliberate hegemonic expansion, but rather as by-products of risk-averse strategies aimed at maintaining existing security arrangements.

Russia’s role, though indirectly documented in the cables, can be understood through similar logic. As the successor to the Soviet Union, Russia retained significant influence over Ukraine’s aerospace sector, including control over supply chains, industrial infrastructure, and key technological inputs. The ACS project introduced the possibility of Ukraine reducing its dependence on Russian systems and diversifying its partnerships beyond the post-Soviet space. From Moscow’s perspective, this represented a potential shift in the regional balance of capabilities and a weakening of its strategic position vis-à-vis Ukraine. Consequently, Russian actions – ranging from political pressure to constraints on industrial cooperation – can be interpreted as efforts to prevent unfavorable changes in relative power rather than as purely expansionist behavior.

The convergence of U.S. and Russian constraints, despite the absence of explicit coordination, underscores a central insight of defensive realism: states responding to similar uncertainties may independently adopt policies that produce mutually reinforcing outcomes. In the case of ACS, both powers acted to limit the emergence of a new autonomous launch capability that could introduce unpredictability into a strategically sensitive domain. For Brazil and Ukraine, these external pressures translated into increased costs, delays, and ultimately the erosion of the project's viability.

Conclusion

The ACS project constitutes a paradigmatic case of the structural constraints faced by middle powers attempting to advance technological autonomy in strategically sensitive sectors. As demonstrated throughout this study, Brazil and Ukraine pursued a cooperative initiative grounded in complementary capabilities – geographic advantage and aerospace expertise – yet ultimately encountered systemic barriers that cannot be fully explained by technical or financial shortcomings alone. Rather, the project's trajectory reflects its insertion within an international system in which great powers actively shape the conditions under which technological development occurs.

From a theoretical perspective, the findings reinforce key insights of defensive realism. The reactions of the United States and Russia are consistent with balance-of-threat logic, as both powers responded not to an immediate challenge, but to the uncertainty generated by the potential evolution of Brazilian–Ukrainian capabilities in a dual-use technological domain. The ACS initiative, while formally commercial, became securitized due to its latent implications for missile technology and strategic autonomy. In this sense, the case illustrates how technological cooperation can be reinterpreted through a security lens, triggering precautionary balancing behavior.

Empirically, the analysis of diplomatic cables provides concrete evidence of how such balancing operates in practice. The United States employed regulatory and technological constraints – particularly through export controls and the TSA – to limit the diffusion of sensitive capabilities, effectively exercising indirect veto power over the project. Russia, in turn, leveraged its residual influence over Ukraine's aerospace sector and its position within critical supply chains to constrain the partnership. Later, Russia also explored its improved proximity to the Brazilian government to substitute Ukraine as the chosen partner at CLA. These mechanisms operated through different channels, yet converged in their effects, illustrating how uncoordinated actions by great powers can produce structurally reinforcing outcomes.

The case also underscores the importance of structural dependency in shaping the prospects of technological autonomy. Brazil and Ukraine, despite their ambitions, lacked full control over key components, supply chains, and regulatory frameworks necessary to sustain an independent launch capability. This dependence increased their exposure to external pressures and amplified the impact of great-power intervention. In this respect, ACS demonstrates that technological capability alone is insufficient; autonomy in strategic sectors requires control over the broader ecosystem in which such technologies are embedded.

More broadly, the failure of ACS highlights the limits of diversification strategies pursued by middle powers. While both Brazil and Ukraine sought to expand their international partnerships and reduce dependence on traditional centers of power, their initiative ultimately triggered countervailing responses that reaffirmed existing hierarchies. The case thus suggests that diversification, while enhancing diplomatic flexibility, does not eliminate structural constraints in sectors characterized by high security sensitivity and concentrated technological control.

In conclusion, the ACS project reveals that the pursuit of technological autonomy by middle powers is deeply conditioned by the dynamics of great-power politics. The interplay of regulatory regimes, supply-chain dependencies, and threat perceptions constrains the range of viable strategies available to emerging actors.

References

- ALMEIDA, Paulo Roberto. Never before seen in Brazil: Luiz Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 160-177, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil como ator regional e global: estratégias de política externa na nova ordem mundial. **Cena Internacional**, v. 9, n. 1, 2007.
- AZEVEDO, João Luiz. A Capacidade Brasileira de Acesso ao Espaço. **Espaço Brasileiro**. v. 1, n. 2, 2007. Available at: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucional/revistas-pdf/002revista-peb-mar-abr-mai-2007.pdf>. Accessed on: 18 aug. 2024.
- BAHIA. Secretaria da Saúde. **Presidente da Indar projeta ampliação de parceria com a Bahiafarma**. 04 de junho de 2018. Available at: <https://www.saude.ba.gov.br/2018/06/04/presidente-da-indar-projeta-ampliacao-de-parceria-com-a-bahiafarma/>. Accessed on: 06 jul. 2024
- BOEING. Sea Launch Delivers PanAmSat's Galaxy IIIC to Orbit. **Boeing Media Room**, 15 June 2002. Available at: <https://boeing.mediaroom.com/2002-06-15-Sea-Launch-Delivers-PanAmSats-Galaxy-IIIC-to-Orbit>. Accessed on: 22 aug. 2024.
- BRASIL. Embaixada do Brasil em Kyiv. **Relatório Simplificado de Gestão**. 2020. Available at: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8880402>. Accessed on: 20 aug. 2024.
- BRASIL. Governo Federal. **BRAZIL launches first nationally produced rocket**. *Gov.br*, Brasília, 27 Oct. 2022. Available at: <https://www.gov.br/en/government-of-brazil/latest-news/brazil-launches-first-nationally-produced-rocket>. Accessed on: 22 aug. 2024.
- BRAUN, F. Brazil In Space: A Ukrainian Connection. **SpaceDaily**, 21 Sep. 2004. Available at: https://www.spacedaily.com/reports/Brazil_In_Space_A_Ukrainian_Connection.html. Accessed on: 19 aug. 2024.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 6a ed. Brasília: Editora da UnB, 2020.
- CHEKALENKO, Ludmyla & FEDUNYAK, Sergiy. **Зовнішня політика України (від давніх часів до наших днів)**. Kyiv: MAUP, 2010.
- DIEN'. «Rousseff's impeachment... and the Ukrainian question». Газета «День», Kyiv, 04 set. 2016. Available at: <https://day.kyiv.ua/ru/node/538369>. Accessed on: 18 aug. 2024.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Foreign Policy and Policy Diffusion in Lula da Silva's Brazil (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 44, n. 1, 2022.
- Faria, Carlos Aurélio Pimenta; Paradis, Clarisse Goulart. Humanism and solidarity in Brazilian foreign policy under Lula (2003-2010): theory and practice. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 2, p. 8-36, 2013.
- GLASER, Charles L. Realists as optimists: cooperation as self-help. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 3, p. 50-90, 1995.
- JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. **World Politics**, Cambridge, v. 30, n. 2, p. 167-214, jan. 1978
- JOYNER, Daniel H. **Non-Proliferation Export Controls: Origins, Challenges, and Proposals for Strengthening**. Aldershot: Ashgate Publishing, 2009.
- KUZIO, Taras. **Ukraine under Kuchma: Political Reform, Economic Transformation and Security Policy in Independent Ukraine**. London: Palgrave Macmillan, 1997.
- KYIV POST. *Russian bank to finance the Ukrainian-Brazilian rocket project*. Kyiv, 17 nov. 2011. Available at: <https://archive.kyivpost.com/article/content/business/russian-bank-to-finance-the-ukrainian-brazilian-ro-117110.html>. Accessed on: 27 mar. 2026.
- LARSON, W. J.; PRANKE, L. K. **Human Spaceflight: Mission Analysis and Design**. New York: McGraw-Hill, 2003.
- LEBRET, Mélusine; SWAINSTON, Oliver; MARTIN, Marissa. Can Brazil become a regional space power? **RAND**, 28 oct. 2025. Available at: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2025/10/can-brazil-become-a-regional-space-power.html>. Accessed on: 27 mar. 2026.
- LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 115-131, 2010.
- LESSA, Antônio Carlos e DORATIOTO, Francisco. **História das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2025.
- LÔBO, Rafael P.; BAPTISTA, Victor Tadeu R.; SOUZA, Leonardo J. C.; FRAZÃO, Gabriel S.; SILVA, William Reis. A safety and competitive analysis of Alcantara Spaceport. **New Space**, v. 12, n. 2, p. 152-169, 2024.
- LOPES, Dawisson Belém. **Política Externa na Nova República: os primeiros 30 anos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MARTÍNEZ ÁLVAREZ, E. Brazil attracts space operators to its Alcântara launch site. **Global Affairs, University of Navarra**, 14 Apr. 2023. Available at: <https://en.unav.edu/web/global-affairs/brazil-attracts-space-operators-to-its-alcantara-launch-site>. Accessed on: 21 aug. 2024.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Lula: Aspirações e dificuldades. **Ideias**, v. 2, n. 2, p. 233-260, 2013.

MONSERRAT FILHO, José. A parceria entre Brasil e Ucrânia para o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara. **Revista Brasileira de Direito Aeroespacial**. v. 20, 2018.

NASCIMENTO, Emmilyne. **A Política Espacial Brasileira entre 1961-2012: a Cooperação Brasil/Ucrânia e a Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space**. [Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais] João Pessoa: UEPB, 2013.

PANTOJA, F. C. M.; RIBEIRO, J. Space Launch Programs in Emerging Countries: Brazil. In: SCHROGL, K-U.; HAYS, P. L.; ROBINSON, J.; MOURA, D.; GIANNOPAPA, C. (Eds.) **Handbook of Space Security**. New York: Springer, 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A cooperação Sul-Sul na política externa do Governo Lula (2003-2010). **Revista Conjuntura Austral**, v. 3, n. 14, p. 69-93, 2012.

SILVA, André Luiz Reis da. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 20-34, jan/jun. 2012.

SHEVTSOV, A. I.; KASHANOV, A. E. Potentsial raketno-kosmicheskoi otrasli i natsional'naia bezopasnost' strany [Potential of the Rocket and Space Industry and National Security of the Country]. **Nauka ta naukoznavstvo** [Science and Science of Science], n. 4, p. 31-36, 2014.

SHYROKYKH, Karina. The Evolution of the Foreign Policy of Ukraine: External Actors and Domestic Factors. **Europe-Asia Studies**, 2018.

SOUSA JR, Gustavo. Brasil e Ucrânia começam implantação da Alcântara Cyclone Space. **Espaço Brasileiro**. Agência Espacial Brasileira. v. 1, n. 1, 2007. Available at:

<https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucional/revistas-pdf/001revista-peb-nov-jan-2007-4.pdf>

Accessed on: 18 aug. 2024

SOUZA, Amaury. **A Agenda Internacional do Brasil**. Rio de Janeiro, Elsevier: 2009.

SPACENEWS. Brazil pulling out of Ukrainian Cyclone-4 launcher project. **SpaceNews**, 14 Apr. 2015. Available at: <https://spacenews.com/brazil-pulling-out-of-ukrainian-cyclone-4-launcher-project/>. Accessed on: 21 aug. 2024.

SPACENEWS. Ukrainian space industry players continue work, eye European projects amid war. **SpaceNews**, 2023. Available at: <https://spacenews.com/ukrainian-space-industry-players-continue-work-eye-european-projects-amid-war/>. Accessed on: 21 aug. 2024.

UNITED STATES. Embassy of the United States in Brasília. **Ambassador's Call on Defense Minister Viegas, 8 September 2004**. Cable 04BRASILIA2303_a, 13 Sept. 2004. Available at: https://wikileaks.org/plusd/cables/04BRASILIA2303_a.html. Accessed on: 22 aug. 2024.

UNITED STATES. Embassy of the United States in Brasília. **Ukraine Requests USG Support for Ukrainian-Brazilian Space Launch Joint Venture at Alcântara**. Cable 08BRASILIA1652_a, 12 Dec. 2008. Available at: https://wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA1652_a.html. Accessed on: 22 aug. 2024.

UNITED STATES. Embassy of the United States in Brasília. **The Brazil-Russia Partnership: Coffee and Sympathy**. Cable 08BRASILIA1590_a, 12 Dec. 2008. Available at: https://wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA1590_a.html. Accessed on: 22 aug. 2024.

UNITED STATES. Department of State. **Responding to Ukrainian Questions Concerning USG Support for Ukrainian-Brazilian SLV Joint Venture at Alcântara**. Cable 09STATE3691_a, 14 Jan. 2009. Available at: https://www.wikileaks.org/plusd/cables/09STATE3691_a.html. Accessed on: 22 aug. 2024.

VAN LOON, Aukje. From Interregionalism to Bilateralism: Power and Interests in EU-Brazil Trade Cooperation. In: Rewizorski, M. (ed). **The European Union and the BRICS**. Springer, Cham, 2015.

VIA SATELLITE. Ukraine's space startups recalibrate to meet the challenges of the war. **Via Satellite**, Dec. 2023. Available at: <https://interactive.satellitetoday.com/via/december-2023/ukraines-space-startups-recalibrate-to-meet-the-challenges-of-the-war/>. Accessed on: 21 aug. 2024.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31-60, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; THOMPSON, Timothy. Brazilian foreign policy in the Cardoso era: The search for autonomy through integration. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 5, p. 58-80, 2007.

WALT, Stephen M. **The Origins of Alliances**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.

ZAITSEV, Y. Russia begins elbowing Ukraine out from Brazil’s space program. **SpaceDaily**, 17 Jul. 2008. Available at: https://www.spacedaily.com/reports/Russia_Begins_Elbowing_Ukraine_Out_From_Brazil_Space_Program_999.html. Accessed on: 17 aug. 2024.

ZAPAROLLI, Domingos. Ready for lift-off. **Revista Pesquisa FAPESP**, 17 feb. 2022. Available at: <https://revistapesquisa.fapesp.br/en/ready-for-lift-off/>. Accessed on: 27 mar. 2026

Author’s Contributor Roles	
Marcelo Furtado Martins de Paula:	Conceptualization; Methodology; Project Administration; Formal Analysis; Resources; Investigation; Writing (Original Draft Preparation); Writing (Review & Editing);

Information provided by the author according to the [Taxonomy of author contributions \(CRediT\)](#)

A mudança de curso na política climática da Índia: da postura defensiva à cooperação ativa (1972-2022)

The shifts in India's climate policy: from a defensive stance to active cooperation (1972-2022)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.151186>

Diego Araujo Azzi

Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, Brasil

diego.azzi@ufabc.edu.br  

Larissa Ferreira Lima

PPGRI Santiago Dantas, São Paulo, Brasil

limabslarissa@gmail.com  

Resumo

Este artigo aborda, a partir de pesquisa histórico-analítica, as mudanças de curso da política climática indiana no período de cinco décadas que vai de 1972 até 2022. O argumento está organizado em dois eixos: o primeiro aborda a formação e evolução da política de mudanças climáticas da Índia com base em pressupostos desenvolvimentistas, de equidade e autodefesa, considerando a evolução dos interesses, posições e debates internos e internacionais. O segundo examina as políticas adotadas durante os governos Narendra Modi, e as contradições presentes em seus posicionamentos, interesses e relações com o mercado de combustíveis fósseis. Nas considerações finais, oferecemos uma caracterização analítica, apontando para as tensões inerentes à sua trajetória de mudança de uma postura defensiva para uma cooperação ativa nas negociações sobre a mudança do clima. Espera-se assim contribuir com um melhor entendimento sobre a Índia, país de grande relevância para a política externa brasileira, que a despeito da aproximação bilateral recente, segue ainda pouco estudado no Brasil.

Palavras-chave: Índia; desenvolvimento; sustentabilidade; multilateralismo climático; COP.

Abstract

Based on historical-analytical research, this article addresses the course changes in Indian climate policy over a five-decade period from 1972 to 2022. The argument is organized into two axes: the first addresses the formation and evolution of India's climate change policy based on developmentalist, equity, and self-defense assumptions, considering the evolution of domestic and international interests, positions, and debates. The second examines the policies adopted during the Narendra Modi administrations and the contradictions present in their positions, interests, and relationships with the fossil fuel market. In the concluding remarks, we offer an analytical characterization, highlighting the tensions inherent in its trajectory of shift from a defensive stance to active cooperation in climate change negotiations. Our aim is to contribute to a better understanding of India, a country of great relevance to Brazilian foreign policy, which, despite recent bilateral rapprochement, remains little studied in Brazil.

Keywords: India; development; sustainability; climate multilateralism; COP.

Recebido: 25 Outubro 2025

Aceito: 01 Junho 2026

Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Este artigo busca caracterizar a política climática da Índia a partir da análise de sua participação em relevantes fóruns internacionais sobre a mudança do clima, considerando elementos domésticos que condicionaram a trajetória dos posicionamentos do país. A partir das categorias analíticas de Hermann (1990) e das contribuições de Haesebrouck e Joly (2021), a pergunta de pesquisa explorada é a de se houve – e quais foram – mudanças de curso e/ou reorientações fundamentais na política externa climática da Índia no período 1972–2022.

O método de abordagem é qualitativo e histórico-analítico, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. A análise é organizada por meio de uma periodização da política climática indiana entre 1972 e 2022, articulando elementos da política doméstica, da política externa e das negociações multilaterais sobre mudanças climáticas.

A Índia é relevante por ser o país mais populoso do mundo, por ter papel geopolítico e geoeconômico crescente e por ter repercussões na política externa brasileira por meio de coalizões comuns como BRICS, G20, IBAS e BASIC. Nosso objetivo geral é fornecer uma análise sistemática da política climática indiana, aspecto pouco estudado no campo das Relações Internacionais no Brasil, identificando a transição indiana de uma postura diplomática defensiva, para uma estratégia de cooperação ativa nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, entre 1972 e 2022.

Especificamente, o artigo buscou: a) analisar a formação do posicionamento climático indiano desde a Conferência de Estocolmo de 1972 até a revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) indianas em 2022; b) investigar o papel das negociações multilaterais na redefinição da posição da Índia na governança climática internacional; e, c) compreender as estratégias adotadas durante os governos de Narendra Modi no âmbito da política climática doméstica e internacional. Para isso, o trabalho foi organizado em cinco seções cronológicas que analisam a trajetória da política climática indiana, destacando também os papéis inibidores e impulsionadores das contradições entre o modelo de desenvolvimento do país e seus compromissos climáticos.

A Índia figura entre os países mais vulneráveis às mudanças climáticas, ocupando a 7ª posição no Global Climate Risk Index (Eckstein *et al.*, 2021), ao mesmo tempo em que se consolidou como o terceiro maior emissor total de GEE do mundo, embora apresente emissões per capita inferiores às das principais economias desenvolvidas. Essa condição revela as contradições de um grande país periférico (Guimarães, 2001), marcado simultaneamente pelo crescimento econômico acelerado e por profundas desigualdades sociais e desafios estruturais de desenvolvimento. Eventos extremos, como secas, enchentes, ondas de calor e ciclones, atingem frequentemente o país, provocando deslocamentos populacionais e agravando vulnerabilidades socioeconômicas (AFP, 2021; Faria, 2021). Apesar do crescimento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB) nas últimas décadas (Banco Mundial, 2025), a responsabilidade histórica da Índia pelas emissões globais permanece significativamente inferior à de países como Estados Unidos e China, o que sustenta sua defesa histórica dos princípios de responsabilidade diferenciada e direito ao desenvolvimento nas negociações climáticas internacionais (Friedlingstein *et al.*, 2022).

Para organizar a análise histórica, adota-se a categorização de Dubash e Ghosh (2019), dividindo a política climática e ambiental indiana em cinco fases, com a última correspondendo à contribuição específica desta pesquisa, conforme detalhado no Quadro 1. Em complemento à narrativa histórica organizada segundo a periodização de Dubash e Ghosh (2019), este artigo propõe uma caracterização analítica da trajetória da política climática indiana a partir da tipologia de mudança de política externa formulada por Hermann (1990). Hermann distingue quatro níveis de mudança, hierarquizados segundo o grau de profundidade do que é efetivamente alterado na política externa.

O nível mais superficial – a mudança de ajuste – corresponde à variação quantitativa na magnitude do esforço ou no escopo dos destinatários, sem que objetivos ou instrumentos sejam reformulados. O segundo nível – a mudança de programa – preserva os fins da política, mas reconstitui os meios e instrumentos mobilizados para alcançá-los. O terceiro

– a mudança de problema ou objetivo – redefine os próprios fins que a política externa se propõe a enfrentar. O quarto nível – a mudança de orientação internacional – envolve a reestruturação completa dos alinhamentos, da identidade e da lógica de inserção de um Estado no sistema internacional.

A aplicação dessa tipologia ao caso indiano é metodologicamente apropriada por permitir, em primeiro lugar, abordar a natureza incremental, estratificada e internamente contraditória dos processos de mudança. Em segundo lugar, ela oferece critérios analíticos para identificar o que muda em cada fase, articulando a dimensão histórica com uma lógica analítica. Por fim, esta abordagem busca incorporar os vetores e atores causais da mudança – liderança individual, burocracia diplomática, reestruturação doméstica e choques externos. Nossa leitura da política externa indiana para o clima revela que a Índia jamais realizou uma mudança de orientação internacional plena, mas sim um processo de mudanças de programa sobre um conjunto de princípios estáveis. Nota-se, a partir de 2015, uma redefinição parcial de objetivos, cujos limites e contradições são o objeto da última seção deste artigo.

Quadro 1 – Periodização da Política Nacional Climática Indiana 1972-2022

Período	Características
POSTURA DEFENSIVA COMO GUARDIÃ DO DESENVOLVIMENTO (1972-2007)	
1972-2007	Formação da política climática internacional indiana. Pauta exclusiva da política externa e da diplomacia; enfática defesa das RCMD; ratificação bem-sucedida dos acordos climáticos e ambientais internacionais no ordenamento jurídico indiano; incentivo governamental às empresas indianas a adentrarem nas diretrizes do Protocolo de Kyoto.
DA RESISTÊNCIA AO DIÁLOGO SOB MANMOHAN SINGH (2007-2014)	
2007-2009	Pauta passa a ser debatida internamente e há a formação da política climática doméstica com a criação da NAPCC; anúncio da primeira meta quantitativa internacional de redução da emissão de GEE.
2010-2014	Ministério do Meio Ambiente lidera a política climática de forma interministerial; alinhamento das demandas internacionais indianas com os outros países emergentes, através do BASIC, em especial com a China.
PRAGMATISMO E PROJEÇÃO SOB NARENDRA MODI (2014 A 2022)	
2014-2019	Início do mandato como primeiro-ministro de Narendra Modi; mudança no nome do Ministério do Meio Ambiente para Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas (MoEFCC); avanços em pautas de financiamento internacional para mudanças climáticas; protagonismo no Acordo de Paris com o estabelecimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDC (na sigla em inglês), e da ratificação do acordo.
2020-2022	Pandemia de covid-19; grave período devido à crise de saúde pública e desastres ambientais; avanços quanto às metas do NDC e comprometimento indiano como liderança climática mundial; denúncias quanto ao incentivo de práticas industriais não sustentáveis.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Dubash e Ghosh (2019).

Postura defensiva como guardiã do desenvolvimento (1972-2007)

As bases da diplomacia climática indiana remontam ao discurso de Indira Gandhi na Conferência de Estocolmo de 1972 (UNCHE), quando a líder articulou de forma decisiva a relação entre meio ambiente, desenvolvimento e pobreza, consolidando a defesa do direito ao desenvolvimento como eixo estruturante da posição indiana nas negociações ambientais internacionais (Jayaram, 2021). No plano institucional, a questão climática passou a ser tratada como tema de política externa, articulando o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Relações Exteriores. Já no início dos anos 1990, após a Resolução 44/207 da ONU, a Índia promoveu iniciativas de coordenação do Sul Global sobre questões ambientais e participou ativamente das negociações preparatórias para a United Nations Conference on Environment and Development, buscando consolidar protagonismo na governança climática internacional (Sengupta, 2019).

As bases da diplomacia climática indiana remontam ao discurso da ex-primeira-ministra Indira Gandhi na Conferência de Estocolmo de 1972 (UNCHE). Naquele discurso, ela estabeleceu uma firme relação entre meio ambiente, desenvolvimento e pobreza que caracterizaria de forma definitiva a perspectiva indiana sobre o tema nos fóruns internacionais (Jayaram, 2021, p. 92), alinhada à noção de direito ao desenvolvimento. “Não são a pobreza e a

necessidade os maiores poluidores?” foi o questionamento feito por Indira Gandhi às delegações presentes na Conferência de Estocolmo.

No plano da institucionalidade intragovernamental, a questão da atuação climática internacional da Índia tem sido amplamente debatida no Parlamento e, já desde a criação do Ministério do Meio Ambiente (MoE, em inglês) em 1985, foi tradicionalmente tratada como uma questão de política externa, com ações colaborativas entre o Ministério das Relações Exteriores (MFA, em inglês) e o MoE. Logo após a aprovação da Resolução 44/207, da Assembleia Geral da ONU, em 1989, sobre a convocação urgente de uma conferência para o clima, a Índia realiza já em 1990 a Conferência de Países em Desenvolvimento Seleccionados sobre Questões Ambientais Globais, para formação de uma coalizão do Sul Global em torno do tema (Sengupta, 2019). O país esteve também ativamente envolvido nos debates preparatórios para a Rio 92, com o intuito de desempenhar um papel de destaque no debate internacional.

Com esta perspectiva, a Índia chegaria à Conferência Rio 92 com uma postura defensiva pautada na defesa do direito ao desenvolvimento, rejeitando abordagens estritamente técnicas sobre a mudança climática e buscando associar o debate ambiental às questões de desenvolvimento econômico, combate à pobreza e bem-estar social (Chasek, 2022). Em articulação especialmente com o Brasil, o país desempenhou papel central na consolidação do princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas (RCMD), segundo o qual as responsabilidades pela mitigação climática devem considerar as trajetórias históricas de emissões dos países.

Observa-se que, sobretudo após a abertura econômica dos anos 1990, a Índia passou por um aumento acelerado de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), embora sua diplomacia tenha conseguido manter o país classificado como economia em desenvolvimento nas negociações climáticas, assegurando, com base no princípio das RCMD, obrigações diferenciadas em relação aos países desenvolvidos. Além disso, nos resultados da Rio 92, destaca-se a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC, em inglês), a qual anualmente promove as Conferências das Partes do Clima (COP), responsável pela consolidação de um regime internacional de governança climática. Nesse processo, destacam-se dois marcos centrais: o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas obrigatórias para países desenvolvidos, e o Acordo de Paris, que ampliou a responsabilidade multilateral sobre a mitigação climática e fortaleceu mecanismos de cooperação internacional para adaptação e financiamento climático (Campello; Lima, 2018).

Contudo, deve-se ressaltar que já a partir da primeira Conferência das Partes sobre a Mudança do Clima (COP) de 1995, os países desenvolvidos passaram a pressionar grandes economias emergentes, como Índia, Brasil e China, a assumirem compromissos mais ambiciosos de redução de emissões. Em resposta, a Índia fortaleceu sua articulação com o Sul Global, especialmente por meio do G77 e da China, defendendo que apenas os países desenvolvidos assumissem metas juridicamente vinculantes no âmbito do Protocolo de Kyoto (Sengupta, 2019). Para os países em desenvolvimento, o Protocolo de Kyoto representava tanto o reconhecimento político do princípio das Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas quanto a preservação de maior flexibilidade para seus projetos de desenvolvimento econômico (Lago, 2013).

Para os países em desenvolvimento a importância do instrumento dava-se, principalmente, por dois motivos: do ponto de vista político, o fato de os países do Anexo 1 terem metas, e os países em desenvolvimento não as terem, representou o claro reconhecimento em um documento de grande importância do princípio das RCMD, um dos pilares da posição do G-77 e China no tocante a desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista econômico, o fato dos países fora do Anexo 1 não terem metas assegurava certa flexibilidade a seus projetos desenvolvimentistas. Se a previsão dos custos de cumprimento das metas do Protocolo de Kyoto justificava a sua não ratificação pelos Estados Unidos, os países em desenvolvimento, por sua vez, certamente não poderiam aceitar metas vinculantes (Lago, 2013, p.131).

Nesse contexto, a Índia alinhou-se estrategicamente a países como Brasil e China ao rejeitar compromissos climáticos vinculantes que pudessem restringir seu desenvolvimento econômico, postura que também foi utilizada pelos

Estados Unidos como justificativa para resistir ao Protocolo de Kyoto (Jørgensen, 2021). Internamente, até 2007, a agenda climática permaneceu subordinada à defesa do princípio RCMD, sem avanços significativos na formulação de políticas domésticas de mitigação ou adaptação, consolidando uma estratégia marcada pela cautela diplomática e pela preservação das prioridades de desenvolvimento econômico.

Uma análise detida deste período na chave analítica proposta por Hermann (1990) mostra que o grande período 1972–2007 comporta dois momentos internos distintos. O primeiro, que vai de Estocolmo’72 à Rio-92, corresponde à instauração da *orientação internacional* que servirá de linha de base normativa para toda a trajetória posterior da política climática indiana. O discurso de Indira Gandhi, a mobilização do G-77 e a inscrição do Princípio das RCMD no texto da UNFCCC constituem a fundação de uma orientação política que se tornará resistente à mudança. Já o segundo momento, que vai de 1992 a 2007, pode ser categorizado como uma *mudança de ajuste*: o escopo do engajamento indiano se expande significativamente, mas os objetivos e os meios fundamentais foram mantidos. Que o país tenha conseguido, apesar do acelerado aumento de suas emissões absolutas a partir da abertura econômica dos anos 1990, manter a sua classificação como economia em desenvolvimento nas negociações climáticas pode ser apontado como o resultado mais significativo dessa estratégia de ajuste defensivo, representando uma vitória diplomática obtida sem que fosse necessário alterar nem os fins nem os meios da sua política externa climática. Assim, Na próxima seção abordamos o período pós-2007, que marcou uma mudança dessa postura defensiva para um posicionamento não apenas mais ofensivo nas negociações internacionais, como também para uma internalização maior do debate climático na forma de políticas públicas e desenvolvimento institucional doméstico.

Da resistência ao diálogo sob Manmohan Singh (2007-2014)

Sob o governo de Manmohan Singh, no período que vai de 2007 a 2014, têm início os primeiros movimentos de convergência da atuação mais flexível da diplomacia climática indiana com a adoção no plano doméstico de políticas públicas correspondentes. Aqui, subdividimos esses sete anos em duas fases, 2007-2009 e 2010-2014.

Entre 2007 e 2009, observa-se o início da formulação de políticas climáticas domésticas, com debates sobre o tema e articulação de diálogos entre as instâncias governamentais, o setor privado e organizações sociais. Em 2007, a Índia criou o Conselho de Primeiro-Ministro para as Mudanças Climáticas (PMCCC, na sigla em inglês), um órgão consultivo com ministros e políticos de alto nível, setores empresariais-chave, ONGs e órgãos da mídia para a coordenação de um plano nacional para a avaliação, adaptação e combate às mudanças climáticas. O PMCCC formulou então a estratégia nacional para o meio ambiente e, em 30 de junho de 2008, o país lançou sua primeira política pública climática, o Plano de Ação Nacional para Mudanças Climáticas (NAPCC) – conferindo maior coerência institucional e narrativa entre os posicionamentos internacionais do país, e os Planos de Ação Estadual sobre Mudanças Climáticas (SAPCC), segundo os quais cada estado do país deveria desenvolver seus próprios objetivos e metas, baseados em oito áreas estratégicas nacionais. A partir do NAPCC, houve um processo de institucionalização da agenda climática, incluindo a criação, em 2009, da Rede Indiana de Avaliação das Mudanças Climáticas e a articulação de diferentes ministérios em torno das oito missões do plano, ampliando a coordenação estatal sobre políticas ambientais e climáticas.

Em paralelo às transformações institucionais e de políticas públicas desencadeadas no cenário doméstico, a Índia anunciou seu novo posicionamento internacional, assumindo formalmente, em 2009, um compromisso climático de diminuir entre 20% e 25% as emissões de GEE até 2020, em relação a 2005. Esse anúncio histórico foi feito pelo primeiro-ministro Manmohan Singh, que, com o ministro de Meio Ambiente Jairam Ramesh, buscou ativamente reformular a posição tradicional da diplomacia indiana nas negociações internacionais, a partir de um pivô para o diálogo, o reconhecimento do aquecimento global como fato antropogênico e da necessidade de mitigação das causas do mesmo. A ênfase na vulnerabilidade climática do país passa a ser exercida como característica de um ator relevante e

proativo no tema, comprometendo-se com uma postura mais flexível para revisões externas das ações de combate às mudanças climáticas no âmbito doméstico (Sengupta, 2019).

A partir de 2008, o NAPCC passou a integrar um movimento mais amplo de fortalecimento do protagonismo climático indiano, especialmente no contexto da COP 15, contribuindo para a consolidação de uma postura mais ativa em temas de mitigação e adaptação climática (Dubash; Ghosh, 2019; Raghunandan, 2019). Ainda assim, apesar de adotar uma posição mais flexível e cooperativa, a Índia manteve como inegociáveis a rejeição de metas juridicamente vinculantes, a definição de um pico obrigatório de emissões e mecanismos amplos de monitoramento internacional sobre ações domésticas sem financiamento externo. Nesse contexto, o país aprofundou sua articulação com outras economias emergentes por meio da formação do BASIC, ao lado de Brasil, China e África do Sul, buscando responder coletivamente às pressões do Norte Global por maiores compromissos de mitigação (Atteridge *et al.*, 2012).

Entre 2010 e 2014, a política climática indiana passou por um processo de maior institucionalização e coordenação interministerial, marcado pela ampliação do protagonismo do Ministério do Meio Ambiente na condução da agenda climática doméstica. Nesse período, foram criados mecanismos como o Comitê Executivo sobre Mudanças Climáticas e o Comitê Gestor Nacional sobre Mudanças Climáticas, responsáveis por articular ministérios, coordenar políticas públicas e organizar recursos e financiamentos relacionados ao tema (Dubash; Ghosh, 2019). No plano internacional, a diplomacia indiana passou a adotar uma postura mais flexível e cooperativa, influenciada por preocupações com segurança regional, interesses econômicos e pelo receio de isolamento diante da mudança de posicionamento da China, que em 2009 anunciou metas de redução de emissões, levando a Índia a assumir compromissos semelhantes e ampliar sua cooperação climática internacional (Atteridge *et al.*, 2012).

Observa-se que, entre 2007 e 2014, a política climática indiana passou por um processo gradual de transformação institucional e diplomática. Entre 2007 e 2009, a aprovação do NAPCC e a oferta voluntária de redução da intensidade de emissões na COP de Copenhague configuraram uma *mudança de programa* da política climática indiana (Hermann, 1990), na medida em que os objetivos centrais – como a preservação do espaço de desenvolvimento soberano e a defesa do princípio RCMD – permaneceram inalterados, mas os instrumentos utilizados foram significativamente reformulados. Pela primeira vez, a política climática deixou de assumir um caráter exclusivamente defensivo e reativo, adquirindo uma dimensão doméstica mais ativa e institucionalizada, fortalecendo a credibilidade internacional da Índia sem romper com sua lógica desenvolvimentista.

Já entre 2010 e 2014, a criação de novos mecanismos institucionais, a ampliação da coordenação interministerial liderada pelo MoE e a consolidação do BASIC como plataforma diplomática representaram uma *mudança de ajuste* sobre esse novo programa (Hermann, 1990). O vetor causal desta fase foi sobretudo a mudança induzida simultaneamente por choques externos, pela influência impulsionadora (Haesebrouck; Joly, 2021) da burocracia reformista liderada pelo Ramesh e, pelo receio de isolamento diante do anúncio das metas chinesas em 2009. Diante disso, as quarta e a quinta fases – analisadas a seguir – se dão de 2014, ano da eleição de Narendra Modi como primeiro-ministro, até o ano de 2022, em que se realizou a última revisão das NDC indianas.

Pragmatismo e projeção de poder sob Narendra Modi (2014 a 2022)

Em 2014, Narendra Modi assumiu a chefia do governo indiano tendo declarado, desde o manifesto eleitoral de seu partido, o compromisso com a sustentabilidade como eixo central de sua agenda (King, 2014a; Mehra, 2014). Um dos seus primeiros atos foi renomear o Ministério do Meio Ambiente e Floresta, incorporando o termo 'Mudanças Climáticas' (MoEFCC, em inglês) à sua designação oficial – sinal simbólico da relevância atribuída à pauta. Contraditoriamente, já nos primeiros meses de mandato, o governo flexibilizou mecanismos de proteção ambiental, ampliou o acesso de

empresas de carvão a reservas protegidas, esvaziou instrumentos de fiscalização e impulsionou a expansão da estatal *Coal India*, reforçando a dependência estrutural do país.

Nesse mesmo período, o governo indiano anunciou metas de expansão das energias renováveis – com ênfase na geração solar – e um conjunto de diretrizes de eficiência energética e reflorestamento (Gowen, 2015; Pashley, 2015b). Contudo, a posição diplomática manteve-se ancorada no princípio das RCMD, reafirmando que os maiores esforços de mitigação deveriam recair sobre os países desenvolvidos e que o combate à pobreza permanecia como prioridade inegociável da agenda doméstica em relação ao carvão (King, 2014b; Pashley, 2015a; Caon, 2025).

Foi nesse contexto de equilíbrio tenso entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental que a Índia assinou o Acordo de Paris, comprometendo-se com metas de intensidade de emissões por unidade de PIB, ampliação das renováveis e criação de sumidouros de carbono (Darby, 2015; Government of India, 2015). A estrutura condicional das NDC indianas, ao vincular reduções ao crescimento econômico e não a volumes absolutos de emissão, preservou espaço para a manutenção – e mesmo expansão – do consumo de carvão, a despeito do cancelamento de novas termelétricas (Darby, 2017a; Ghatak, 2017).

A retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris sob Donald Trump, em 2017, alterou o equilíbrio das negociações climáticas globais e abriu oportunidade estratégica para a Índia. Modi aproveitou o vácuo de liderança para ampliar a projeção internacional do país, combinando participação ativa nas COP com iniciativas plurilaterais, como a Aliança Solar Global (ISA) e o reforço ao Novo Banco de Desenvolvimento no âmbito do BRICS (Ahmad, 2017; King, 2017; Mathiesen, 2017).

Nesse contexto, a Índia passou a combinar forte participação como negociador nas COP das Nações Unidas com iniciativas bilaterais e plurilaterais de cooperação climática, buscando posicionar-se como ponte entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento (Xavier; Nachiappan, 2024). Essa estratégia foi reforçada pelo protagonismo indiano na criação da ISA, o que contribuiu para que Modi recebesse do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2018, a mais alta honraria da ONU para o clima, na categoria “liderança política”, sendo nomeado um dos “Campeões da Terra”

Nas eleições de 2019, a agenda climática teve presença marginal, circunscrita ao debate sobre qualidade do ar e poluição atmosférica (Giga, 2019; Sauer, 2019). Reeleito com ampla maioria, Modi retomou a projeção de liderança climática no plano internacional, anunciando na Conferência de Ação Climática da ONU o avanço da capacidade de energia limpa de 32 GW para 81 GW entre 2014 e 2019, e lançando a meta de 450 GW até 2040 – uma estratégia deliberada de diferenciação em relação aos governos negacionistas que então dominavam o cenário ocidental (Kwatra, 2019; Pahwa, 2019)..

A pandemia de covid-19, a partir de 2020, deslocou momentaneamente o foco da agenda climática e aprofundou as contradições da política energética indiana: ao mesmo tempo em que o país ampliava subsídios ao carvão para sustentar a recuperação econômica, acelerava investimentos em energia solar, atingindo 100 GW de capacidade renovável instalada em 2021 (Balasubramania; Gupta, 2021; Gerretsen, 2021). O retorno de uma liderança climática engajada nos Estados Unidos, com a posse de Joe Biden, criou condições para que Modi retomasse uma diplomacia climática mais ativa, culminando na COP 26. O principal momento desse reposicionamento ocorreu na COP 26, quando Modi apresentou a agenda climática “*Panchamrit*”, estabelecendo compromissos como a ampliação da capacidade energética não fóssil, a redução da intensidade de carbono e a meta de neutralidade climática até 2070 (McGrath, 2021; Sengupta, 2021; Srivatsan, 2021). Apesar do avanço da capacidade de geração de energia renovável, especialmente solar, o carvão e o petróleo permaneceram centrais na matriz energética indiana (ITA, 2024). Em 2022, durante a COP 27, a Índia formalizou parte dessas metas em suas NDC revisadas junto à UNFCCC e, ao assumir a presidência do G20, Modi passou a defender maior cooperação internacional em torno das mudanças climáticas, da

segurança alimentar e da recuperação pós-pandemia (ANI, 2022; Mishra, 2022; Reuters, 2022). A análise das duas fases do governo de Narendra Modi (2014–2019 e 2019–2022), a partir da tipologia de mudança de política externa de Hermann (1990), evidencia uma dinâmica mais complexa e contraditória da política climática indiana. Entre 2014 e 2019, observa-se uma *mudança de objetivo*: se anteriormente a questão central era resistir a compromissos incompatíveis com o direito ao desenvolvimento, a partir do Acordo de Paris o foco passa a ser como posicionar a Índia como liderança climática e da transição energética, sem abrir mão de uma margem de *policy space* compatível com suas prioridades domésticas de desenvolvimento.

Neste período, ou seja, a diplomacia presidencial de Modi foi o principal motor da redefinição do papel internacional da Índia no tema climático. Nesse processo, a diplomacia presidencial de Modi atuou como o vetor causal dominante de uma mudança induzida pelo líder, visando à redefinição do papel internacional da Índia na agenda climática. Entretanto, o período entre 2019 e 2022 demonstra que essa mudança permaneceu incompleta e permeada por resistências domésticas. Estocolmo’72 – as RCMD, a soberania desenvolvimentista, a responsabilidade histórica dos países industrializados – permanecem estruturalmente intactas, funcionando como um limitador de até onde a mudança de objetivo pode avançar sem se tornar uma reorientação completa da política externa. Ainda assim, mesmo diante do avanço de governos negacionistas no Ocidente e do enfraquecimento de compromissos multilaterais, a Índia manteve seus compromissos internacionais de mitigação e adaptação, consolidando-se como uma importante liderança climática do Sul Global, embora marcada por persistentes contradições entre sua projeção internacional e suas políticas domésticas.

Considerações Finais

Este artigo apresentou um panorama histórico-analítico da política climática indiana entre 1972 e 2022. Ao longo desse percurso, torna-se evidente que a transição energética indiana não se orienta para a descarbonização total (*phase-out*), mas para um uso progressivamente menos intenso e mais eficiente dos combustíveis fósseis (*phase-down*), subordinado às imperativas de desenvolvimento e segurança energética (Caon, 2025, p. 18). A partir da interpretação histórica aqui apresentada, o Quadro 2, a seguir, sintetiza e categoriza a trajetória da política climática indiana.

Nossa análise revela que a Índia jamais realizou uma *mudança de orientação internacional*: os fundamentos normativos instaurados em Estocolmo (1972) permaneceram ancorados ao longo de todo o período. O que se observa é um acúmulo de *mudanças de programa* nas fases 2 e 3, seguido de uma *redefinição parcial de objetivos* a partir de 2015, quando o foco migrou da resistência a obrigações vinculantes para a construção de liderança climática no Sul Global. Esse achado é, em si, analiticamente relevante: é possível transitar de uma postura defensiva para uma cooperação ativa sem abandonar os princípios de soberania desenvolvimentista que orientam a inserção internacional da Índia desde 1972.

Ainda assim, as contradições entre o crescente protagonismo climático internacional e as resistências domésticas – estruturais no setor fóssil e normativas na defesa da soberania desenvolvimentista – revelam os limites desta trajetória (Haesebrouck; Joly, 2021). Nesse quadro, o próprio princípio das RCMD opera simultaneamente como freio a obrigações mais profundas e como elemento constitutivo da identidade internacional da Índia na governança climática – condição que define, ao mesmo tempo, o alcance e os limites da sua liderança climática no Sul Global.

Quadro 2 – Síntese e categorização da trajetória da política climática indiana

Fase	Período	Trajetória da política externa	Denominação	Vetor causal dominante	Postura diplomática predominante	Coalizão internacional / Institucionalidade doméstica
1	1972–2007	ORIENTAÇÃO CONSOLIDADA (engajamento defensivo instrumental)	Postura defensiva como guardião do desenvolvimento;	<i>Influência burocrática + Vetor externo (Estocolmo 1972)</i>	Resistência soberanista; defesa do direito ao desenvolvimento; rejeição de obrigações vinculantes; interlocução via G-77	G-77 e China; MFA + Min. Meio Ambiente (1985); não há institucionalidade doméstica autônoma
2	2007–2009	MUDANÇA DE PROGRAMA (mesmos objetivos; novos instrumentos: política doméstica + meta voluntária condicionada)	Formalização e regulamentação das políticas domésticas; primeiro alinhamento às negociações internacionais do clima	<i>Vetor externo (Reports IPCC; eventos climáticos extremos) + Influência burocrática reformista</i>	Passagem de postura reativa para ativa; primeira meta quantitativa voluntária (intensidade de emissões); PNAMC como instrumento positivo	Grupo BASIC; G-77 e China; 8 missões nacionais como instrumentos domésticos; meta voluntária condicionada
3	2009–2014	MUDANÇA DE AJUSTE sobre Mudança de Programa (expansão do escopo da coalizão; objetivos e programa inalterados)	Coalizão BASIC e coordenação interministerial	<i>Reestruturação doméstica + Influência burocrática (tensão interministerial)</i>	Ajuste sobre o novo programa; ampliação da coalizão; maior coordenação MoEFCC–MFA; resistência à Plataforma de Durban	Grupo BASIC como coalizão central; G77 como âncora de legitimidade; coordenação MoEFCC–MFA intensificada
4	2015–2019	MUDANÇA DE OBJETIVO (redefinição do problema: de resistência a construção de liderança; identidade de papel alterada)	Cooperação ativa e protagonismo climático sob Modi	<i>Mudança induzida pelo líder (diplomacia presidencial de Narendra Modi)</i>	Redefinição do problema central: de resistência a liderança da transição energética do Sul Global; ISA como nova arquitetura institucional	ISA (120+ países); G-77 e China; BASIC; parceria franco-indiana; NDC condicionada a transferência tecnológica e financiamento
5	2019–2022	PROGRAMA APROFUNDADO com Resistência à Mudança de Orientação Internacional (RCMD e soberania desenvolvimentista intactos; não há reorientação plena)	Contradições, Panchamrit e limites da reorientação	<i>Mudança induzida pelo líder + Resistência doméstica (setor fóssil; imperativo de desenvolvimento)</i>	Programa aprofundado; net-zero 2070; manutenção de 'phase-down'; contradições entre projeção de liderança internacional e políticas domésticas de expansão do carvão	G-77 e China (Fundo P&D); BASIC; ISA; resistência interna do setor fóssil; expansão contraditória do uso do carvão

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Dubash e Ghosh (2019) e Hermann (1990).

Referências

- AFP. Índia na linha de frente da mudança climática. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 jul. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/07/25/interna_internacional,1289742/a-india-na-linha-de-frente-da-mudanc-a-climatica.shtml. Acesso em: 26 out. 2023.
- AHMAD, Omair. Indian court awards legal rights of a person to entire ecosystem. **Climate Change News**, 3 abr. 2017. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2017/04/03/indian-court-awards-legal-rights-person-nature/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- ANI. PM Modi at Davos introduces 'P3 movement' for climate change commitments. **Business Standard**, 18 jan. 2022. Disponível em: https://www.business-standard.com/article/current-affairs/pm-modi-at-davos-introduces-p3-movement-for-climate-change-commi-tments-122011800033_1.html. Acesso em: 26 out. 2023.
- ATTERIDGE, Aaron *et al.* Climate policy in India: what shapes international, national and state policy? **Ambio**, s.l., v. 41, p. 68-77, 2012.
- BALASUBRAMANIA, Siddharthan; GUPTA, Kanchi. India's climate leadership and action during the Covid-19 crisis. **Climate Works**, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.climateworks.org/blog/indias-climate-leadership-and-action-during-the-covid-19-crisis/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BANCO MUNDIAL. GDP Growth (annual %) – India. **World Bank Data**. Washington, DC, 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=IN>. Acesso em: 26 out. 2023.
- CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; LIMA, Rafaela Deus de. O Regime Internacional De Mudanças Climáticas: Uma Análise Da Cooperação Internacional Solidária No Acordo De Paris. **Revista Argumentum: Argumentum Journal of Law**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 659-689, 2018. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/674/331>. Acesso em: 26 out. 2023.
- CAON, Isabelle Fernandes. Ambição Climática dos BRICS: Índia. BRICS Policy Center. **BPC Papers**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jan. 2025.
- CHASEK, Pamela. The Legacies of the Stockholm Conference. **IISD**, jun. 2022. Disponível em: <https://www.iisd.org/system/files/2022-05/still-one-earth-conference-legacy.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.
- DARBY, Megan. India targets 33-35% emissions intensity cut by 2030. **Climate Change News**, 2 out. 2015. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2015/10/02/india-targets-33-35-emissions-intensity-cut-by-2030/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- DARBY, Megan. India's Modi pushes international solar agreement. **Climate Change News**, 4 set. 2017a. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2017/09/04/brics-summit-modi-pushes-international-solar-agreement/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- DARBY, Megan. India raises \$400m green bond to fund renewables drive. **Climate Change News**, 29 nov. 2017b. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2017/11/29/india-raises-400m-green-bond-fund-renewables-drive/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- DUBASH, Navroz K.; GHOSH, Shibani. National Climate Policies and Institutions. In: DUBASH, Navroz K. (Ed). **India in a Warming World: Integrating Climate Change and Development**. Delhi: Oxford Academic, 2019.
- ECKSTEIN, David; KÜNZEL, Vera; SCHÄFER, Lara. The Climate Risk Index 2021: Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-Related Loss Events in 2019 and 2000-2019. **German Watch**, jan. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348759719_GLOBAL_CLIMATE_RISK_INDEX_2021/download. Acesso em: 26 out. 2023.
- FARIA, Luís M. Índia, um país castigado por fenómenos naturais, fome e massacres – a pandemia é apenas a última das tragédias. **Expresso**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2021-04-30-India-um-pais-castigado-por-fenomenos-naturais-fome-e-massacres--a-pandemia-e- apenas-a-ultima-das-tragedias-4a2d2523>. Acesso em: 26 out. 2023.
- FRIEDLINGSTEIN, Pierre *et al.* Global carbon budget 2022. **Earth System Science Data Discussions**, v. 2022, p. 1-159, 2022. Disponível em: <https://essd.copernicus.org/articles/14/4811/2022/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- GHATAK, Aditi Roy. Solar has not beaten coal in the race to electrify India. **Climate Change News**, 26 set. 2017. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2017/07/26/solar-not-cheaper-coal-says-former-coal-india-boss/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- GERRETSEN, Isabelle. India's vulnerability to coal shocks exposed amid surging energy demand and prices. **Climate Change News**, 5 out. 2021. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2021/10/05/indias-vulnerability-coal-shocks-exposed-amid-surging-energy-demand-prices/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- GIGA. Elections in India: A Litmus Test for Global Climate Policy. **GIGA - German Institute for Global and Area Studies**, 2019. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publications/giga-focus/wahlen-in-indien-lackmustest-fuer-die-globale-klimapolitik>. Acesso em: 26 out. 2023.

GOVERNMENT OF INDIA. **India's Intended Nationally Determined Contribution**: Working Towards Climate Justice, 1 out. 2015. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ind188478.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

GOWEN, Annie. Prime Minister Modi says India must lead on climate change. **Washington Post**, 14 abr. 2015. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/europe/prime-minister-modi-says-india-must-lead-on-climate-change/2015/04/14/8585d5a8-e299-11e4-ae0f-f8c46aa8c3a4_story.html. Acesso em: 26 out. 2023.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

HAESEBROUCK, Tim; JOLY, Jeroen. Foreign policy change: from policy adjustments to fundamental reorientations. **Political Studies Review**, London, v. 19, n. 4, p. 540–556, 2021.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **Journal of Conflict Resolution**, Thousand Oaks, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.

ITA. Country Commercial Guides: INDIA Renewable Energy. **International Trade Administration**, 1 dez. 2024. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/india-renewable-energy>. Acesso em: 26 out. 2023.

JAYARAM, Dhanasree. **Climate Diplomacy and Emerging Economies**: India as a Case Study. New York: Routledge, 2021.

JÖRGENSEN, Kirsten. India: From climate laggard to global solar energy leader. In: VIG, Norman J.; KRAFT, Michael E. (org.). **Environmental policy**: new directions for the twenty-first century. 10. ed. Washington, D.C.: CQ Press, 2021. p. 123–146.

KING, Ed. India PM Modi targets “saffron” revolution for solar energy. **Climate Home News**, 9 jun. 2014a. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2014/06/09/india-pm-modi-targets-saffron-revolution-for-solar-energy/>. Acesso em: 26 out. 2023.

KING, Ed. Whither India: Modi faces climate choice as 2015 deal nears. **Climate Home News**, 11 ago. 2014b. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2014/08/11/whither-india-modi-faces-climate-choice-as-2015-deal-nears/>. Acesso em: 26 out. 2023.

KING, Ed. Trump won't impact India's climate drive, says energy minister. **Climate Change News**, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2017/02/09/trump-wont-impact-indias-climate-drive-says-energy-minister/>. Acesso em: 26 out. 2023.

KWATRA, Sameer. India Announces Stronger Climate Action. **NRDC**, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.nrdc.org/bio/anjali-jaiswal/india-announces-stronger-climate>-LAGO, André. Conferências de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2013.

MATHIESEN, Karl. India and China ‘on track to exceed Paris climate pledges’. **Climate Change News**, 15 maio 2017. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2017/05/15/india-china-track-exceed-paris-climate-pledges/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MCGRATH, Matt. COP26: India PM Narendra Modi pledges net zero by 2070. **BBC News**, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-59125143>. Acesso em: 26 out. 2023.

MEHRA, Malini. The miseducation of Narendra Modi on climate change. **Climate Home News**, 8 set. 2014. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2014/09/08/the-miseducation-of-narendra-modi-on-climate-change/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MISHRA, Stuti. India unveils new commitments that could make or break global climate response. **Independent**, 4 ago. 2022. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/climate-change/news/india-cop27-modi-climate-crisis-b2137981.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

PAHWA, Nitish. India Doesn't Have to Lead on Climate. It Should Anyway. **Slate**, 1 out. 2019. Disponível em: <https://slate.com/technology/2019/10/climate-change-india-modi-responsibility-polluters-vs-the-affected.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

PASHLEY, Alex. India primed for renewables spurt in climate plan. **Climate Change News**, 24 ago. 2015a. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2015/08/24/india-primed-for-renewables-spurt-in-climate-plan/>. Acesso em: 26 out. 2023.

PASHLEY, Alex. India's environment minister blasts rich world's greedy lifestyles. **Climate Change News**, 8 set. 2015b. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2015/09/08/india-environment-minister-blasts-rich-worlds-greedy-lifestyles/>. Acesso em: 26 out. 2023.

RAGHUNANDAN, D. India in International Climate Negotiations: Chequered Trajectory. In: DUBASH, Navroz K. (Ed). **India in a Warming World**: Integrating Climate Change and Development. Delhi: Oxford Academic, 2019.

REUTERS. Modi urges unity on climate change, terrorism, pandemics as India assumes G20 presidency. **CNN**, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/12/01/asia/india-narendra-modi-g20-presidency-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

SAUER, Natalie. India elects: Congress takes on Modi with green promises. **Climate Change News**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2019/04/10/india-elects-congress-takes-modi-green-promises/>. Acesso em: 26 out. 2023.

SENGUPTA, Sandeep. India's Engagement in Global Climate Negotiations from Rio to Paris. In: DUBASH, Navroz K. (Ed). **India in a Warming World: Integrating Climate Change and Development**. Delhi: Oxford Academic, 2019.

SENGUPTA, Somini. Narendra Modi says India will sharply increase renewable energy. **New York Times**, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/11/01/world/asia/modi-india-cop26-renewable-energy.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

SRIVATSAN, K C. PM Modi delivers India 'panchamrit' gift at COP26 to fight climate change: Five commitments in detail here. **Hindustan Times**, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/pm-modi-delivers-india-panchamrit-gift-at-cop26-to-fight-climate-change-five-commitments-in-detail-here-101635788023755.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

XAVIER, Constantino; NACHIAPPAN, Karthik. India's Climate Diplomacy: New Priorities and Policy Options. **Centre for Social and Economic Progress**. Executive Policy Brief, jan. 2024.

Funções de colaboração exercidas

Diego Araujo Azzi	Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Larissa Lima Bezerra de Souza	Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Os estudos sobre a inserção internacional da China na Pós-Graduação Brasileira (2000-2022)

China's international insertion throughout the lenses of the brazilian post-graduate production (2000-2022)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.151891>

André Luiz Reis da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

reisdasilva@hotmail.com  

Giuseppe Pitana Morrone

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

gpmorrone@gmail.com  

Resumo

O presente trabalho busca traçar o panorama da produção acadêmica na pós-graduação brasileira sobre a inserção internacional chinesa, indicando seus principais padrões e temas abordados. Através da bibliometria, são analisadas as teses e dissertações de diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apontando polos de publicações, volume de trabalhos e o tipo de pesquisa mais frequente. Como resultados, observou-se um crescimento das pesquisas sobre a China na academia brasileira, com uma predominância das regiões Sul e Sudeste no número de trabalhos e um maior interesse na ascensão chinesa pelo desenvolvimento econômico. No eixo político, há a predominância de temas sobre as ações chinesas em instituições internacionais e nas relações Sul-Sul. No eixo securitário, o destaque fica com os teatros de operação na Península Coreana. O eixo econômico priorizou compreender o peso do mercado chinês no mundo e na política econômica brasileira. As análises permitem concluir que o crescimento da produção sobre a China acompanha a emergência deste país como potência global. Já as interpretações sobre o papel do Brasil nas relações com a China oscilam entre a ideia de parceria estratégica e a identificação da crescente assimetria de capacidades.

Palavras-chave: Relações Brasil-China. Bibliometria. Relações Sul-Sul. Revisão de Literatura.

Abstract

This paper aims to provide an overview of Brazilian post-graduate production on China international insertion, identifying possible result and theme patterns. Through a bibliometric analysis, we analyze master's and doctorate thesis from selected areas of Humanities and Social Sciences, pointing out the publication poles, the volume of works and the most frequent type of research. The results indicate a predominance of the South and Southeast regions in production volume and a greater interest in Chinese ascension through economic development. Regarding the political axis, there is a predominance of themes on Chinese actions in international institutions and in South-South relations. In the security axis, the emphasis is on theaters of operation in the Korean Peninsula. Lastly, the economic axis focuses on understanding the weight of the Chinese market and its effects on the world and Brazilian economic policy. The analysis allows us to conclude that the growing productions of papers about China proceed accordingly with its ascension as a major power. As for the interpretations on the Brazilian role in the Chinese bilateral relations, it fluctuates between the notion of "mutual strategic partnership" and "growing asymmetry of capacities".

Keywords: Brazil-China relations, Bibliometrics, South-South cooperation, Literature review.

Recebido: 20 Novembro 2025

Aceito: 09 Junho 2026

Este trabalho faz parte dos projetos de Pesquisa sobre Relações Brasil-China, com financiamento CAPES, CNPq e FAPERGS. Além disso, gostaríamos de agradecer à CAPES e ao IBID pelos esforços em construir e manter os bancos de dados completos e acessíveis, que tornaram possível a concretude deste trabalho.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Com a ampliação das relações multilaterais chinesas, o país conseguiu angariar parceiros que antes eram atrelados às dinâmicas históricas da política internacional, como países africanos com a Europa ou a América Latina com os Estados Unidos (EUA). Dessa forma, surgiram também atritos diplomáticos com as antigas potências, que passaram a observar a China com cautela e rivalidade (Zheng, 2012). Nos anos 2000, a China passou a exercer um papel significativo para a economia brasileira e atualmente assume destaque na política nacional, urgindo a necessidade de estudá-la e compreendê-la. Assim, este artigo tem como questão orientadora de pesquisa: Qual é o perfil da produção brasileira sobre a China em programas de pós-graduação, seus temas, agendas e grandes linhas de interpretação?

Analisar a expansão econômica e política internacional chinesa se tornou um tema em voga em diversos *think tanks* e instituições. As políticas de crescimento econômico do país o tornaram um ator mais presente nas análises de países europeus e dos Estados Unidos. (Papageorgiou; Vieira, 2021). É com esta perspectiva que este trabalho busca analisar a produção da academia brasileira sobre a inserção internacional chinesa, sobre as áreas política, securitária e econômica. Buscamos, desta forma, identificar os principais termos utilizados pelos pesquisadores, seus assuntos mais relevantes e apontar consensos ou divergências nos resultados. Para tanto, foi organizado um banco de dados com as teses e dissertações disponíveis nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Dados Abertos Capes e realizou-se coleta e filtragem do material para a análise de dados.

A metodologia utilizada é análise bibliométrica, útil na coleta de grandes quantidades de informações, em que a leitura da produção de material em seu estado da arte se torna muito difícil, dado o volume de trabalhos divulgados. Com isso, é importante reunir as informações mais vitais em blocos para melhor analisar o conteúdo e montar um panorama geral. Este processo pode contar com o auxílio de ferramentas digitais que permitem analisar o conteúdo de grandes quantidades de texto (Gentzkow; Kelly; Taddy, 2019). Para este artigo, como foram analisados 478 trabalhos, fez-se necessário o auxílio do Nvivo para leitura e separação do material.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira parte descreve a metodologia da pesquisa e justifica as escolhas realizadas para delimitação e análise do objeto. As partes seguintes apresentarão a utilização da metodologia empregada na obtenção do material recolhido e o processo de coleta e construção do banco de dados analisado. Os próximos capítulos abordarão os resultados encontrados, a primeira sessão apresenta os resultados dos metadados e da estrutura da pós-graduação brasileira, apresentando volume, região e incidência de universidades, em seguida os resultados qualitativos de todas as eixos temáticos. As próximas sessões seguem a mesma estrutura, apresentando primeiramente uma análise quantitativa e em seguida a análise qualitativa em cada uma, focando, respectivamente, nos eixos temáticos de Política, Economia e Segurança. Por fim, as conclusões finais dos resultados encontrados e da análise, apontando um crescimento de volume ao longo do tempo, prevalência temática de artigos sobre economia e predominância de produções de instituições do Sul e Sudeste.

Metodologia e construção do corpus documental

A necessidade de compreender os rumos da produção científica de determinado campo de forma empírica e categórica impulsionou a abrangência de estudos bibliométricos em diversas áreas e auxiliou na disseminação de conhecimento científico (Araújo, 2006). Este trabalho utiliza o ferramental metodológico de Laurence Bardin (2011) para a elaboração da análise de conteúdo. Separa-se em três etapas: a coleta dos dados, a elaboração de critérios de avaliação e a interpretação do material. Escolheu-se trabalhos de teses e dissertações apenas em português (salvos resumos/abstracts), produzidos em universidades brasileiras, podendo ser públicas ou privadas, entre os anos de 2000 e 2022. Este material foi recolhido nos bancos de dados do Dados Abertos CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

A escolha do banco de dados deve primeiro se encaixar na proposta de pesquisa, para isso, utiliza-se as regras elaboradas para a aquisição de informações (Bardin, 2011). A primeira delas é a Regra de Homogeneidade¹, a escolha de teses e dissertações segue esta regra para manter uma homogeneidade de formatações, além disso, todos os trabalhos recolhidos em ambos os bancos de dados foram encontrados com os mesmos operadores booleanos (“chin?”, “chin? AND bras?” e “brasil- china”), este processo buscava principalmente no título, resumo e palavras-chave (Silva, 2023). Os próximos critérios são a Regra da Representatividade² e da Pertinência³, com o intuito de buscar a opinião da academia sobre o assunto, os trabalhos de mestrado e doutorado são produtos diretos da pesquisa acadêmica, bem como produções obrigatoriamente vinculadas às instituições e validados por seus pares, servindo como fonte confiável de conhecimento e de pesquisa científica (Bardin, 2011).

A montagem do banco de dados começou com a coleta dos “dados brutos”, selecionando o portal da BDTD e o catálogo de teses e dissertações da Dados Abertos CAPES. Foram consideradas as áreas de Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política, Direito, Economia, Geografia, História e “multidisciplinares”, pois a área de pós-graduação em Relações Internacionais é relativamente recente, e é significativa a produção de pesquisas sobre Relações Internacionais e China nestas áreas elencadas. A última etapa de limpeza dos dados foi a separação manual de trabalhos que não se enquadram diretamente na proposta deste projeto. Foram excluídos trabalhos que continham um escopo cujo foco não fossem as ações chinesas, trabalhos que propunham discussões puramente teóricas ou estudos de casos técnicos, cujo desenvolvimento se discorria fora do campo das ciências humanas. Por último, foram retiradas teses e dissertações cujo espaço temporal era anterior ao estabelecimento das relações Brasil-China (1974). Depois de aplicados os critérios, os documentos foram manualmente baixados das bibliotecas, apresentando um universo de cerca de 480 trabalhos.

A metodologia de análise bibliométrica busca testar o corpus com palavras-chave dos pilares temáticos de Segurança, Política e Economia, para angariar um léxico comum em relação ao relacionamento entre Brasil e China (Silva, 2023). Para separá-los, foi realizada uma varredura de palavras e criada uma seleção de termos recorrentes de manuais de introdução às relações internacionais utilizadas na montagem dos eixos temáticos, estes operadores são um amálgama de termos recorrentes em diversas abordagens teóricas, bem como de temas em voga nas relações internacionais (Silva; Gonçalves, 2010; Pecequillo, 2012; Jackson; Sorensen, 2018).

Tabela 1 – Operadores Booleanos Separados por Eixos Temáticos

Segurança	Economia	Política
“milit” (MILITAR)	“desenvolv”	“coop” (COOPERAÇÃO)
“coer” (COERÇÃO)	“econ” (ECONOMIA)	“comp” (COMPETIÇÃO)
“defe” (DEFESA)	“valor”	“instit” (INSTITUIÇÃO)
“secur” (SECURITIZAÇÃO)	“dolar”	“dipl” (DIPLOMACIA)
“diss” (DISSUAÇÃO)	“balan” (BALANÇA)	“ambient” (AMBIENTAL)
“nuclear”	“invest” (INVESTIMENTO)	“discur” (DISCURSO)

Fonte: elaboração dos autores.

A análise quantitativa direcionou-se na construção de quadros de palavras para elencar quais os termos mais incidentes, elencando na Tabela 1. Para isso, foi-se necessário retirar os “ruídos” (artigos, preposições, pronomes etc.),

¹ Regra que define que os trabalhos devem seguir um padrão de formato e estrutura.

² Regra que define que os trabalhos devem ter legitimidade dentro de sua área.

³ Regra que define que os trabalhos devem representar produtos diretos do objeto analisado.

para em seguida formar o maior número de *clusters*⁴ possíveis dos radicais relevantes para a análise (Carvalho; Gabriel; Lopes, 2021). Este quadro de palavras foi construído a partir do texto incluso apenas no resumo dos trabalhos, por conter uma quantidade reduzida de ruídos, além de conter os objetivos e resultados dos trabalhos de forma mais direta. Para a seleção manual, utilizou-se o programa *nVivo 15*, o qual foi responsável por grande parte do processo de análise, facilitando a busca por dados qualitativos e seccionando blocos de informações para a parte qualitativa.

A última etapa de análise consistiu na formação dos eixos temáticos de Segurança, Economia e Política. A montagem do grupo de palavras-chave foi feita manualmente por meio de palavras comuns de cada área. Para delimitar os próprios eixos, foram definidos grupos de dez palavras de cada um para testagem, dessa forma a chance de sobreposição temática destes é menor, resultando no grupo de palavras encontrado na Tabela 1.

Em suma, o processo metodológico deste trabalho passa por três tapas principais, a primeira é a coleta e filtragem de informações, a segunda etapa consiste no processamento de dados e construção de resultados quantitativos. A última etapa, consiste na leitura do material e interpretação dos artigos, categorizando por temática, seguindo a metodologia de revisão de literatura, esta etapa busca montar uma aproximação geral dos assuntos pesquisados, buscando apresentar os pontos de contato entre os trabalhos analisados.

Perfil da produção brasileira sobre a China

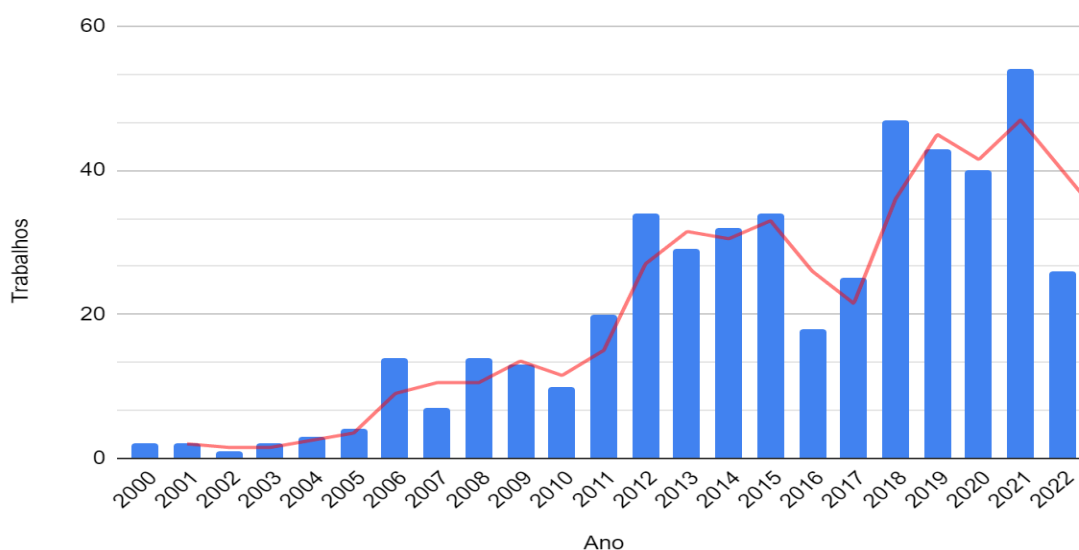
Após a seleção do material, foram encontrados 478 trabalhos, destes, 440 puderam ser coletados de forma integral. Por mais que as bibliotecas tenham seus arquivos disponíveis *online* e seus trabalhos estejam digitalizados. Dessa forma, os trabalhos que estão presentes nos bancos de dados, mas não puderam ser acessados, serão considerados nas análises quantitativas e desconsiderados nas leituras qualitativas.

Em uma análise do período, é possível perceber um aumento quase exponencial do volume de trabalhos. Conforme gráfico 1, no período entre 2000 e 2005, o volume se mantém constante, com menos de dez publicações anuais, este número cresceu ao longo da primeira década, atingindo um total de 15 trabalhos em 2006. Na década seguinte, o crescimento vertiginoso é facilmente apontado, com um máximo de 47 publicações em 2018. Por fim, na década de 2020, em 2021, atinge-se a máxima histórica, com 55 trabalhos, também pode-se perceber um leve declínio entre 2021 e 2022. Sobre os resultados, é possível inferir que o tema da inserção chinesa foi ganhando relevância através do tempo, atraindo a atenção da comunidade acadêmica, como demonstrado no Gráfico 1, comparando o volume de trabalhos ao longo do tempo.

Em relação ao perfil das universidades, estas foram divididas pelas macrorregiões do Brasil mais o Distrito Federal. A maior incidência de universidades consiste naquelas do Sudeste, seguidas por Sul, Nordeste, Distrito Federal e Centro Oeste. Não houve nenhuma incidência de trabalhos de universidades do Norte durante o período. A distribuição regional de certa forma acompanha a distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil, com maior densidade nas regiões Sudeste e Sul (Brasil, 2020). O levantamento revelou que a maioria dos trabalhos correspondem a dissertações de mestrado. Há casos de repetição de autor, tanto por serem seus trabalhos de mestrado e doutorado quanto pelo pesquisador possuir mestrados em áreas ou programas de pós-graduação diferentes.

⁴ Agrupamento de termos, filtrados sem conjugação verbal ou artigos e preposições, para facilitar a busca por palavras-chave.

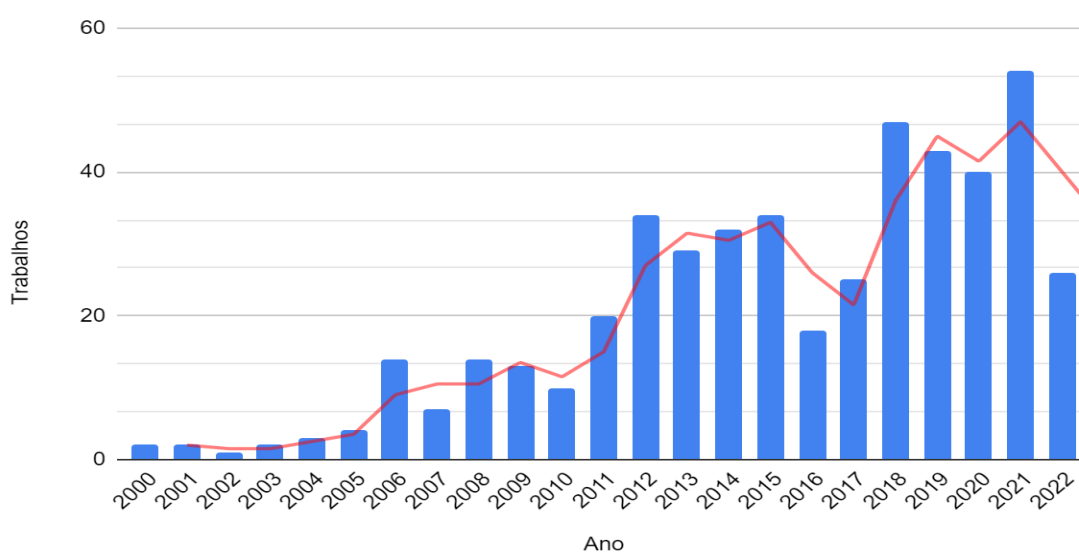
Gráfico 1 - Volume de Trabalhos em relação ao ano (2000-2022)



Fonte: Elaboração do autor a partir de IBICT.BDTD (2023) e em CAPES (2023).

No caso das distribuições por Universidade, a UFRGS é a instituição com o maior número de trabalhos, totalizando 66 publicações, contabilizando cerca de 7,3% das publicações. É válido ressaltar que dentre as dez primeiras universidades, conforme pode ser observado no gráfico 2, duas estão no Sul, três no Nordeste, uma no Distrito Federal e quatro no Sudeste, mostrando o *spread* entre os agentes. No sentido do volume das publicações, ao colocarmos em ordem decrescente, é possível observar uma grande diferença no volume de publicações da UFRGS sobre as demais. A segunda colocada, a UFRJ, apresenta 38 publicações. Esta discrepância pode ser baseada em acessibilidade de dados e atualização de bibliotecas.

Gráfico 2 - Volume de Trabalhos por Instituições



Fonte: Elaboração dos autores a partir de IBICT (2023) e em CAPES (2023).

Destaca-se que quase a metade do volume total dos trabalhos encontrados não estão inseridos nas áreas de avaliação de Relações Internacionais ou Ciência Política, conforme Tabela 2. A partir desta informação, optou-se por

manter o leque de pesquisas mais abrangente para que se possa ter uma amostra mais completa da produção acadêmica brasileira sobre a inserção internacional da China.

Tabela 2 – Volume de trabalhos sobre inserção internacional da China separados por eixos temáticos da CAPES

Tema	Volume	Porcentagem
CP e RI	263	55,02%
Economia	111	23,22%
Direito	21	4,39%
Ciências Sociais	13	2,72%
Interdisciplinar	28	5,86%
História	13	2,72%
Geografia	12	2,51%
Não informado	5	1,05%
Outros	12	2,51%
Total	478	100,00%

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBICT (2023) e em CAPES (2023).

Após a montagem dos metadados, realizou-se a varredura dos resumos dos trabalhos. Para isso, selecionou-se individualmente os resumos e realizou-se a construção de quadros de palavras. Neste processo, após a remoção de ruídos e da radicalização das palavras, foi possível chegar ao resultado apresentado na tabela 3. Nota-se que o tema econômico é o mais presente entre todos os trabalhos – praticamente todas as primeiras dez palavras mais mencionadas se aplicam dentro do eixo econômico. Por mais que estas palavras estejam retiradas de seus contextos, a incidência delas em graus semelhantes e aproximações temáticas permitem supor, sem uma análise aprofundada, que o foco da maioria dos trabalhos busca compreender a ascensão da China através do eixo econômico.

Tabela 3 – Quadro de palavras com os termos mais frequentes em todos os resumos⁵

Palavra	Frequência
desenvolvimento	453
economia	250
produtos	244
comércio	238
exportações	220
mercados	213
sistemas	211
investimentos	209
cooperação	189
estratégica	147

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBICT (2023) e em CAPES (2023).

Devido à grande quantidade de trabalhos, se provou mais eficiente focar nos resumos dos trabalhos, pois foi possível analisar com mais precisão uma quantidade muito maior de textos e apontar seus argumentos principais. Os artigos cujos resumos não apresentaram resultados aparentes foram analisados em sua completude. Por fim, dentro dos mecanismos de busca do Nvivo limitou-se para 100 palavras antes e depois de cada termo encontrado primeiro para evitar repetições e, segundo, pois é possível compreender o argumento principal neste espaço.

Os trabalhos apresentaram núcleos discerníveis que puderam ser encaixados entre os eixos temáticos. Dentre estes assuntos, o papel da política econômica chinesa nas instituições internacionais foi o mais evidente, unindo análises políticas, econômicas e securitárias. Entre os eixos securitário e econômico, o papel da segurança energética e da disputa por *commodities* foi o destaque maior. Em relação aos termos mais fechados em suas áreas, no eixo político, pode-se

⁵A contagem de incidência de operadores computa todas as formas de um operador radicalizado, mantemos todos os operadores como palavras completas para facilitar a compreensão do leitor e evitar eventuais dúvidas.

determinar que a transição sistêmica e a análise de relações bilaterais chinesas, principalmente as relações Sul-Sul, é o tema que mais se aplica com exclusividade. No quesito securitário, encontrou-se as análises das capacidades internas chinesas, principalmente em relação à projeção de poder de suas forças armadas, e de sua autonomia nas áreas alimentar e tecnológica. Por último, no eixo econômico, é grande o interesse em discutir o peso da demanda chinesa em mercados internacionais, principalmente no de produtos primários e nas flutuações do mercado financeiro.

Em uma nota à parte é importante mencionar a pandemia de Covid-19. Embora exista um número de trabalhos que mencione, a varredura de palavras encontrou menções mais significativas no ano de 2021 e 2022. Estipulamos três hipóteses para este resultado. A primeira reside na busca dos operadores, por se tratar de temas de amplo espectro, é possível que o grande volume de material encontrado em outros temas tenha diluído a presença relativa no total. A segunda sugere que, na coleta de material nos bancos de dados, muitos trabalhos sobre a Covid estavam inseridos em outras categorias. Por último, há trabalhos que foram publicados fora do período estipulado pela pesquisa. Embora pertinente, as explicações para este evento cabem em uma pesquisa em separado, sendo necessário um desdobramento próprio para uma análise mais profunda.

A percepção da inserção internacional chinesa: o eixo político

O eixo político foi dividido em três subtópicos. O primeiro sobre a China e suas relações com instituições e Direito a nível internacional. O segundo por temas de ordem contemporânea como meio-ambiente, relações Sul-Sul e ordem multipolar. Por último, o próprio papel da inserção chinesa com as palavras cooperação, atrito e ascensão. Os termos mais incidentes encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 4 – Quadro com os termos mais frequentes em teses e dissertações filtradas pelos operadores booleanos do eixo político

Palavra	Frequência
desenvolvimento	102
cooperação	88
instituições	58
direitos	55
sistemas	51
governo	43
economia	39
comércio	29
diplomacia	29
estado	29

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBICT (2023) e em CAPES (2023).

A primeira parte das buscas do eixo focou-se em encontrar pesquisas sobre a China no ambiente diplomático e institucional. A busca dos operadores apresentou uma série de temas diversos, principalmente na área da inserção internacional chinesa pelo viés institucional. Neste ponto há uma intersecção entre os temas de economia, visto que a maioria dos temas relacionados às instituições são de organizações econômicas, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Outra organização encontrada frequentemente é o BRICS, com a primeira menção ao grupo (à época ainda considerado BRIC) em 2008 (Lopes Júnior, 2008). Esta organização é avaliada principalmente no aspecto da cooperação Sul-Sul, cujo principal tema dos trabalhos era compreender sua função em determinados tópicos como resolução de conflitos, ou seu papel no sistema internacional (Medeiros, 2021). Um ponto importante neste tema é o relativo consenso que as instituições criadas pela China, ou nas quais participa ativamente, atuam para agilizar processos decisórios se comparados com organizações tradicionais.

No que tange às relações Sul-Sul, há uma clara divisão nas relações bilaterais chinesas, focada na Índia, países africanos, América Latina e Brasil. A relação com a Índia é apontada como uma relação de dualidade, indicando que ela acaba exercendo o papel de contendadora dos interesses chineses, seja por interesse interno, seja por suas alianças e possíveis ganhos políticos (Junqueira, 2021). A sua relação com os países africanos baseia-se principalmente na discussão sobre o possível controle que a China poderia exercer sobre os recursos destes Estados e o quanto isso pode prejudicar a soberania deles. Entretanto, aponta-se também o caráter benéfico na presença chinesa em contraponto ao passado colonial africano e a possibilidade de desenvolvimento nacional sem condicionantes limitantes (Ribeiro, 2013). A América Latina é observada em sua maioria pelo aspecto do Mercosul e a capacidade chinesa de influenciar as decisões intrabloco. Geralmente este tipo de análise é realizada por meio de uma relação triangular entre Brasil, China e outro país (Silva, 2014). Por fim, as relações com o Brasil apresentam o mais variado leque de temas. Entretanto, é possível apresentar uma linha de raciocínio constante na maioria dos trabalhos. O primeiro é o comparativo entre os projetos de inserção entre os dois países; o segundo é identificar até que ponto as relações com a China são benéficas para o Brasil. Neste ponto foi identificado o maior número de trabalhos que apontam críticas às políticas chinesas (Conde, 2020).

Na ascensão política chinesa no Sistema Internacional, foi possível identificar que “atrito” e “competição” são temas recorrentes nas análises. Fortemente comparada com os Estados Unidos, grande parte dos temas compara as duas políticas em áreas como recursos naturais e tecnologia, e o quanto as ações chinesas podem ameaçar a posição estadunidense em espaços tradicionais que o país ocupa. Neste tipo de trabalho, os temas buscam apontar reflexos desta competição, em especial na relação do Estado com a sociedade chinesa (Hendler, 2012). Por fim, em um âmbito geral do tema político, percebe-se uma mudança de perspectiva nas análises, até por volta do ano de 2012, alguns trabalhos exploravam a relação do Brasil em um grau muito maior de igualdade com a China como ambos os atores emergentes (Kunrath, 2012). Em seguida, percebe-se que há uma “passividade” das ações brasileiras em relação à China, tanto nos objetos de pesquisa quanto na forma que a relação é apresentada. Por exemplo, em uma relação bilateral, a transição temática poderia ser descrita de “Como o Brasil pode se beneficiar de sua parceria com a China?” para “Como as ações da China podem afetar o Brasil?”. Nesse sentido, a passividade significa a perda de agência brasileira, diante do crescimento do poder da China no cenário internacional (Silva, 2023).

No caso do eixo político, o enfoque nas comparações com o Brasil e o crescimento político chinês refletem as discussões amplas da academia internacional sobre a ascensão política chinesa, entretanto apresentam um reflexo do objetivo da academia nacional de compreender qual o papel do Brasil no sistema internacional (Silva, 2023). A dicotomia entre cooperação e competição com o país asiático é amplamente debatida na academia nacional, juntamente com a dimensão dos benefícios oriundos das parcerias bilaterais (Yan, 2019). Por último, um aspecto importante refletido da academia, em especial em países em desenvolvimento e lideranças regionais, são os ganhos políticos entre as disputas da China com os Estados Unidos. Em um crescente atrito entre as duas potências, a academia brasileira busca compreender o poder de barganha entre os países, medindo seu posicionamento internacional, a conjuntura interna e os desdobramentos políticos no Sistema Internacional (Xing, Vadell, 2024).

As questões securitárias chinesas: cenários estratégicos e garantia de recursos

O maior destaque para o eixo securitário foi a grande repetição de temas, principalmente na área de segurança militar. Dentre os tópicos que mais apareceram, destacam-se a cibersegurança e a proteção de dados, a disputa por recursos energéticos e as disputas territoriais na região do mar do Sul da China. Questões como a insurgência de novos agentes não estatais, Guerra ao Terror e Terrorismo apresentaram poucas incidências, principalmente após a década de 2010. Dentro deste eixo, apresentou-se o menor indício de trabalhos comparativos sobre as ações brasileiras. A grande maioria dos temas envolvem a China diretamente ou sua relação com seus vizinhos e com os Estados Unidos. Os termos

mais incidentes encontram-se na tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Quadro com os termos mais frequentes em teses e dissertações filtradas pelos operadores booleanos do eixo securitário

Palavra	Frequência
guerra	117
desenvolvimento	104
estratégico	73
mar	56
disputas	51
EUA	46
histórico	45
nuclear	44
militar	42
potências	41

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBICT (2023) e em CAPES (2023).

O tema da cibersegurança aparece com mais frequência nas buscas temáticas dos temas de segurança. A importância de delimitação de fronteiras em um ambiente virtual e a abertura de um novo espaço de “combate” entre os países dominantes no campo da tecnologia da informação são os temas que mais despertaram interesse nos pesquisadores. Em seguida, a preocupação é que este ambiente se torne algo nocivo para a comunidade internacional, principalmente no que tange às Inteligências Artificiais e os sistemas de monitoramento (Choucri, 2012; De Lima, 2019). Outro tema encontrado é a interação chinesa com os países da Ásia central e sua segurança energética. Destaca-se fortemente os atritos da China com os países da União Europeia, os Estados Unidos e a Índia. Há um certo consenso entre os autores que a necessidade energética chinesa a instiga a expandir suas parcerias, o que afeta diretamente as posições dos países mencionados anteriormente (Oliveira, 2012).

A questão do Mar do Sul da China atrai fortemente a comunidade acadêmica brasileira, com trabalhos que buscam investigar o palco de operações e os possíveis cenários das disputas pelas ilhas, juntamente com a perspectiva do balanço de forças entre as forças armadas dos atores regionais. Levanta-se uma discussão sobre as intenções chinesas e o uso de suas prerrogativas e capacidades nacionais para cumprir com seus objetivos. O consenso mais aparente é que há uma instabilidade crescente na região e as ações chinesas, como a construção de ilhas artificiais e exercícios militares, são ora analisadas como dissuasão e proteção de seus interesses, ora como agressão aos tratados internacionais e assertividade em relação aos seus vizinhos (Nascimento, 2017).

O desenvolvimento nuclear também é um tema recorrente nas pesquisas sobre teatros de operações. Além dos estudos das ações chinesas em relação às dinâmicas entre as Coreias e o armamento nuclear norte-coreano, a discussão da dissuasão nuclear e novas maneiras de utilizar estes meios aparecem constantemente nas discussões. Há uma convergência de resultados em relação ao desenvolvimento nuclear norte-coreano, com a China percebendo como desfavorável qualquer tipo de conflagração na península coreana. O segundo subtópico também se relaciona com as relações com a Índia por ambas serem potências nucleares (Brites, 2014).

Nos dois últimos pontos aparentes, destacam-se a transição para o multilateralismo e a segurança alimentar. O principal ponto de análise sobre o período de transição da ordem bipolar da década de 1990, baseia-se principalmente na diminuição das capacidades dos Estados Unidos durante o período pós-Guerra Fria. Aponta-se que os condicionantes para a expansão militar chinesa e o aumento de suas capacidades de influência política se dão pelo desgaste das forças armadas estadunidenses nos conflitos do Oriente Médio, que forçaram o país a restringir sua presença em áreas consideradas menos importantes (Hendler, 2012).

Em relação à segurança alimentar, este ponto aborda tanto a área econômica quanto securitária. Há uma grande presença do papel do Brasil nos mercados de soja e *commodities*, e como se relacionam com a China. Neste sentido, os

trabalhos convergem para a necessidade chinesa de utilizar estes recursos em projetos de desenvolvimento nacional, principalmente para atender as demandas de sua população e do aumento do poder de compra (Leutwiler, 2016). Juntamente com os alimentos, minérios são parte destas análises, buscando, em sua maioria, analisar a pauta exportadora brasileira para a China ao invés de um produto específico.

A academia brasileira se encontra inserida nas discussões securitárias empreendidas em amplas discussões nas Relações Internacionais, como as questões sobre as doutrinas militares dos Estados Unidos no século XXI, em especial a Guerra ao Terror e a ameaça de atores não-estatais (Masco, 2014). Também se destaca no cânone da literatura os novos campos de embate da segurança internacional, com enfoque na cibersegurança, no debate internacional sobre os princípios da defesa através do ambiente virtual, bem como discussões teóricas sobre os princípios de soberania e territorialidade (Choucri, 2012).

A inserção econômica da China: consequências para a ordem internacional e para o Brasil

Por último, o eixo econômico é o mais aparente em praticamente todos os aspectos da análise. Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento econômico e comercial chinês é, de longe, o tema que mais atrai a comunidade acadêmica brasileira. Compreender as ações econômicas chinesas que a elevaram à condição de ator relevante na Ordem Internacional é um assunto que se expande em diversas áreas de análise. A investigação apontou um grande foco nas capacidades produtivas e econômicas chinesas e nas relações das dinâmicas econômicas internacionais com o país asiático. Os termos mais incidentes encontram-se na tabela 6 abaixo.

Tabela 6 – Quadro com os termos mais frequentes em teses e dissertações filtradas pelos operadores booleanos do eixo econômico

Palavra	Frequência
mercados	192
produtos	167
exportações	143
desenvolvimento	108
comércio	92
economia	76
indústria	75
competitivos	49
estado	47
social	24

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBICT (2023) e em CAPES (2023).

O principal assunto abordado pelos trabalhos de cunho econômico é a compreensão da política econômica brasileira em relação à pauta exportadora chinesa, em que momento a expansão chinesa no mercado internacional, principalmente em manufaturas, pode prejudicar o desenvolvimento produtivo brasileiro. Há críticas mais contundentes, que apontam que a expansão chinesa acelera o processo de desindustrialização brasileira. Outros apontam que ainda há espaço para a produção brasileira, mas em setores diferentes (Leutwiler, 2016). O tema comum destes projetos é justamente identificar o peso chinês na dinâmica dos mercados ou sem seus setores. Dessa forma, independente do resultado encontrado, é um consenso que o “fator China” é uma variável que não pode ser ignorada na economia mundial e brasileira (Moura, 2021).

Dentro do mesmo assunto de mercados, dois assuntos se mostram relevantes. O primeiro, a pauta exportadora brasileira frente ao desenvolvimentismo chinês e como o Brasil pode utilizar suas capacidades para barganhar com a China, bem como aproximar a integração econômica entre os dois países. A busca por compreender quais os ganhos reais da economia brasileira com a exportação de produtos primários abordam principalmente o caráter da força competitiva

brasileira no mercado internacional, em especial de carne bovina e soja, e como estas capacidades solidificam uma parcela de mercado para o Brasil (Jorge, 2022). O segundo ponto apresenta uma perspectiva mais pessimista, apontando que a “primarização” da economia brasileira está ligada diretamente à falta de competitividade de sua indústria e à incapacidade de competir com o preço e o desenvolvimento tecnológico chineses (Silva, 2011).

Buscou-se também compreender quais foram as medidas adotadas que resultaram no vertiginoso crescimento chinês nas últimas décadas, não só em discussões sobre o perfil ideológico (socialista ou economia de livre mercado), mas também nas relações do setor empresarial com o Estado chinês. Há divergências sobre o caráter socialista da China, com alguns estudos apontando que o país já não teria mais bases socialistas, enquanto outros argumentam que o governo ainda não abandonou totalmente seus ideais, mas que adota uma economia socialista de mercado (Jabbour, 2010). Este tipo de debate é amplamente encontrado nos estudos e utilizado para medir o andamento dos projetos econômicos chineses frente às mudanças internacionais, podendo tender a programas mais socialistas ou mais liberais (Shambaugh, 2013). Assim, os resultados encontrados refletem um aspecto importante da academia brasileira e internacional sobre a dinâmica econômica chinesa. É um consenso que o Estado chinês atua como principal ator e promotor do desenvolvimento, como principal financiador e gerenciador dos rumos que as empresas devem seguir para cumprir as metas de desenvolvimento (Jabbour, 2010). Em pesquisas mais recentes, aponta-se o caráter de transição do setor manufatureiro chinês para produtos de tecnologia fina ou de maior valor agregado, assim como no Japão e na Coreia do Sul, indicando que a transferência de bens de menor valor para outros países da Ásia se tornou um objeto de estudo recente (Prates, 2022).

Em termos da economia por vias institucionais, é possível encontrar materiais sobre as relações de trabalho, comparando as condições trabalhistas brasileiras com as chinesas, a relevância da força produtiva dos dois países e se o equilíbrio externo pode ser alcançado com as forças nacionais. No caso chinês, alguns pesquisadores apontam que há uma diminuição de desigualdades por investimento externo graças ao desenvolvimento de suas forças produtivas nacionais, em especial na melhoria das condições de trabalho. Neste mesmo tema, há também a pressão de organizações internacionais sobre a China para o cumprimento das normas de condições de trabalho. Há estudos sobre a responsabilização legal da China em vias internacionais sobre direitos humanos e condições de trabalho.

Por fim, o projeto de inserção internacional da China como uma ator relevante da Ordem Internacional aparece em duas formas distintas. A primeira como o papel da Guerra Comercial com os Estados Unidos e seus desdobramentos. A segunda como forma do programa Cinturão e Rota (BRI) (Escolar, 2022). A Guerra Comercial despertou grande atenção da academia, o qual representaria um período de atrito e pressão de ambos para manter suas relações comerciais, mas ao mesmo tempo permitiria aos países terem maior poder de barganha entre as duas potências (Prates, 2022).

Em relação à BRI, a academia brasileira reconhece os esforços recentes da China em rearranjar as relações bilaterais em uma escala global. A magnitude do projeto é ponto comum em praticamente todas as análises. A iniciativa é analisada em diferentes aspectos, principalmente através do tema de desenvolvimento tecnológico e atendimento das demandas por energia, em especial petróleo e gás natural (Escolar, 2022). Outro tema relevante dentro deste assunto é o papel das instituições econômicas chinesas e internacionais e suas reações aos projetos. Em grande parte, tem-se a percepção de que a aderência da comunidade internacional ao projeto chinês deriva da agilidade de ação em relação às instituições internacionais tradicionais e nos condicionantes impostos por organizações ou outros países centrais (Escolar, 2022). Estes resultados convergem com as análises sobre as novas parcerias estratégicas brasileiras, onde é possível perceber um maior destaque do projeto chinês na retração da presença de instituições financeiras internacionais, como o FMI, e do papel dos Estados Unidos como grande parceiro econômico brasileiro. Dessa forma, os resultados apresentam concordância com o esperado dentro do cânone de discussões da academia brasileira (Pautasso *et al.*, 2023), em especial sobre a retração diplomática brasileira durante o governo Bolsonaro (Silva, 2022).

Conclusões

Nesta pesquisa, foi possível traçar um perfil da produção brasileira de teses e dissertações sobre a inserção internacional da China, definindo características centrais da origem institucional e regional e tipo de pesquisa, bem como o volume de trabalhos por universidade. Em relação ao tipo de trabalho, o maior grupo consiste em dissertações de mestrado, a região mais predominante do país é a Sudeste e a universidade mais incidente é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em uma análise dos resumos dos trabalhos, apontou-se que o tema que mais desperta interesse na academia é justamente a ascensão chinesa pela via econômica, em uma escala consideravelmente maior que as outras áreas temáticas. Compreender as influências e nuances da economia chinesa e de seus produtos no mercado mundial é uma grande prioridade nos estudos acadêmicos brasileiros. Em relação a outros temas, há um enfoque em pesquisas sobre o Sul global e as novas relações que a China estabelece com a periferia e a semiperiferia do Sistema Internacional.

O primeiro dos eixos temáticos analisados foi o eixo político. Os resultados apresentados mostram um enfoque maior da academia no comportamento da China em instituições internacionais e no cumprimento de normas internacionais. No tocante ao meio ambiente, o foco da academia é com o consumo de recursos naturais pelos planos de desenvolvimento chineses e as normas ambientais. Sobre as relações Sul-Sul, há ênfase na cooperação com outros países e a busca por indicar que tipo de ganhos ou interesses os países que estabelecem negócios ou vínculos políticos com a China podem obter. Percebeu-se uma grande discordância da academia sobre as vantagens dos países da periferia em manter estes laços, indicando um possível controle tácito dos recursos pela China ou distorções no sistema político ou financeiro regional. Na questão da ascensão chinesa, para compreender o atrito da China com os países centrais, em especial com os Estados Unidos, as pesquisas buscam encontrar os efeitos desta competição nas relações com os parceiros de ambos os países, e em suas sociedades.

No eixo securitário, por mais que não fosse um tema tão recorrente como os demais, enfatizou-se a importância da segurança digital, onde é percebida como uma nova área de disputa e de possíveis ameaças. Os trabalhos mais próximos dos anos 2000 também buscavam compreender o declínio do poderio americano e o desenvolvimento militar chinês, que passou a disputar áreas estratégicas vitais, em especial o Mar do Sul. Esta região é um tema caro aos pesquisadores brasileiros, no qual buscam analisar os posicionamentos chineses e suas capacidades de dissuasão e barganha, envolvendo o desenvolvimento do programa nuclear norte coreano e balancear a relação com a Coreia do Sul e o Japão. Há também vários estudos sobre segurança de recursos energéticos e alimentares. O primeiro com foco na Ásia central e a infraestrutura de petróleo e gás natural, competindo com os Estados Unidos e a Europa. O segundo com foco na segurança alimentar nacional e a capacidade de produção de alimentos para atender as necessidades de uma classe média crescente.

O aspecto econômico é o eixo mais evidente, e o vertiginoso crescimento chinês é o assunto que mais chama a atenção. Neste sentido, busca-se compreender o peso das políticas econômicas chinesas nas cadeias de valor internacional, em especial na brasileira, nos mercados que os setores exportadores brasileiros competem e como se relacionam com a China. Resultados que apresentam uma boa vantagem para o Brasil contrastam-se com o receio da influência chinesa na decadência da indústria brasileira e na primarização da economia. Na questão da caracterização da economia chinesa, não é uma unanimidade sobre qual é o atual sistema socioeconômico adotado pelo país e o quanto as Zonas Econômicas Especiais influenciam no afastamento (ou não) do Socialismo. O destaque, ao longo das décadas de 2010 e 2020, fica com a BRI e seus desdobramentos, e a Guerra Comercial com os EUA. O primeiro tem enfoque na importância das parcerias econômicas com os países da Eurásia e da África, e os esforços chineses em assegurar as vantagens que incentivem os atores a participar do projeto, principalmente pelo potencial econômico. A Guerra

Comercial, por sua vez, é interpretada como um choque de forças e o ponto de competição mais direto entre os dois países desde que a China passou a disputar mercado com os EUA, apresentando uma dualidade entre coerção e barganha por parte de suas relações com os demais países.

Em um panorama geral, a academia apresenta uma mudança de enfoque em sua perspectiva. Esta mudança pode ser um indicativo da crise e retração diplomática brasileira na última década ou que o crescimento chinês atingiu níveis em que não há mais a possibilidade de se competir diretamente. Estas duas possibilidades não são excludentes e podem ser complementares. De qualquer forma, a academia brasileira reconhece a transformação da China em uma potência Global, e procura compreender o papel e o lugar do Brasil neste processo.

Referências

- ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador, **A Potência do Dragão: A estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- ALMEIDA, Jorge. As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula-Dilma, Temer e Bolsonaro. 2019. Apresentado em: 43º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st30-4/11812-as-relacoes-china-brasil-em-leitura-comparada-nos-governos-de-lula-dilma-temer-e-bolsonaro/file>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECARD, Danielly Silva Ramos, **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas. Brasília, DF: CAPES, 2020. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2026.
- BRITES, Pedro Vinícius Pereira. **A crise na Península Coreana e a segurança regional do Leste Asiático**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- CARVALHO, Thales; GABRIEL, João Paulo Nicolini; LOPES, Dawisson Belém. ‘Mind the Gap’: Assessing Differences between Brazilian and Mainstream IR Journals in Methodological Approaches. **Contexto Internacional**. v. 43, n. 3, p. 461- 488, 2021.
- CHOUCRI, Nazli. **Cyberpolitics in International Relations**. Cambridge: The MIT Press, 2012.
- CONDE, Leandro Carlos Dias. **Humilhação e políticas de reconhecimento: Brasil e China em busca de status no sistema internacional**. 2020. 195 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- DE LIMA, Carlos Augusto. **Algoritmos Para A Paz: A Disputa Pela Liderança Da Inteligência Artificial Entre China E Estados Unidos Da América Pela Lente Do Paradigma Da Corrida Espacial Durante A Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado em Defesa E Segurança Civil, UFF, Niterói, 2019.
- ESCOLAR, Joanna. **Belt and Road Initiative & Digital Silk Road: os caminhos da transição de poder**. 2022. 210 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- FU, Huizhen.; SHAO, Li. Telling Our Own Story: A Bibliometrics Analysis of Mainland China’s Influence on Chinese Politics Research, 2001–2020. **PS: Political Science & Politics**, v. 56, n. 1, p. 18-28, out. 2022.
- GENTZKOW, Matthew; KELLY, Bryan; TADDY, Matt. Text as Data. **Journal of Economic Literature**, v. 57, n. 3, p. 535–574, 2019.
- HENDLER, Bruno. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror: Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais UnB, Brasília, 2012.
- IBICT. **BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. IBICT: Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

- JACKSON, Robert, SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Zahar, Rio de Janeiro, 2012.
- JORGE, Larissa Martins. **Impacto da trade war (EUA & CHINA) no mercado brasileiro de soja: efeitos sobre o prêmio da soja**. 2022. 130 f. Dissertação (mestrado em economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022.
- JUNIOR, Lopes; BALTAZAR, Lúcio. **Hiatos tecnológicos e padrões de comércio exterior nos BRIC (Brasil, Rússia, Índia E China)**. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado Em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- JUNQUEIRA, Philippe Alexandre. **A Política Externa Chinesa de Xi Jinping: a contribuição da Iniciativa do Cinturão e Rota para a inserção internacional da China na Nova Era**. 2021. 178 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KUNRATH, Bruna. **Brasil e Índia: inserção internacional e a campanha pela vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU**. 2012. 205 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- LEUTWILER, Júlio Fernandes do Prado. **Reprimarização da pauta de exportação e a atual inserção internacional brasileira**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2016.
- LIMA, Carlos Augusto de. **Algoritmos para a paz: a disputa pela liderança da inteligência artificial entre China e Estados Unidos da América pela lente do paradigma da corrida espacial durante a Guerra Fria**. 2019. 250 f. Dissertação (mestrado em ciência política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- MASCO, Joseph. **The Theater of Operations: National Security Affect from the Cold War to the War on Terror**. Durham: Duke University Press, 2014.
- MEDEIROS, J. M. G. DE; VITORIANO, M. A. V. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 491, 25 set. 2015.
- MEDEIROS, Klei Pando. **Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e composição de interesses**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação San Tiago Dantas, UNESP, São Paulo, 2021.
- MOURA, Diogo Villela Garcia. **Brasil e a República Popular da China no século XXI: inserção internacional e relações bilaterais em perspectiva comparada**. 2012. 220 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- NASCIMENTO, Renally Késsia Paiva. **A Construção Das Ilhas Artificiais Chinesas E A Política De Risco Nas Disputas Territoriais Do Sul Do Mar Da China**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UEPB, João Pessoa, 2017.
- OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- PAPAGEORGIOU, Maria Mary; VIEIRA, Alena. Mapping the Literature on China and Russia in IR and Area Studies: A Bibliometric Analysis (1990–2019). **Journal of Chinese Political Science**, v. 27, n. 1, p. 155–181, 2022.
- PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; DORIA, Caio. A Iniciativa do cinturão e rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo (RTM)**: n. 24, dez. 2020, v. 24, p. 77–106, 2022.
- PECEQUILO Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões**. Editora Vozes. Petrópolis, 2012.
- PRATES, Bruno Prado. **Revoluções tecnológicas e o catch-up da China na economia digital**. 2022. 175 f. Dissertação (mestrado em economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- RODRIGUES, Cláudia; GODOY VIEIRA, Ana Flávia. Estudos bibliométricos sobre a produção científica da temática Tecnologias de Informação e Comunicação em bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 167, 5 abr. 2016.
- SECCHI, Leonardo.; ITO, Letícia Elena. Think Tanks E Universidades No Brasil: Análise Das Relações Na Produção De Conhecimento Em Política Pública. **Planejamento e políticas públicas**, n. 46, 2016.
- SHAMBAUGH, David. **China goes global: the partial power**. New York: Oxford University Press, 2013.
- SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais da política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 1, p. 1-26, 2022.
- SILVA, André Luiz Reis da. A produção sobre política externa brasileira em Programas de Pós-Graduação no Brasil (2000-2019):

levantamento e análise de teses e dissertações. **Carta Internacional**, v. 18, n. 1, p. e 1307, 2023.

SILVA, Ariane Danielle Baraúna da. **Um estudo das relações comerciais entre Brasil e China e da concorrência chinesa em terceiros mercados**. 2011. 210 f. Dissertação (mestrado em economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de relações internacionais**. Editora Manole, Barueri, 2010.

SILVA, Carla Calixto da. **Mercosul: três ensaios sobre tarifas endógenas, efeito do ingresso da Venezuela e a concorrência chinesa no bloco**. 2014. 155 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

XING, Li; VADELL, Javier. **China-US Rivalry and Regional Reordering in Latin America and the Caribbean**. Londres: Routledge, 2024.

YAN, Xuetong. **Leadership and the Rise of Great Powers**. Princeton: Princeton University Press, 2019

ZHENG, Ruichen. **A Percepção Acadêmica Chinesa Sobre O Brasil E A Relação Bilateral: Um estudo dos dez maiores periódicos chineses (2003-2012)**. Dissertação (mestrado em relações internacionais). USP, São Paulo, 2012.

Funções de colaboração exercidas

André Luiz Reis da Silva:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Giuseppe Pitana Morrone:

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Visualização; Análise formal; Software; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

A presidência brasileira no BRICS e o consenso retóricos sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

The Brazilian presidency of BRICS and the rhetorical consensus on the reform of the United Nations Security Council

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.151877>

Giovanna Laís Duarte Viana
Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil
giovannadviana@gmail.com  

Raimundo Jucier Sousa de Assis
Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil
raimundojucier@yahoo.com  

Resumo

Esta pesquisa aborda a atuação do Brasil na presidência do BRICS, em 2025, com foco na agenda voltada à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O objetivo é analisar como a presidência brasileira articulou o debate sobre a transformação do CSNU. O estudo adota abordagem qualitativa e quantitativa, com base na análise documental e na análise de conteúdo das declarações conjuntas do BRICS entre 2009 e 2025. Foram utilizadas como fontes principais a nota conceitual da presidência brasileira e a Declaração do Rio de Janeiro da 17ª Cúpula do BRICS. Os resultados indicam que o Brasil incorporou de forma estratégica a pauta da reforma do CSNU à sua presidência, ampliando a centralidade discursiva do tema no interior do BRICS e fortalecendo o consenso em torno da necessidade de transformação da governança global. Contudo, observou-se que os avanços permaneceram predominantemente no plano retórico, diante das divergências entre os membros acerca dos contornos da reforma.

Palavras-chave: BRICS; Brasil; CSNU.

Abstract

This research examines Brazil's role during the BRICS presidency in 2025, focusing on the agenda related to the reform of the United Nations Security Council (UNSC). The objective is to analyze how the Brazilian presidency articulated the debate on the transformation of the UNSC. The study adopts both qualitative and quantitative approaches, based on documentary analysis and content analysis of BRICS joint declarations between 2009 and 2025, as well as news reports and official documents made available on the website of the Brazilian presidency of the grouping. The main sources used were the conceptual note of the Brazilian presidency and the Rio de Janeiro Declaration of the 17th BRICS Summit. The results indicate that Brazil strategically incorporated the issue of Security Council reform into its presidency, expanding the discursive centrality of the topic within BRICS and strengthening the consensus around the need to transform global governance. However, the findings also show that progress remained predominantly at the rhetorical level, given the divergences among member states regarding the contours of the reform.

Keywords: BRICS; Brazil; United Nations Security Council.

Recebido: 19 Novembro 2025
Aceito: 06 Junho 2026

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O presente artigo aborda um dos eixos centrais da presidência brasileira no BRICS, em 2025: a defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Busca-se analisar como a agenda diplomática do Brasil aproveitou seu protagonismo durante sua liderança no bloco para reforçar seu posicionamento histórico em favor de um Conselho mais representativo, democrático e eficaz.

O CSNU, principal responsável pela manutenção da paz internacional, enfrenta problemáticas decorrentes de uma estrutura datada de 1945, marcada pela concentração de poder dos membros permanentes e pelo uso do veto. Nesse contexto, o Sul Global avança como ator relevante na ordem mundial, reivindicando maior representatividade nas instâncias de governança global. Diante desse cenário, o BRICS surge como um espaço estratégico para a articulação entre países que buscam ampliar a representatividade e democratizar a governança internacional.

A pesquisa parte da seguinte indagação: quais foram os resultados da presidência brasileira no BRICS, em 2025, quanto à agenda de reforma do CSNU? Partindo desse questionamento, tem-se como objetivo central analisar como a presidência brasileira articulou o debate sobre a transformação do CSNU.

A metodologia adotada para alcançar esse propósito baseia-se na abordagem quali-quantitativa. No âmbito qualitativo, realizou-se a análise de conteúdo, com base na Nota Conceitual da Presidência Brasileira e na Declaração Conjunta da 17ª Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro. Adicionalmente, de natureza quantitativa, foi realizada uma análise de frequência lexical e Classificação Hierárquica Descendente com auxílio dos softwares Python e IRaMuTeQ, a fim de identificar padrões discursivos, recorrências temáticas e variações na centralidade da pauta da reforma do CSNU ao longo das diferentes presidências do BRICS.

A relevância social do estudo reside na necessidade de compreender o papel do Brasil e do BRICS na construção de uma ordem internacional mais justa, representativa e democrática. O estudo busca contribuir para uma análise contemporânea sobre o papel do Brasil e do BRICS na agenda de transformação do CSNU. Do ponto de vista acadêmico, o estudo se destaca por oferecer uma análise documental contemporânea, explorando a atuação e os resultados da presidência brasileira no bloco em relação à agenda de reforma do CSNU, contribuindo para o avanço das discussões sobre política externa e inserção internacional do Brasil, bem como sobre os ganhos da presidência brasileira.

Os resultados indicam que o Brasil incorporou a pauta da reforma do CSNU à sua presidência, ampliando a centralidade discursiva do tema no interior do BRICS e fortalecendo o consenso em torno da necessidade de transformar a governança global. Contudo, observou-se que os avanços permaneceram predominantemente no plano retórico, diante das divergências entre os membros quanto aos contornos da reforma.

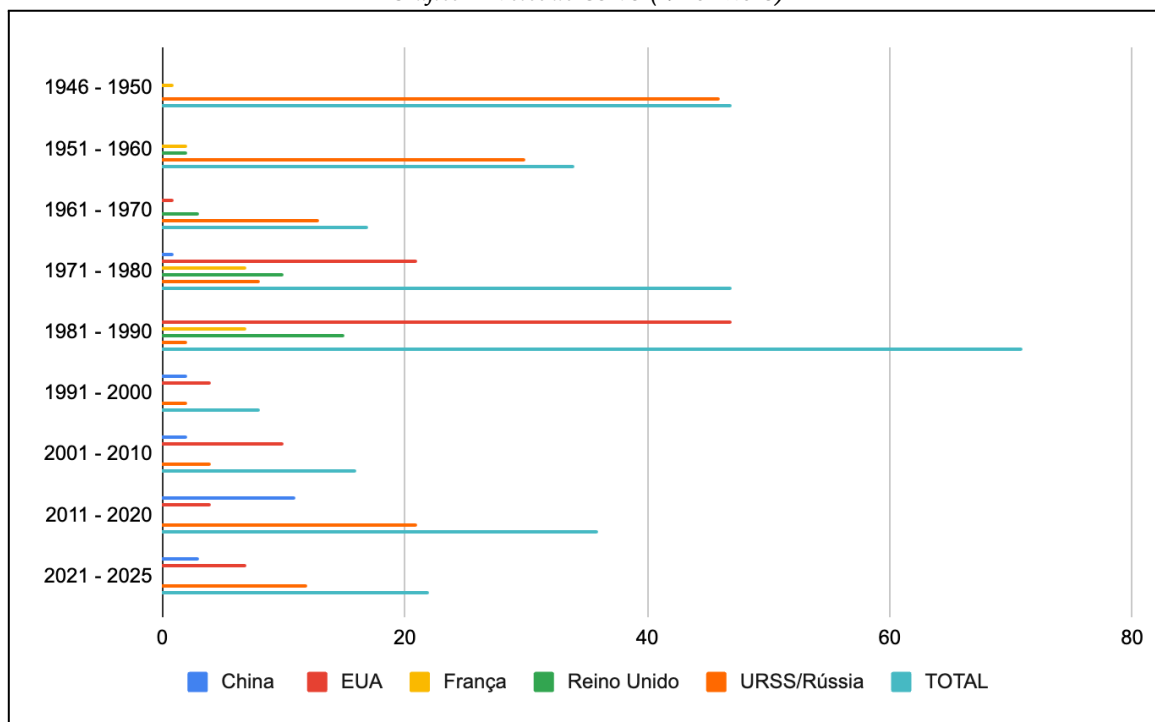
Referencial teórico e conceitual

O núcleo do poder político da Organização das Nações Unidas (ONU) concentra-se no CSNU, considerado um dos órgãos de maior relevância no cenário internacional (Rosas, 2005). Cabe ao CSNU a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais, incluindo a prerrogativa de autorizar o uso da força. Além disso, suas resoluções têm caráter impositivo para todos os Estados-membros da ONU (Seitenfus, 2016), o que reforça a autoridade normativa no sistema internacional. Por essas razões, o Conselho consolidou-se como o comitê mais poderoso da governança multilateral do sistema onusiano (Fernandez; Pagliari; Pizolatti, 2024).

O CSNU foi estruturado para garantir poder decisório efetivo aos países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, sendo composto por apenas quinze membros, cinco permanentes (P5), China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, e dez não permanentes. Desde a criação da ONU, consolidou-se a ideia de que os P5 seriam os principais responsáveis pela manutenção da paz e da segurança internacionais (Garcia, 2013).

Contudo, essa estrutura é amplamente criticada: a divisão em duas categorias de membros destoava do caráter democrático da instituição, e suas quinze cadeiras estão longe de representar as 193 nações da ONU. Soma-se a isso o poder de veto, previsto no artigo 27 da Carta, que permite aos membros permanentes bloquear resoluções substanciais (Rosas, 2005; Garcia, 2013). Esse mecanismo tem gerado bloqueios recorrentes: desde 1946, o veto foi exercido em quase 300 resoluções, sendo 22 apenas entre 2021 e 2025 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Vetos do CSNU (1946 - 2015)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025); Dados: United Nations (2025).

O uso recorrente do veto pelos P5 em situações que conflitam com seus interesses nacionais (Santos, 2024) obstrui a atuação ágil e decisiva do CSNU, evidenciando uma limitação estrutural que compromete o pleno exercício de suas funções. Desse modo, a baixa representatividade do órgão aliada à sua ineficiência diante dos conflitos globais impulsionou, assim, um movimento internacional em favor de sua reforma.

O Brasil é um dos maiores articuladores da defesa da reformulação institucional do CSNU. O empenho brasileiro na busca pela reforma do Conselho e pela obtenção de um assento permanente foi fortalecido a partir das transformações internacionais decorrentes do fim da Guerra Fria e da substituição de uma ordem bipolar por uma nova ordem multipolar. Desse modo, em 1989, o país defendeu uma ampla reforma do CSNU, incluindo a categoria de membros permanentes, e, em 1994, lançou oficialmente a sua candidatura a uma possível cadeira definitiva (Mendes, 2015).

O principal argumento do Brasil, de acordo com Mendes (2015), é que a transformação do CSNU é necessária para refletir a nova distribuição de poder global, sendo natural que o país, como potência regional da América Latina, ocupe um assento permanente. Nesse panorama, a questão da democratização das relações internacionais orienta a retórica dessa agenda na política externa brasileira. Esse conceito, segundo Lima (2005), implica a ampliação de países periféricos e semiperiféricos nos processos decisórios das instâncias internacionais, o que questiona a concentração de poder nas mãos das grandes potências tradicionais. Essa perspectiva é central para a compreensão do argumento que orienta a luta brasileira pela reforma do CSNU, enfatizando a necessidade de maior representatividade do Sul Global.

Por sua vez, o conceito Sul Global emerge de um novo modelo de articulação política coletiva, pautado no ativismo mútuo entre as nações do Sul, marcadas por diferenças significativas de desenvolvimento socioeconômico e de

representação nas instituições internacionais (Viana, 2026). Desse modo, o conceito de Sul Global está vinculado à construção de redes de cooperação, à superação conjunta das vulnerabilidades e dos desafios enfrentados por esses países, bem como à busca por mudanças nas assimetrias estruturais existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Costa; Duarte, 2023).

Destarte, historicamente, o país adotou distintas estratégias diplomáticas em prol do apoio internacional à promoção da reforma institucional e à sua candidatura ao assento permanente. Tem-se como exemplo a participação do Brasil no G4, grupo formado por Alemanha, Brasil, Japão e Índia, que formaliza uma aliança de apoio mútuo à cadeira definitiva. Além disso, o país participou de Operações de Paz da ONU e é um dos países com o maior número de mandatos como membro interino no CSNU (Viana, 2024).

Com o terceiro mandato presidencial de Lula, o discurso em defesa da transformação das instituições internacionais, especialmente do CSNU, retomou centralidade na agenda da política externa brasileira. O objetivo desta renovação é ampliar a representatividade e a democracia nos fóruns multilaterais, de modo que reflitam a atual configuração do poder global (Scherer, 2025).

A busca brasileira é orientada à construção de um sistema internacional mais justo e equilibrado (Scherer, 2025). O alinhamento do Brasil acerca da inclusão de países do Sul Global nos processos decisórios é consoante com a sua atuação no BRICS e com as diretrizes desse agrupamento.

O acrônimo BRIC foi criado pelo economista Jim O'Neil ao notar um grupo de países com crescimento econômico e amplo potencial para investimentos, composto por Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2009, essas nações se uniram em um fórum de cooperação, com o objetivo inicial de desenvolver uma articulação para democratizar e equilibrar a ordem internacional (BRICS, 2024). Em 2011, a África do Sul foi incorporada ao agrupamento, formalizando a configuração do BRICS.

Esse agrupamento fundamenta-se no conceito de multilateralismo que, na concepção construtivista das Relações Internacionais, é compreendido como prática social capaz de produzir identidades e interesses compartilhados entre os Estados (Ruggie, 1992). Nesse sentido, Ruggie (1992), define o multilateralismo como uma forma de organização institucional que coordena as relações entre três ou mais Estados. Adicionalmente, sob uma dimensão qualitativa, possui a eficiência e duração com base em princípios generalizados de conduta, isto é, diretrizes que se aplicam igualmente a todos os membros (Ruggie, 1992; Santos, 2009). Portanto, a natureza indiscriminada diferencia o multilateralismo de outras formas de cooperação internacional.

Com a emergência do mundo polarizado e marcado por crises, o BRICS empenha-se em fortalecer a cooperação econômica, política e social entre os seus membros, com o objetivo de fomentar a influência do Sul Global na governança internacional (BRICS, 2024). Assim, uma de suas metas centrais é a reforma das instituições globais, como a ONU, para promover a melhoria da legitimidade, da eficiência e da equidade participativa.

Comprovando o seu papel na liderança do Sul Global, o BRICS passou por outra expansão em 2024-2025, ao adicionar seis membros: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Essa nova configuração tem sua importância representada em dados quantitativos. Os onze países integrantes representam, juntos, 39% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 49% da população mundial (ComexVis, 2023) e aproximadamente 40% da participação na economia global de 2025, segundo projeções do FMI (Souto, 2025).

Embora os países-membros apresentem diferenças políticas, culturais e econômicas significativas, o principal elemento de convergência entre eles reside na percepção de uma disparidade entre suas crescentes capacidades materiais e financeiras e sua sub-representação nas instituições tradicionais de governança global.

A governança, de acordo com Rosenau (2000, p. 16), é um sistema de organização, vinculado a sentidos intersubjetivos, constituições e estatutos formalmente instituídos e aceitos pela maioria. Em nível global, esse modelo

refere-se a negociações coletivas com certo grau de autoridade (Scherer, 2025). Nesse sentido, a noção de governança global conecta-se com os novos arranjos e processos de poder dinâmicos (Kennedy, 2005 *apud* Scherer, 2025).

Observa-se que o BRICS representa um mecanismo central de articulação multilateral para os países do Sul Global, pois oferece uma plataforma política voltada à construção de uma governança internacional mais equilibrada e inclusiva. Esse comportamento é compreendido por Lopes (2024) como uma forma de *soft balancing*, em que Estados, principalmente os emergentes, articulam-se por meio de ampla cooperação para contrabalançar o poder e a influência dos Estados Unidos no sistema internacional.

O BRICS atua como espaço estratégico para a articulação política do Sul Global, reunindo três países que aspiram a um assento permanente no CSNU (Brasil, Índia e África do Sul) e dois membros do P5 (China e Rússia). Essa composição confere ao grupo potencial político para impulsionar debates e propostas concretas de reforma da arquitetura de paz e segurança da ONU. Nesse sentido, Lopes (2024) aponta que o BRICS reconhece a centralidade da ONU no sistema internacional e defende seu fortalecimento como principal fórum multilateral para a promoção de mudanças na ordem global.

Sob essa concepção, a atuação brasileira no âmbito do BRICS também pode ser compreendida por meio da estratégia de “autonomia pela diversificação”, formulada por Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007). Para os autores, a política externa brasileira busca reduzir as assimetrias do sistema internacional por meio da diversificação de parcerias e da construção de coalizões com países do Sul Global, ampliando a capacidade de atuação autônoma do Brasil no cenário internacional.

Essa estratégia apresenta forte conexão com a defesa brasileira da reforma do CSNU, uma vez que o debate sobre autonomia está historicamente vinculado à atuação internacional do Brasil e à busca por maior projeção decisória nas instituições multilaterais. Conforme apontam estudos recentes, a obtenção de um assento permanente no CSNU representaria não apenas maior reconhecimento internacional, mas também uma ampliação da capacidade de atuação autônoma do país diante das grandes potências (Baccarini; Gonçalves, 2025).

Assim, ao utilizar o BRICS como espaço de concertação política e de aproximação com o Sul Global, o terceiro governo Lula retoma elementos da estratégia de autonomia pela diversificação, empregando o agrupamento como instrumento diplomático para impulsionar a agenda da reforma do CSNU e fortalecer o pleito brasileiro por maior representatividade na ordem internacional. Diante disso, torna-se fundamental analisar a presidência brasileira no grupo em 2025, período em que o país buscou traduzir sua agenda histórica de reforma em ações e discursos no âmbito do agrupamento.

Metodologia

O presente estudo baseia-se na metodologia quali-quantitativa. No âmbito qualitativo, foram analisados os conteúdos da Nota Conceitual da Presidência Brasileira no BRICS e da Declaração Conjunta de Líderes do BRICS, assinada durante a 17ª Cúpula no Rio de Janeiro. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), envolve três etapas: (1) pré-análise e seleção do corpus; (2) exploração do material com identificação de categorias temáticas; e (3) inferência e interpretação dos resultados.

As categorias temáticas utilizadas foram: (i) menções à reforma do CSNU; (ii) referências ao multilateralismo e à governança global; (iii) posicionamentos dos membros do BRICS sobre a reforma; e (iv) propostas concretas de reforma. Essa abordagem permite identificar padrões de convergência e dissenso, evitando a mera reprodução do discurso diplomático. A metodologia qualitativa foi escolhida, pois possibilita maior detalhamento interpretativo das estratégias discursivas, prioridades políticas e formas de mobilização da agenda da reforma do CSNU.

Em adição, a análise quantitativa foi utilizada para analisar o conjunto das declarações conjuntas oficiais do BRICS nas cúpulas entre 2009 e 2025, permitindo identificar padrões discursivos e fornecer dados comparativos sobre a evolução da pauta da reforma do CSNU ao longo das diferentes presidências do BRICS.

A priori, determinou-se que a variável dependente seria a ênfase na reforma do CSNU; posteriormente, foi realizada sua operacionalização por meio de análise de frequência lexical aplicada às declarações finais do BRICS. Para isso, foi elaborado um dicionário com termos específicos relacionados à reforma do CSNU, em português e inglês, incluindo expressões como “reforma do Conselho de Segurança”, “Security Council reform” e “UNSC reform”. A seleção priorizou termos semanticamente específicos, evitando ambiguidades e referências genéricas à governança global.

Os documentos foram coletados em formato de documento portátil (PDF) e processados em ambiente Python, utilizando a biblioteca PyMuPDF para extração textual e realização do pré-processamento dos dados, que incluiu padronização textual, remoção de caracteres especiais e normalização ortográfica. Em seguida, realizou-se a contagem da frequência absoluta e normalizada das menções à reforma do CSNU, calculada por dez mil palavras, permitindo a comparação entre documentos de diferentes extensões.

A análise foi estruturada como uma série temporal longitudinal, permitindo observar variações na saliência do tema ao longo do período analisado, bem como identificar padrões de crescimento, estabilidade ou declínio na ênfase discursiva sobre a reforma do CSNU. Adicionalmente, foram destacados os anos em que o Brasil exerceu a presidência do BRICS (2010, 2014 e 2019), com o objetivo de avaliar possíveis alterações na intensidade da abordagem do tema nesses períodos.

Posteriormente o corpus foi analisado no IRaMuTeQ por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com base no método de Reinert. Foram considerados apenas elementos lexicais, substantivos (substantivos e adjetivos), excluindo-se categorias funcionais da linguagem. A análise utilizou segmentação por unidades de contexto elementar (UCEs) e frequência mínima de ocorrência igual a dois, visando maior consistência na identificação dos padrões discursivos.

Resultados

A reforma do CSNU na agenda da presidência brasileira no BRICS

A presidência brasileira no BRICS, exercida em 2025, foi guiada pelo lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”. Sob esse panorama, o Brasil voltou-se para duas prioridades: a cooperação do Sul Global e as Parcerias BRICS para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental.

Dentre essas prioridades, destaca-se a esfera “E” por abordar a “Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança”. Essa escolha reflete o esforço histórico do Brasil para promover transformações no sistema de governança global, em especial para que deem voz aos países em desenvolvimento e confirmem maior legitimidade e eficiência aos organismos internacionais (BRICS Brasil, 2025a).

Esse campo relaciona-se a um dos pilares de cooperação do BRICS, pautado em “Política e Segurança”, no qual o mandato brasileiro fixou a promoção do multilateralismo para melhorar a eficiência da governança global. Para tal, o mandato brasileiro buscou incluir, nos debates do BRICS, a reforma do CSNU (BRICS Brasil, 2025b).

A Nota Conceitual da Presidência do Brasil no BRICS constitui um documento-chave para analisar as prioridades e os objetivos deste mandato. A partir dela, o Brasil reafirma a valorização do BRICS como um espaço estratégico de articulação política do Sul Global, em especial, capaz de desenvolver soluções para as problemáticas mundiais. Para o país, o grupo revela-se como um instrumento cooperativo, com foco no desenvolvimento de uma ordem mundial multipolar baseada na equidade, na justiça e na democracia (BRICS, 2025, p. 1).

Em consonância com esses pilares, no documento, o BRICS é apresentado como um ator à vanguarda da luta pela reforma da governança global (BRICS, 2025, p. 1). Isso evidencia a percepção brasileira de que o grupo pode atuar como uma plataforma de diálogo e cooperação política, capaz de mobilizar, de forma multilateral, as discussões acerca da transformação do CSNU.

Entre os fundamentos da defesa da reforma do CSNU, o mandato brasileiro argumenta que, no início da criação da ONU, o objetivo era preservar a paz e a segurança internacionais, por meio de medidas multilaterais e da promoção de soluções pacíficas para o enfrentamento de conflitos. Contudo, em razão de sua estrutura ultrapassada, demonstra-se incapaz de enfrentar as dinâmicas atuais do cenário internacional (BRICS, 2025).

As discussões sobre a reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança aspiram, assim, à promoção de uma reforma abrangente da ONU, com um de seus organismos decisórios principais em foco: o CSNU. O propósito é torná-lo mais democrático, representativo e eficaz, para que consiga responder aos desafios globais (BRICS, 2025, p. 4).

O Dissenso no BRICS e os Limites do Consenso Retórico

O ponto culminante do mandato brasileiro foi a Declaração do Rio de Janeiro, elaborada em julho de 2025, que reafirma o compromisso coletivo dos membros em fortalecer os três pilares tradicionais do BRICS, incluindo o de cooperação política e segurança. Conforme Lopes (2024), as declarações do agrupamento assumem caráter programático, funcionando como instrumentos de institucionalização e convergência de interesses entre os Estados-membros.

No documento, os líderes reiteram a defesa de uma ampla reforma da governança global, capaz de promover um sistema multilateral mais justo, representativo e eficaz (BRICS Brasil, 2025e, p. 2), legitimando, ao mesmo tempo, a centralidade da ONU no sistema internacional e os princípios consagrados em sua Carta.

Diante dessa percepção, o BRICS objetiva que os Países em Desenvolvimento e Mercados Emergentes e os países menos desenvolvidos, em especial da África e da América Latina, possam ter maior representação e participação “[...] nos processos e estruturas decisórios globais de modo a torná-los mais sintonizados com as realidades contemporâneas” (BRICS Brasil, 2025e, p. 2).

Assim, os BRICS reafirmaram que apoiam uma reforma abrangente da ONU, incluindo, nesse escopo, o CSNU. Para esse órgão específico, tem-se como objetivo uma transformação eficaz e eficiente, capaz de responder de forma satisfatória aos desafios globais. Busca-se ampliar a representação dos países em desenvolvimento no quadro de membros, tornando-o mais democrático e representativo.

Tendo em vista que a transformação do Conselho deve ampliar a voz do Sul Global, a declaração reconhece como legítimas as aspirações dos países africanos, presentes no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte. Outrossim, afirma que os países do BRICS irão buscar desempenhar um papel mais ativo nos debates internacionais, especialmente no CSNU.

Ressalta-se que, nos termos da aspiração do Brasil a um assento permanente, o texto traz, de modo específico, o apoio da China e da Rússia, ambos membros permanentes do Conselho, à candidatura do Brasil e da Índia “[...] de desempenhar um papel mais relevante nas Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança” (BRICS Brasil, 2025e, p. 3).

Esse resultado representa um ganho de legitimidade discursiva para o Brasil, tendo em vista que, por serem países com poder de veto e assento permanente, exercem influência decisiva na configuração e no funcionamento do Conselho, o que confere legitimidade e peso político adicional ao posicionamento conjunto do BRICS e às aspirações do Brasil. Contudo, trata-se de uma afirmação de posições já anunciadas em cúpulas anteriores, sem vinculação a um plano ou estratégia específica que indique avanço concreto.

Assim, o apoio, ainda que retórico, de Moscou e Pequim à ampliação da representatividade do Conselho reforça a relevância do grupo como espaço de articulação multilateral e diplomática em torno da reforma, ao mesmo tempo em que evidencia o papel do Brasil em impulsionar o debate nessa plataforma estratégica.

Por fim, há um forte apelo a um progresso concreto na questão da reforma dos principais órgãos da ONU, inclusive o CSNU. Afirmando, ainda, um compromisso de impulsionar as discussões sobre a transformação do CSNU (BRICS Brasil, 2025e). Esse posicionamento evidencia, ainda, a valorização do BRICS e seu potencial para contribuir para as prioridades e questões do Sul Global, em especial para promover uma ordem internacional mais justa, inclusiva e representativa.

Nesse sentido, há consenso discursivo sobre a necessidade de reforma do CSNU, mas, diante desse quadro, torna-se fundamental destacar que os membros do BRICS apoiam propostas específicas da reforma, com interesses distintos e, em alguns casos, conflitantes. O Brasil, integrante do G4, defende a criação de novos assentos permanentes e não permanentes, todos sem poder de veto, e com a preservação desse poder para os atuais membros permanentes (Mendes, 2015).

Isto posto, a China e a Rússia têm demonstrado historicamente apoio verbal à reforma, mas resistência a qualquer alteração que pudesse diluir seu poder de veto ou ampliar significativamente o número de membros permanentes (Garcia, 2013; Lopes, 2024). Além disso, o apoio dessas nações à candidatura do Brasil, reiterado na Declaração do Rio de Janeiro, deve ser lido com cautela, pois trata-se de reafirmação de declarações anteriores (Pequim, 2022; Joanesburgo II, 2023) sem conteúdo operacional novo.

A Índia e a África do Sul compartilham com o Brasil a aspiração a um assento permanente no CSNU, embora apresentem visões distintas acerca dos contornos da reforma. A Índia, integrante do G4 ao lado do Brasil, demonstra maior resistência a propostas que prevejam a ampliação de membros permanentes sem direito ao veto, em razão de seu interesse em consolidar maior projeção de poder e influência em sua região (Lopes, 2024).

A África do Sul, alinhada ao Consenso de Ezulwini, defende que o continente africano deve ter pelo menos dois assentos permanentes com direito de veto, o que, em princípio, incluiria recursos escassos de poder político que outros membros do G4 também disputam. O assento permanente para a África do Sul, conforme Lopes (2024), representaria um passo para a descolonização da atual composição do CSNU, trazendo destaque para um continente que tem sido consideravelmente afastado e subestimado pelo sistema internacional.

Além disso, os novos membros incorporados ao BRICS em 2024-2025, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã, trouxeram interesses distintos ao agrupamento. Os países do Oriente Médio, por exemplo, são membros da Organização de Cooperação Islâmica, que reivindica a representação árabe permanente no CSNU com o direito de veto (Kiku, 2024). Além disso, nota-se que esses países priorizam outras agendas como o desenvolvimento econômico e a cooperação energética.

O consenso formalizado na Declaração do Rio de Janeiro, em julho de 2025, resultou de meses de negociações que tornaram as posições sobre a reforma mais genéricas, justamente para acomodar essas distintas perspectivas. Tal dinâmica de construção de consenso por meio da generalização das posições é coerente com a lógica do multilateralismo descrita por Ruggie (1992): para que princípios generalizados de conduta sejam aceitos por todos os membros, frequentemente precisam ser formulados em termos amplos para acomodar interesses divergentes. O resultado é o que este estudo denomina “consenso retórico”: a concordância formal sobre a necessidade de reforma, sem compromissos operacionais específicos.

Para sistematizar os diferentes níveis de apoio à proposta brasileira no âmbito do BRICS, é possível distinguir três posicionamentos: (a) apoio integral, englobando países que endossam explicitamente tanto a necessidade de reforma quanto a candidatura do Brasil a um assento permanente, como China e Rússia (ainda que com reservas

implícitas quanto à amplitude da reforma); (b) apoio parcial, em que países que defendem a reforma em termos gerais, mas apresentam visões distintas sobre sua amplitude ou sobre as candidaturas específicas, como Índia e África do Sul; e (c) posições cautelosas, com membros mais novos do BRICS que priorizam outras agendas e não se manifestaram explicitamente sobre as candidaturas a assentos permanentes.

Além disso, a análise qualitativa das declarações e documentos oficiais da presidência brasileira no BRICS permitiu identificar quatro eixos temáticos centrais: (i) referências à reforma do CSNU; (ii) menções ao multilateralismo e à governança global; (iii) posicionamentos específicos dos membros do agrupamento; e (iv) propostas concretas de reforma. A partir dessas categorias, observou-se que a presidência brasileira de 2025 promoveu maior centralidade discursiva da pauta da reforma, embora persistam divergências substantivas entre os membros quanto aos contornos e à operacionalização dessa transformação institucional.

Esta análise permite identificar que o Brasil, de forma estratégica, incorporou, no contexto da sua presidência, o debate sobre a transformação do CSNU no âmbito do BRICS. A relevância dessa inserção decorre do simbolismo político de trazer o tema a um agrupamento que reúne potências emergentes do Sul Global, bem como de contar com dois membros permanentes do CSNU. Ademais, ao ancorar-se no argumento de promover maior participação e voz aos países do Sul Global, o Brasil logra o consenso entre as demais nações em desenvolvimento presentes no grupo, formalizando um consenso multilateral a favor da atualização da estrutura do Conselho.

Nesse sentido, conclui-se que a presidência brasileira no BRICS representou um importante instrumento de projeção diplomática da agenda da reforma do CSNU, ao reforçar o alinhamento discursivo entre os membros do agrupamento e ao ampliar o diálogo com o Sul Global. A atuação do Brasil evidenciou a continuidade histórica de sua política externa em defesa da maior representatividade nas instituições internacionais e da democratização da governança global.

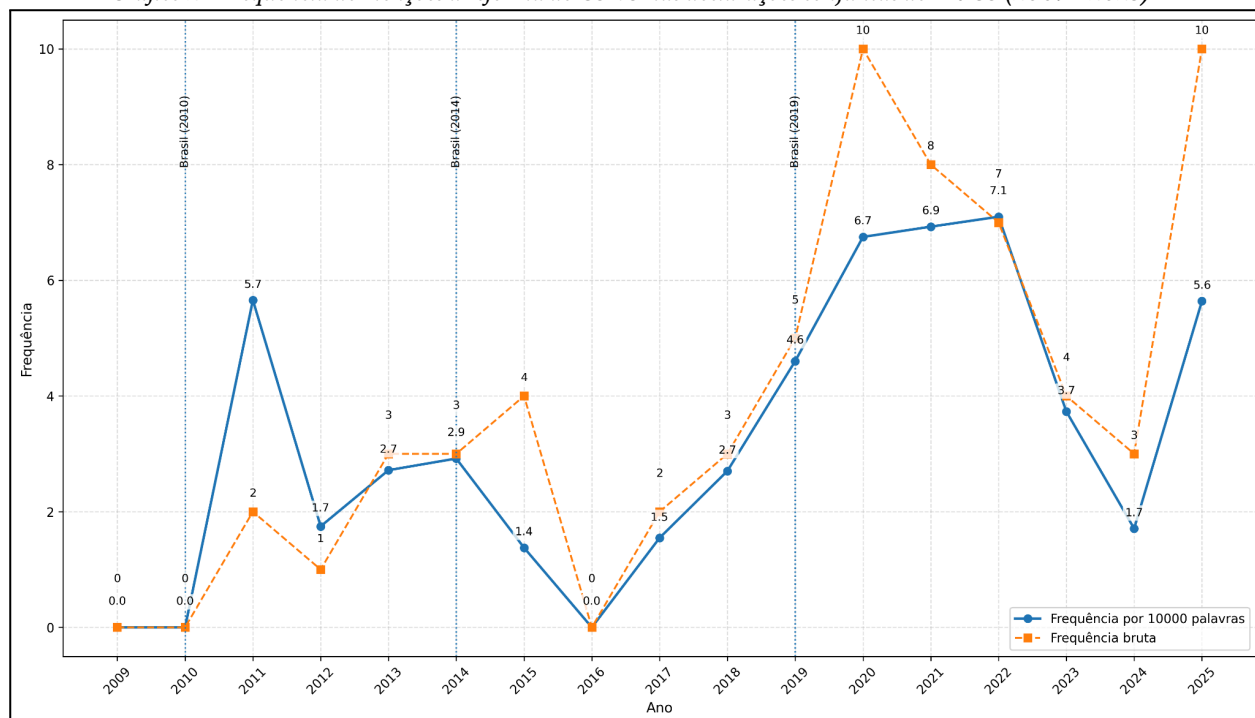
Entretanto, observa-se, que os resultados permanecem majoritariamente no campo retórico, demonstrando que, apesar da capacidade do BRICS de fortalecer politicamente o debate, persistem obstáculos estruturais e geopolíticos que limitam avanços concretos na reforma do CSNU e na consolidação do pleito brasileiro por um assento permanente.

A reforma do CSNU no Corpus Geral das Declarações do BRICS

Esta subseção apresenta os resultados da análise quantitativa do corpus completo das declarações conjuntas do BRICS entre 2009 e 2025, conforme a metodologia descrita na seção anterior. O objetivo é complementar a análise qualitativa previamente realizada e examinar de modo comparativo as diferentes presidências do agrupamento no que se refere ao tratamento conferido à pauta da reforma do CSNU.

Nesse contexto, o Gráfico 2 apresenta a frequência de menções à reforma do CSNU nas declarações oficiais do BRICS. A análise longitudinal evidencia uma trajetória de crescimento não linear da temática ao longo do período analisado, marcada por picos que coincidem com as presidências brasileiras de 2010 e 2014, além de uma intensificação mais consistente a partir de 2019, durante a terceira presidência brasileira do agrupamento.

Gráfico 2 - Frequência de menções à reforma do CSNU nas declarações conjuntas do BRICS (2009 - 2025)



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Entre 2009 e 2016, as menções à reforma do CSNU oscilaram de forma irregular, com ausência total de referências em 2009, 2010 e 2016, e picos pontuais em 2011, com apenas 2 menções brutas, e em 2015, com 4 menções brutas. Esse padrão sugere que, no início da formação do BRICS, a reforma do Conselho não integrava de forma estável a agenda do agrupamento, aparecendo de maneira episódica e associada às presidências brasileiras.

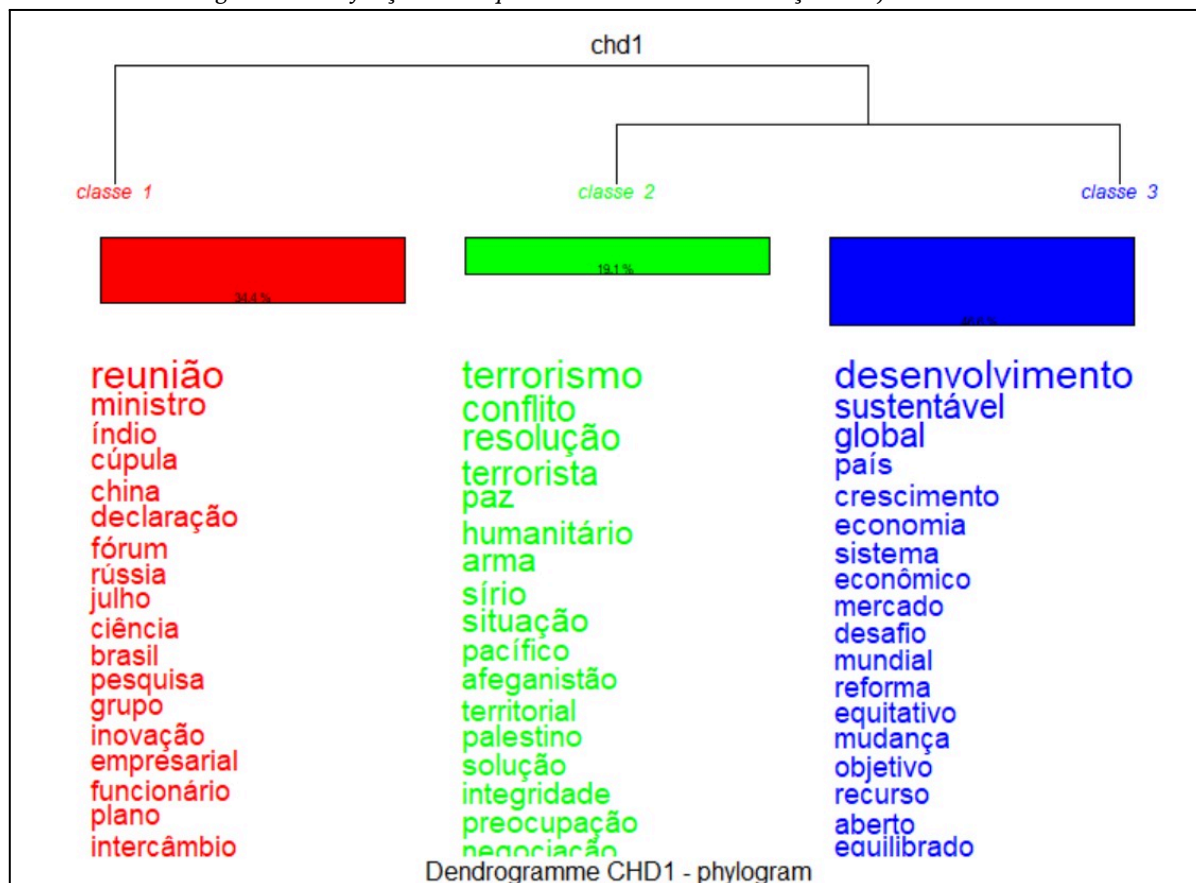
A partir de 2019, observa-se uma inflexão significativa: tanto a frequência bruta quanto a normalizada crescem de forma mais consistente, atingindo os maiores valores do período em 2020 e em 2022. Esse aumento coincide com o aprofundamento das crises geopolíticas globais, notadamente a pandemia de COVID-19 e o conflito russo-ucraniano, que recolocaram na agenda internacional o debate sobre as limitações do CSNU.

Contudo, em 2024, há uma queda acentuada que pode ser interpretada como reflexo da presidência russa, cujas prioridades discursivas divergiam da agenda de reforma estrutural do CSNU, tendo em vista que a Rússia, como membro permanente, tem interesse limitado em alterar o status quo institucional. Essa variação reforça o argumento central deste artigo: o protagonismo das presidências na definição dos temas centrais do agrupamento.

Em 2025, sob a presidência brasileira, é verificada uma recuperação expressiva, com 10 menções brutas, sendo esta a declaração com o maior valor absoluto de toda a série histórica. Esse dado quantitativo corrobora a análise qualitativa desenvolvida na subseção anterior: o Brasil utilizou sua presidência para ampliar significativamente a presença do tema da reforma do CSNU no corpus documental do BRICS, ainda que essa ampliação seja predominantemente discursiva.

Para complementar o estudo, foi realizada a análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), apresentada na Figura 1, que evidencia os principais núcleos discursivos presentes em toda a série histórica analisada, permitindo observar as continuidades e prioridades temáticas consolidadas no agrupamento. A partir do processamento do corpus textual, o software organizou o material em três classes lexicais distintas, revelando diferentes eixos de articulação discursiva que estruturam a atuação do BRICS.

Imagem 1 – Classificação Hierárquica Descendente das Declarações Conjuntas do BRICS



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A Classe 3 (46,6%), predominante no corpus, associa-se ao eixo de desenvolvimento econômico, com termos como “desenvolvimento”, “sustentável”, “economia”, “crescimento” e “mercado”. Essa é a classe dominante, indicando que o discurso do BRICS se baseia, sobretudo, em uma agenda de reorganização da ordem econômica global, com ênfase em crescimento sustentável, equidade e inclusão dos países em desenvolvimento nos mercados internacionais.

A Classe 1 (34,4%) reúne termos como “reunião”, “cúpula”, “declaração”, “ministro” e nomes de países, como Brasil, China, Rússia e Índia, caracterizando um eixo institucional-diplomático. Essa classe reflete a dimensão formal do BRICS enquanto fórum de coordenação política, baseado em encontros, negociações e produção de documentos oficiais. A presença destacada de países e referências a instâncias diplomáticas nessa classe sugere que o BRICS produz, antes de tudo, um discurso de legitimação de sua própria existência como fórum multilateral.

A Classe 2 (19,1%) agrupa termos como “terrorismo”, “conflito”, “resolução”, “paz” e “humanitário”, compondo um eixo de segurança internacional. Embora presente, essa temática aparece com menor peso relativo, indicando que questões de paz e segurança, incluindo a reforma do CSNU, não estruturam centralmente o discurso coletivo do BRICS ao longo do tempo, ocupando posição secundária frente às agendas econômicas e institucionais.

A estrutura hierárquica do dendrograma é analiticamente reveladora: as Classes 1 e 3 apresentam maior proximidade entre si, enquanto a Classe 2 aparece como ramo mais periférico da hierarquia. Essa configuração resulta na interpretação de que o BRICS se consolida prioritariamente como um arranjo voltado à cooperação econômica e à coordenação política formal, com a agenda de segurança, nesta incluída a reforma do CSNU, ocupando posição subordinada na estrutura discursiva do agrupamento.

Observa-se que o Brasil, ao priorizar a reforma do CSNU em 2025 e alcançar o maior número absoluto de menções ao tema em toda a história do BRICS, operou um esforço deliberado para deslocar o debate do agrupamento em

direção a uma temática que não é sua prioridade discursiva estrutural. Portanto, o crescimento quantitativo das menções é um indicador do protagonismo e do peso da escolha das prioridades da presidência brasileira. Entretanto, também evidencia os limites desse esforço: mesmo no pico de 2025, a reforma do CSNU permanece como tema secundário na arquitetura discursiva geral do grupo, dominada pelas agendas econômicas e institucionais.

Em síntese, os resultados da pesquisa demonstram que a presidência brasileira do BRICS, em 2025, foi relevante para ampliar a centralidade da agenda de reforma do CSNU no interior do agrupamento. Desse modo, a atuação diplomática do Brasil contribuiu para fortalecer o debate acerca da transformação da governança global, inserindo a pauta da reforma do CSNU de maneira expressiva na Declaração do Rio de Janeiro e consolidando um consenso discursivo favorável à ampliação da representatividade dos países do Sul Global nas instituições internacionais. Além disso, o Brasil reforçou o papel do BRICS como espaço estratégico de articulação multilateral entre potências emergentes, especialmente ao reunir países que compartilham críticas à atual configuração da ordem internacional.

Contudo, observou-se também que os resultados obtidos pelo Brasil permaneceram majoritariamente no plano retórico e simbólico. Apesar do consenso formal em torno da necessidade de reforma do CSNU, persistem divergências substantivas entre os membros do BRICS acerca dos contornos, da amplitude e das modalidades dessa transformação institucional. Os interesses distintos dos países do agrupamento, especialmente em relação ao poder de veto, à representação regional e à ampliação de assentos permanentes, limitaram a construção de propostas concretas e operacionalizáveis de reforma.

Conclui-se que a presidência brasileira de 2025 conseguiu fortalecer e evidenciar politicamente a pauta da reforma do CSNU no âmbito do BRICS, mas não foi capaz de produzir avanços institucionais concretos. Logo, a pesquisa demonstra que o BRICS atua como importante plataforma de legitimação diplomática e de construção de consenso discursivo em torno da reforma da governança global, embora ainda apresente limitações estruturais e geopolíticas para converter esse consenso em ação coordenada efetiva.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar os resultados da presidência brasileira do BRICS, em 2025, quanto à agenda de reforma do CSNU, buscando compreender de que maneira o Brasil utilizou sua liderança no agrupamento para fortalecer essa pauta no âmbito da governança global. Para isso, foram examinadas as declarações conjuntas do BRICS entre 2009 e 2025, por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa fundamentada na análise de conteúdo e na análise lexical do corpus documental.

Observou-se, por meio da pesquisa, que a presidência brasileira desempenhou papel relevante na ampliação da centralidade discursiva da reforma do CSNU no interior do BRICS. Os resultados evidenciaram que o Brasil conseguiu inserir o tema de maneira expressiva na Declaração do Rio de Janeiro, fortalecendo o debate sobre a democratização da governança global e a ampliação da representatividade dos países do Sul Global nas instituições internacionais.

A análise demonstrou que a presidência brasileira contribuiu para reforçar a legitimidade internacional do pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU, sobretudo diante da reiteração do apoio da China e da Rússia às aspirações do Brasil por um papel mais relevante nas Nações Unidas. Os dados quantitativos corroboram essa interpretação ao indicarem que, em 2025, a pauta da reforma atingiu o maior número absoluto de menções em toda a série histórica das declarações do BRICS.

Contudo, o avanço ocorreu predominantemente no plano discursivo e simbólico. Apesar do consenso retórico em torno da necessidade de reforma do Conselho, persistem divergências substantivas entre os membros do BRICS sobre as propostas de transformação institucional. Desse modo, questões relacionadas ao poder de veto, à ampliação de

assentos permanentes e à representação regional demonstraram que os interesses nacionais dos membros permanecem como fatores que impedem uma proposta concreta e uniforme do grupo a favor do tema.

A presidência brasileira de 2025 foi capaz de fortalecer politicamente a agenda da reforma do CSNU no âmbito do BRICS e ampliar sua visibilidade internacional. Contudo, não foram identificados avanços institucionais concretos ou mecanismos operacionais capazes de transformar o consenso discursivo em ação coordenada efetiva. Assim, conclui-se que o BRICS funciona como relevante plataforma de legitimação diplomática da pauta brasileira e de articulação do Sul Global, embora ainda apresente limitações significativas que impedem a promoção de mudanças efetivas na arquitetura do CSNU.

Nas limitações da pesquisa, destaca-se que a análise se restringiu a declarações oficiais e documentos institucionais do BRICS, não contemplando negociações diplomáticas reservadas, dinâmicas bilaterais ou outros fóruns multilaterais que também influenciam o debate sobre a reforma do CSNU. Ademais, o trabalho passou por uma redefinição metodológica ao longo do processo investigativo, com revisão do enfoque e do recorte analítico, o que impôs restrições quanto à profundidade de algumas dimensões da análise empírica.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar o estudo sobre o papel do BRICS na governança global, especialmente à luz de sua recente expansão. Recomenda-se investigar como a entrada de novos membros, com interesses e prioridades diversas, impacta o grau de coesão política do bloco e sua capacidade de formular propostas concretas em torno da reforma do CSNU.

Referências

BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira; GONÇALVES, Pascoal Teófilo Carvalho. Brazilian autonomy in the quest for United Nations Security Council reform. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 1, e007, 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2016.

BRICS. Presidência do Brasil - **BRICS 2025**: Nota Conceitual. 2025.

BRICS. **Sobre o BRICS**. BRICS: Brasil 2025. Dez. 2024. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRICS BRASIL. **Presidência Brasileira**. 17 jan. 2025a. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/presidencia-brasileira>>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRICS BRASIL. **Áreas de Cooperação**. 05 fev. 2025b. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/areas-de-cooperacao>>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRICS BRASIL. **Discurso do presidente Lula na abertura da Primeira Reunião de Sherpas da presidência brasileira do BRICS**. 26 fev. 2025c. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/noticias/discursos/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-sherpas-da-presidencia-brasileira-do-brics>>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRICS BRASIL. **Chanceleres do BRICS reiteram necessidade de mudança na governança global**. 06 mai. 2025d. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/noticias/collabs/comunicacao-colaborativa/chanceleres-do-brics-reiteram-necessidade-de-mudanca-na-governanca-global>>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRICS BRASIL. **Declaração do Rio de Janeiro**: Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável. Rio de Janeiro, 06 jul. 2025e.

COMEX VIS. **Especial BRICS**. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 07 jul. 2025.

COSTA, Hugo B. M. DUARTE, Rubens S. Sul Global Versus Sul Geopolítico: um debate quanto à pertinência analítica dos conceitos. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 12, n. 24, p. 13-35, 2023.

FERNANDEZ, Brena; PAGLIARI, Graciela; PIZZOLATTI, Rodrigo. A entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU: uma análise segundo a teoria dos jogos. **Conjuntura Austral**, v. 15, n. 70, abr./jun., p. 22-38, 2024.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2013.

KIKU, Dmitriy. Positions of BRICS Nations on UN Security Council Reform. **RIAC: Analytics and comments**, 2024. Disponível em: <<https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/positions-of-brics-nations-on-un-security-council-reform/>>. Acesso em: 20 mai. 2026.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.

LOPES, Larissa Pires. **O papel do BRICS no processo de ampliação do Conselho de Segurança da ONU**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2024.

MENDES, Flávio Pedroso. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança: Uma Análise Realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./abr., p. 113-142, 2015.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ROSAS, María Cristina. O Conselho de Segurança das Nações Unidas: 60 anos não é nada. **Cadernos Adenauer**, VI, n. 1, Rio de Janeiro, jun. 2005.

ROSENAU, James N. Governance in the Twenty-First Century. **Global Governance**, v. 1, n. 1, p. 13-43, 1995.

RUGGIE, John Gerard. Multilateralism: The Anatomy of an Institution. **International Organization**, v. 46, n. 3, p. 561-598, 1992.

SANTOS, Norma Breda. Ensaio sobre o multilateralismo: reflexões de um diplomata e acadêmico. **Estudos Avançados**, n. 23, 2009.

SANTOS, Thais Lino. O Brasil e a Reforma da Governança Global: Desafios e Oportunidades no G20 e no Conselho de Segurança da ONU. **Século XXI**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 12-20, 2024.

SCHERER, Lucas Mondin. A Clemência do Estado Brasileiro por Mudanças Estruturais. **Revista Relações Exteriores**, dez. 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/estado-brasileiro-organizacoes/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SOUTO, Mayara. PIB do BRICS segue superior à média mundial e representa 40% da economia. **BRICS Brasil 2025**, 02 mai. 2025. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/noticias/pib-do-brics-segue-superior-a-media-mundial-e-representa-40-da-economia>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

UNITED NATIONS. **UN Security Council Meetings & Outcomes Tables**. 2025. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/sc/quick/veto>. Acesso em: 06 nov. 2025.

UNITED NATIONS. **About Us**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us#:~:text=One%20place%20where%20the%20world's,contained%20in%20its%20founding%20Charter.>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

VIANA, Giovanna Laís Duarte. **A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os conflitos em torno da proposta de alteração: o caso da atuação diplomática brasileira** [livro eletrônico]. Teresina, PI: Edição da Autora, 2024. PDF.

VIANA, Giovanna Laís Duarte. Governança Global da Inteligência Artificial: a presidência brasileira no BRICS e os caminhos para uma regulação inclusiva do Sul Global. In: Monica Sapucaia Machado; Gabryella Cardoso da Silva. (Org.). **Livro 4 - Transição Justa: Direito, Regulação e Economia**. 1 ed.Brasília: Cátedra OEI Elena Piscopia, v. II, p. 182-209, 2026.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez, p. 273-335, 2007.

Funções de colaboração exercidas

Giovanna Laís Duarte Viana:	Conceitualização; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Obtenção de financiamento; Investigação; Escrita (primeira redação);
Raimundo Jucier Sousa de Asis:	Conceitualização; Metodologia; Validação; Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Resenha do livro “Conexiones sur-sur: las políticas exteriores de América Latina y el Caribe hacia África”

Book Review “South-South Connections: Latin American and Caribbean Foreign Policies towards Africa”

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.154286>

Juliana Ribeiro Lobato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
juliana.lobato@ufrgs.br  

Resumo

A obra “Conexiones sur-sur: las políticas exteriores de América Latina y el Caribe hacia África”, organizada por Jerónimo Delgado-Caicedo, Silvia Alejandra Perazzo, Myrna Rodríguez Añuez e Guilherme Ziebell de Oliveira, reúne 23 autores que examinam a política externa de países latino-americanos e caribenhos, evidenciando distintos níveis de aproximação com o continente africano ao longo das últimas décadas. A partir de uma abordagem comparativa, os textos ressaltam a ausência de políticas de Estado contínuas, bem como a influência de fatores históricos, culturais e políticos na configuração dessas relações. Discute-se, ademais, o papel de elementos compartilhados entre as regiões, além das limitações decorrentes de perspectivas governamentais eurocêntricas e da priorização de vínculos com países do Norte Global. Sendo assim, ao longo do livro, há uma tentativa de identificar padrões e especificidades, destacando casos de maior engajamento no continente africano e iniciativas regionais envolvendo organismos multilaterais.

Palavras-chave: África; América Latina e Caribe; Cooperação Sul-Sul.

Abstract

The book “Conexiones sur-sur: las políticas exteriores de América Latina y el Caribe hacia África”, edited by Jerónimo Delgado-Caicedo, Silvia Alejandra Perazzo, Myrna Rodríguez Añuez, and Guilherme Ziebell de Oliveira, brings together 23 authors who examine the foreign policy of Latin American and Caribbean countries, highlighting different levels of engagement with the African continent over the past few decades. Using a comparative approach, the texts emphasize the absence of continuous state policies, as well as the influence of historical, cultural, and political factors in shaping these relations. Furthermore, the role of shared elements between the regions is discussed, along with the limitations arising from eurocentric governmental perspectives and the prioritization of ties with countries of the Global North. Thus, throughout the book, there is an attempt to identify patterns and specificities, highlighting cases of greater engagement in the African continent and regional initiatives involving multilateral organizations.

Keywords: Africa; Latin America and the Caribbean; South-South Cooperation.

Recebido: 19 Março 2026
Aceito: 09 Abril 2026

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Publicado pela *Universidad Externado de Colombia*, o livro *Conexiones sur-sur: las políticas exteriores de América Latina y el Caribe hacia África*, organizado por Jerónimo Delgado-Caicedo, Silvia Alejandra Perazzo, Myrna Rodríguez Añuez e Guilherme Ziebell de Oliveira – docentes e especialistas nos estudos sobre o continente africano – reúne 23 autores distribuídos em 11 capítulos e oferece uma visão abrangente das relações que aproximam países latino-americanos, caribenhos e africanos. A obra percorre casos nacionais como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Jamaica, México, Peru, Uruguai e Venezuela, e encerra com uma análise das relações entre organismos regionais dos três espaços, além de um testemunho sobre a diplomacia cubana no continente africano. Nesse sentido, seu objetivo geral é sensibilizar as sociedades (e governos) latino-americanos e caribenhos quanto à importância de incorporar a África na formulação de suas políticas externas, especialmente em um contexto de reconfiguração da ordem internacional e de crescente projeção das potências emergentes associadas ao chamado Sul Global.

De forma geral, nas quatro décadas posteriores aos processos de independência, muitos países africanos atravessaram uma fase de consolidação estatal marcada por instabilidades políticas, dificuldades econômicas e limitada inserção internacional. Esse cenário, entretanto, começou a se transformar a partir dos anos 2000, quando o continente passou a ganhar destaque crescente, impulsionado por ritmos acelerados de expansão econômica, melhorias graduais em diversos indicadores sociais e pela relevância de seus recursos naturais e de seus mercados internos. Paralelamente, outros eventos também contribuíram para ampliar a visibilidade africana, tais como a criação do BRIC e a posterior entrada da África do Sul no grupo, assim como o fortalecimento da União Africana, evidenciado por sua atuação em fóruns globais e pelo debate do seu ingresso no G20. Esse conjunto de transformações, por sua vez, despertou o interesse de uma variedade de atores em aprofundar, renovar ou iniciar as suas relações com a África.

Nesse movimento mais amplo, as iniciativas de aproximação por países latino-americanos e caribenhos assumem um papel significativo, ainda que se desenvolvam de maneira distinta. Ao longo do livro, torna-se evidente que esse processo não ocorre de modo uniforme: enquanto alguns Estados avançaram na construção de vínculos mais consistentes, outros mantiveram relações limitadas e pouco institucionalizadas. No entanto, apesar de tais distinções, é possível identificar convergências importantes entre os casos analisados. Entre elas, destaca-se a existência de uma herança histórica compartilhada entre as sociedades latino-americanas, caribenhas e africanas. Soma-se a isso, também, o reconhecimento da contribuição das populações afrodescendentes para a formação das identidades nacionais, o que se tornou visível na música, na culinária, na linguagem e em diversos aspectos da vida cultural.

No entanto, observa-se que essas conexões foram frequentemente silenciadas ao longo do processo de construção estatal na América Latina e no Caribe. Em muitos casos, prevaleceram perspectivas eurocêntricas que tradicionalmente priorizaram vínculos políticos, econômicos e culturais com países do Norte Global, conferindo à África um papel secundário. Esse padrão, por sua vez, contribuiu para dificultar o desenvolvimento de relações estruturadas com o continente africano ao longo do tempo. Assim, com a notável exceção de Cuba, que será analisada adiante, a maior parte dos países não desenvolveu uma política externa contínua e orientada por objetivos claramente definidos para o continente.

Desse modo, ainda que alguns países, especialmente a partir do início do século XXI, tenham promovido iniciativas de aproximação, essas ações não se consolidaram como políticas de Estado, variando conforme as mudanças dos líderes de governo e perdendo força, gradualmente, diante de novas prioridades internas e externas. Os estudos de caso abordados ao longo do livro reforçam essa interpretação. No caso da Argentina, por exemplo, apesar dos vínculos históricos e da presença afrodescendente em momentos centrais como as Guerras de Independência, observa-se a ausência de uma estratégia consistente por parte das políticas da chancelaria, as quais seguem respondendo em maior grau a um mundo “euroatlântico” do que a um mundo “indopacífico”.

No Brasil, por sua vez, a relação com a África alterna entre proximidade e distanciamento: houve um impulso expressivo durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, com ênfase na cooperação Sul-Sul e na intensificação das relações diplomáticas, econômicas e políticas com os países africanos. Esse movimento teve continuidade no governo de Dilma Rousseff, ainda que com menor intensidade diante dos desafios internos, mas foi reduzido posteriormente nos mandatos seguintes, o que evidencia a dependência dessas iniciativas em relação às orientações dos governantes.

Ainda, outros países apresentam dinâmicas semelhantes. No Chile, a África historicamente ocupou um lugar secundário, mesmo diante de iniciativas pontuais como a participação em missões de paz. No México, há o desconhecimento da região e a ausência de visão e vontade políticas, o que contrasta com o crescente interesse de outros atores internacionais conforme mencionado anteriormente. Já no Peru e na Colômbia, as relações foram marcadas por uma inserção marginal, ainda que haja o reconhecimento recente, especialmente por parte do governo colombiano, da importância do continente.

Por outro lado, alguns casos apresentam características distintas. A Venezuela, especialmente durante o governo de Hugo Chávez, promoveu uma aproximação mais ativa com o continente africano, ampliando relações diplomáticas e participando de iniciativas como a Cúpula América do Sul-África. Ainda assim, a continuidade e o aprofundamento dessas relações dependem fortemente da estabilidade interna e da superação da crise que o país tem atravessado ao longo das últimas décadas, o que reforça a fragilidade institucional dessas políticas. Por fim, observa-se que a Jamaica apresenta vínculos mais específicos, como sua relação com a Nigéria, enquanto o Uruguai evidenciou, historicamente, posições em temas relevantes do contexto africano como o *apartheid* – e, inclusive, manteve relações bilaterais com a África do Sul mesmo diante de pressões internacionais.

Entretanto, o caso de Cuba, assim como o dos organismos internacionais, merece atenção específica. Primeiramente, observa-se que a trajetória cubana é singular: desde a Revolução, o internacionalismo tornou-se um dos pilares da política externa do país, conferindo ao continente africano um lugar de destaque consistente ao longo das décadas. Como resultado, Cuba desenvolveu uma relação contínua e prioritária com diversos Estados africanos – evidenciada, por exemplo, pelo fato de Havana abrigar hoje o maior número de embaixadas africanas entre as capitais latino-americanas e caribenhas. Em relação aos organismos regionais, por sua vez, nota-se um movimento relativamente constante de aproximação entre a União Africana e instituições latino-americanas e caribenhas, como a OEA e a CARICOM. Embora variem em intensidade e forma, essas interações refletem um interregionalismo crescente, o que possibilita o intercâmbio de experiências, a construção de acordos multilaterais e o enfrentamento conjunto de desafios, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

À vista disso, pode-se concluir que o livro oferece uma perspectiva simultaneamente ampla e aprofundada: de um lado, permite identificar padrões e pontos de convergência entre as trajetórias dos diversos países analisados; de outro, possibilita ao leitor interessado em um caso específico encontrar elementos para um estudo mais focalizado, já que os capítulos são, em geral, bem escritos e informativos. Ainda assim, o volume apresenta uma limitação que merece atenção: a ausência de maior uniformidade entre os capítulos. Enquanto alguns oferecem análises extensas sobre diferentes líderes e sobre a evolução da política externa ao longo de períodos mais amplos, outros se restringem a temáticas mais pontuais, resultando em níveis distintos de profundidade. Desse modo, uma maior harmonização das abordagens poderia facilitar comparações e favorecer estudos mais sistemáticos sobre a região.

Ainda assim, trata-se de uma leitura proveitosa para compreender as múltiplas dimensões dessas relações, especialmente no que diz respeito à cooperação Sul-Sul e aos desafios da inserção africana na agenda latino-americana e caribenha. A obra reúne perspectivas variadas, apresentadas por autores de diferentes nacionalidades, e oferece uma abordagem concisa e acessível para entender a política externa das nações analisadas, dialogando com debates contemporâneos, sobretudo aqueles relacionados à emergência do Sul Global. Como reflexão final, torna-se evidente que

ainda há muito a ser feito por parte desses países em suas iniciativas voltadas à África: é necessário reconhecer as particularidades do continente e elevá-lo à condição de prioridade nas políticas de Estado – e não apenas de políticas de governo sujeitas a mudanças a cada mandato. Fortalecer e ampliar esses vínculos, portanto, é fundamental, especialmente diante do papel cada vez mais relevante que a África desempenha no cenário internacional contemporâneo.

Referências

DELGADO-CAICEDO, Jerónimo et al. **Conexiones sur-sur: las políticas exteriores de América Latina y el Caribe hacia África.** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2025.

Funções de colaboração exercidas	
Juliana Ribeiro Lobato	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Informações fornecidas pela autora de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	

Uma leitura plural do internacional: notas sobre a obra *Figurações da Realidade Mundial*

A Plural Reading of the International: Notes on *Figurações da Realidade Mundial*

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.155606>

Tadeu Morato Maciel
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
tadeummaciell@gmail.com  

Resumo

A resenha analisa a obra *Figurações da Realidade Mundial*, de Paulo-Edgar Almeida Resende, publicada postumamente em 2025, situando-a no contexto das transformações teóricas e epistemológicas das Relações Internacionais. O texto examina os principais argumentos do livro, destacando sua crítica às perspectivas positivistas e estadocêntricas e sua defesa de uma compreensão plural e interdisciplinar do internacional. Argumenta-se que Resende constrói uma reflexão original ao deslocar o foco analítico das instituições formais para processos históricos, culturais e civilizatórios, ampliando os horizontes interpretativos do campo. Conclui-se que o livro constitui uma contribuição relevante para o pensamento crítico em Relações Internacionais no Brasil.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Transdisciplinaridade; Pensamento crítico.

Abstract

This review examines *Figurações da Realidade Mundial*, by Paulo-Edgar Almeida Resende, published posthumously in 2025, situating the work within the context of the theoretical and epistemological transformations of International Relations. It analyses the book's main arguments, highlighting its critique of positivist and state-centred perspectives, as well as its defence of a plural and interdisciplinary understanding of the international. The review argues that Resende develops an original reflection by shifting the analytical focus from formal institutions to historical, cultural, and civilisational processes, thereby broadening the interpretative horizons of the field. It concludes that the book constitutes a significant contribution to critical thinking in International Relations in Brazil.

Keywords: International Relations; Transdisciplinarity; Critical Thought.

Recebido: 20 Maio 2026
Aceito: 30 Maio 2026

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Escrever sobre *Figurações da Realidade Mundial* implica reconhecer uma obra que desafia classificações simples. Publicado postumamente em 2025 pela Editora Insular, o livro sintetiza décadas de reflexão intelectual de Paulo-Edgar Almeida Resende (1933-2011) e oferece ao campo das Relações Internacionais uma contribuição singular, marcada pela crítica aos paradigmas tradicionais do internacional, pela recusa de fronteiras rígidas entre disciplinas e pela defesa de uma compreensão plural da realidade mundial. Organizada e revisada por Paulo Edgar da Rocha Resende, Gilberto Rodrigues e Regina Gadelha, a publicação reúne o último esforço do autor para condensar suas formulações mais centrais em uma única obra, evidenciando a coerência de um pensamento que, ao longo de sua trajetória, problematizou os limites epistemológicos das Relações Internacionais enquanto campo disciplinar.

A relevância da obra deve ser situada no contexto das transformações teóricas das Relações Internacionais nas últimas décadas, marcadas pelas críticas às perspectivas positivistas e estadocêntricas. Inserindo-se nesse movimento, Resende desenvolve uma reflexão interdisciplinar que busca compreender o internacional para além das instituições formais. A noção de “figurações”, que dá título à obra, expressa essa proposta ao conceber a realidade mundial como produto de relações historicamente construídas, atravessadas por múltiplas formas de poder, cultura e transformação.

A estrutura da obra, dividida em três partes, sustenta essa proposta analítica. Na primeira, “O campo expandido das Relações Internacionais”, Resende reconstrói a formação histórica do internacional da Antiguidade à contemporaneidade, questionando a centralidade atribuída à Paz de Vestfália como marco fundador da disciplina. Ao enfatizar intercâmbios civilizatórios, processos imperiais, experiências coloniais e múltiplas formas de sociabilidade e circulação de ideias, o autor sustenta que o internacional não se restringe às relações entre Estados soberanos, estabelecendo um diálogo crítico com abordagens tradicionais centradas na segurança, na guerra e no equilíbrio de poder. Nesse sentido, sua reflexão distancia-se, por exemplo, tanto do realismo de Kenneth Waltz (2002), que privilegia a estrutura do sistema internacional e os Estados como unidades centrais de análise, quanto das perspectivas institucionalistas de Robert Keohane (1984), ao propor uma compreensão mais ampla do internacional, atravessada por dimensões históricas, culturais e civilizatórias frequentemente marginalizadas pelas correntes dominantes da disciplina.

A segunda parte, “Questões epistemológicas”, constitui o núcleo teórico mais denso da obra. Nela, Resende explicita sua crítica aos modelos positivistas de produção do conhecimento e à busca por explicações universais da realidade internacional, argumentando que os limites das Relações Internacionais decorrem de uma fragmentação excessiva do conhecimento. Nesse aspecto, sua reflexão aproxima-se de debates desenvolvidos por autores críticos como Rob Walker (2013) e Richard Ashley (1984), ao questionar a neutralidade do conhecimento e as fronteiras rígidas entre sujeito e objeto, interno e externo, nacional e internacional, enfatizando a historicidade, a contingência e a dimensão socialmente construída do internacional. Ao mesmo tempo, preserva uma formulação própria e profundamente interdisciplinar, ao insistir que o internacional não constitui uma esfera separada da vida social, mas uma dimensão constitutiva das próprias sociedades.

Nesse ponto, a influência de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Pierre-Joseph Proudhon torna-se perceptível. Contudo, a obra não opera por mera reprodução conceitual. Noções como fluxo, multiplicidade, desterritorialização e resistência são mobilizadas de forma criativa para pensar fenômenos internacionais para além das categorias tradicionais do campo, conferindo originalidade ao texto. Em um ambiente acadêmico frequentemente marcado pela valorização de modelos analíticos importados, *Figurações da Realidade Mundial* afirma a legitimidade de uma reflexão teórica situada, capaz de dialogar com referências globais sem renunciar à autonomia intelectual. Nesse sentido, o livro também pode ser lido como uma crítica à dependência epistemológica que historicamente marcou parte da produção latino-americana em Relações Internacionais.

A terceira parte da obra, “Temas da agenda contemporânea”, explicita de forma mais concreta o alcance dessa proposta analítica ampliada. Em vez de concentrar-se exclusivamente nos objetos clássicos das Relações Internacionais,

Resende incorpora temas frequentemente marginalizados pelo *mainstream* disciplinar. O papel da universidade, a releitura ousada da concepção de mestiçagem (em diálogo com a Antropologia), a atuação histórica da Igreja Católica, os direitos humanos, a guerra preventiva após os atentados de 11 de setembro e as identidades latino-americanas são tratados como elementos constitutivos da realidade internacional contemporânea. Ao abordar questões culturais, religiosas e identitárias como dimensões centrais do internacional, o autor rompe com fronteiras tradicionais do campo e evidencia que as dinâmicas globais não podem ser compreendidas apenas a partir dos Estados ou das instituições multilaterais. No caso da América Latina, destaca a importância de dimensões históricas, culturais e civilizatórias frequentemente negligenciadas pelas interpretações convencionais sobre a inserção internacional da região.

A linguagem do livro constitui outro elemento digno de nota. A escrita de Paulo Resende frequentemente assume caráter ensaístico, aforístico e, por vezes, deliberadamente fragmentário. As transições rápidas entre autores, conceitos e referências históricas exigem do leitor atenção constante. Em determinados momentos, essa densidade pode dificultar a leitura, sobretudo para públicos menos familiarizados com o debate teórico mobilizado pelo autor. Entretanto, seria equivocado interpretar essa característica como fragilidade argumentativa. Ao contrário, há profunda coerência entre forma e conteúdo: a escrita não linear expressa precisamente a concepção de conhecimento defendida ao longo da obra, baseada na recusa de compartimentalizações rígidas e na valorização da complexidade.

Como publicação póstuma, o livro apresenta algumas assimetrias de acabamento editorial, mais perceptíveis em trechos da terceira parte. Certos capítulos poderiam beneficiar-se de maior sistematização ou desenvolvimento argumentativo, o que foi impossibilitado pelo seu falecimento enquanto redigia esse trecho do livro. Ainda assim, tais características não comprometem a consistência geral da obra. Em certa medida, reforçam seu caráter de legado intelectual em permanente construção, preservando a abertura interpretativa que sempre marcou a trajetória de Paulo Resende.

Além de sua relevância teórica, *Figurações da Realidade Mundial* adquire importância particular quando situada na trajetória institucional do autor. Resende desempenhou papel decisivo na consolidação das Relações Internacionais no Brasil, especialmente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde atuou por mais de 40 anos e participou da criação do curso de Relações Internacionais, contribuindo para a formação de sucessivas gerações de pesquisadores e pesquisadoras. Sua atuação intelectual sempre esteve associada à defesa de uma universidade crítica, interdisciplinar e aberta ao diálogo com os dilemas contemporâneos.

Nesse sentido, o livro também permite compreender aspectos mais amplos da formação das Relações Internacionais no Brasil. Em contraste com trajetórias marcadas pela importação acrítica de modelos teóricos estrangeiros, Resende buscou articular referências internacionais e experiências históricas latino-americanas, ampliando os horizontes analíticos do campo sem reproduzir agendas intelectuais dominantes. A atualidade dessa reflexão torna-se ainda mais evidente diante de um cenário internacional marcado por crises múltiplas, fragmentação política, disputas identitárias e crescente questionamento das instituições multilaterais. Em um contexto no qual categorias tradicionais frequentemente se mostram insuficientes para interpretar a complexidade do presente, a insistência do autor na pluralidade das figurações do mundo revela notável capacidade de antecipação analítica. Mais do que oferecer respostas fechadas, a obra convida o leitor a problematizar pressupostos e reconhecer a complexidade constitutiva do internacional, reafirmando a importância de perspectivas críticas capazes de escapar às simplificações teóricas e às fronteiras rígidas entre disciplinas.

Por essas razões, o livro ocupa lugar relevante não apenas como síntese do pensamento de Paulo-Edgar Almeida Resende, mas também como intervenção intelectual no debate contemporâneo sobre os rumos das Relações Internacionais. Sua principal contribuição talvez resida justamente na capacidade de lembrar que o internacional não constitui esfera autônoma, separada da vida social, mas dimensão profundamente atravessada por disputas culturais,

processos históricos, formas de poder e experiências humanas múltiplas. Em tempos de crescente complexidade global, essa continua sendo uma provocação teórica e política de enorme relevância.

Referências

ASHLEY, Richard K. The Poverty of Neorealism. **International Organization**, vol. 38, n. 2, 1984, p. 225-286.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. **Figurações da Realidade Mundial**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2025. ISBN 978-85-524-0559-7

WALKER, Rob B. J. **Inside / Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/ Editora Apicuri, 2013.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa, Gradiva, 2002.

Funções de colaboração exercidas

Tadeu Morato Maciel

Conceituação; Metodologia; Validação; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Diretrizes para autores

1. A revista *Conjuntura Austral* publica Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, nos idiomas português, inglês e espanhol;
2. A revista está dividida em quatro seções: Conjuntura (Análises de Conjuntura); Pesquisa (Artigos de Pesquisa); Leitura (Resenhas Bibliográficas) e Dossiê (Dossiês temáticos e Edições Especiais);
3. As contribuições devem ser originais e podem ter sido depositadas (de forma prévia ou simultânea à submissão para avaliação na revista) nos servidores de preprint considerados pela *Conjuntura Austral*;

3.1 A revista aceita submissões de preprints depositados nos seguintes servidores:

- [American Political Science Association](#)
- [OSFPreprints](#)
- [Preprints.org](#)
- [SciELO Preprints](#)

3.1.1. Caso decida realizar o depósito do manuscrito em servidor de preprint de maneira simultânea à submissão para a revista, os(as) autores(as) se comprometem a depositá-lo em um dos servidores considerados pela *Conjuntura Austral*;

3.2 Os preprints submetidos à revista serão avaliados por três pareceristas, sendo ao menos um membro do Comitê Editorial e outros dois selecionados de forma *ad hoc* pelo Comitê Editorial;

3.2.1. Caso solicitado, os nomes dos(as) pareceristas poderão ser, a critério do Comitê Editorial, informados aos(as) autores(as) do manuscrito;

3.2.2. Em caso de aprovação dos preprints para publicação, os pareceres emitidos serão também publicados, acompanhados dos nomes dos(as) respectivos(as) avaliadores(as);

3.3 Caso a contribuição esteja depositada em servidor de preprint, os(as) autores deverão informar o fato ao Comitê Editorial por meio do preenchimento do campo específico na Carta ao Comitê Editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento suplementar no momento da submissão do manuscrito;

4. Os manuscritos submetidos à revista devem respeitar critérios específicos de números mínimos e máximos de caracteres; nessa contabilização são incluídos título, resumo e palavras chave (no idioma original e em inglês), corpo do texto e notas de rodapé; não são incluídas as referências.

4.1 Trabalhos que não estejam adequados aos tamanhos estabelecidos poderão, mediante solicitação e a partir da avaliação do Comitê Editorial, ser considerados para a publicação; o registro dessa solicitação, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados no momento da submissão, na seção "Comentários ao editor" no processo de submissão de artigos no sistema;

4.2 Os artigos de Análise de Conjuntura devem conter entre 15 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços);

4.2.1 As Análises de Conjuntura deverão ser textos científicos que analisem uma situação ou fato atual, buscando uma interpretação que localize tal situação em estruturas explicativas (teóricas ou históricas) mais amplas. Diferentemente de um texto jornalístico ou informativo, a análise de conjuntura internacional deverá procurar elementos explicativos mais amplos, fundamentados em bibliografia pertinente, correlacionando a questão abordada. As análises de conjuntura devem conseguir articular elementos conjunturais e estruturais de forma equilibrada, oferecendo uma explicação provisória ao problema internacional apontado.

4.3 Os Artigos de Pesquisa devem conter entre 35 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços);

4.3.1 Os artigos de pesquisa deverão ser trabalhos resultantes de pesquisa científica original. Podem ser resultados parciais de pesquisas mais amplas, mas que já podem ser divulgados como uma unidade encerrada. Devem ter originalidade, precisão conceitual, definição do problema, dos objetivos e tratamento correto dos dados, adotar e apresentar de forma clara metodologia adequada, ser referenciado em bibliografia pertinente, e apresentar seus resultados. O texto deve ser suficientemente claro para um público mais amplo. O uso de imagens e tabelas que não tenham sido produzidas para o artigo enfraquecem a submissão e devem ser evitadas.

4.4 As Resenhas Bibliográficas devem conter entre 7 mil e 9 mil caracteres (espaços inclusive).

4.4.1 As resenhas deverão ter caráter crítico e analítico, não devendo limitar-se à apresentação da obra em questão. Espera-se que o texto contribua não apenas para o conhecimento da obra (identificando de forma clara e objetiva tanto seu argumento central, quanto sua estrutura de sustentação), mas também para situá-la no campo de estudos de Relações Internacionais, apresentando elementos que demonstrem sua interlocução com outras obras e também sua atualidade e relevância;

5. Os dados sobre os(as) autor(as) (nome completo, titulação, ORCID iD, filiação institucional – com o nome da instituição por extenso – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista para todos os(as) autores(as);

5.1 Essas informações deverão ser igualmente preenchidas na Carta ao Conselho editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento complementar no momento da submissão do manuscrito;

5.2 Os manuscritos, especialmente aqueles que não estejam depositados em servidores de preprints, não devem conter qualquer informação dos(as) respectivos(as) autores(as);

6. O completo preenchimento, pelos(as) autores(as), do formulário de submissão do artigo no sistema da Revista é imprescindível; submissões com dados incompletos não serão encaminhadas para avaliação;

6.1 O formulário de submissão do artigo deve ser obrigatoriamente preenchido também em inglês, o que é possível por meio da opção de troca de idioma disponível na parte superior do formulário (é necessário alterar o idioma no campo específico, no topo do formulário, e clicar no botão "submeter");

6.2 A seção do formulário de submissão destinada ao URL deve ser preenchida com o link para o Currículo Lattes do(a) autor(a) – sempre que ele(a) tiver um;

6.3 Todos(as) autores(as) devem ter seu ORCID iD informado no momento da submissão; caso o formulário informe que o ORCID id é inválido, tente retirar o "S" de "https" no endereço do ORCID iD; caso o problema persista, contate a equipe da *Conjuntura Austral*;

7. Não serão considerados para avaliação artigos com mais de três autores, salvo em casos considerados pertinentes pelo Comitê Editorial; o registro de solicitação para tanto, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados na seção "Comentários ao editor", no processo de submissão de artigos no sistema;

8. A titulação mínima para a submissão de manuscritos é Mestre(a);

8.1 Não serão aceitos trabalhos de graduandos(as), nem mesmo na condição de coautores(as);

8.2. Trabalhos de mestrands(as) só serão aceitos se acompanhados de outro(a) autor(a) com titulação maior;

9. No caso de resenhas bibliográficas, só serão aceitas contribuições de obras publicadas no máximo 24 meses antes da submissão do manuscrito;

9.1 Nas resenhas devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;

9.2 As resenhas não passarão pelo processo de revisão duplo-cego por pares, sendo sua avaliação realizada por integrantes do Comitê Editorial da revista;

10. Todas as contribuições devem vir acompanhadas de:

10.1 Três palavras-chave no idioma original e em inglês, separadas por ponto-e-vírgula (;);

10.2 Título no idioma original e em inglês;

10.3 Resumo no idioma original e em inglês;

10.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;

11. No caso das contribuições em inglês, elas também devem apresentar:

11.1 Três palavras-chave em um segundo idioma (português ou espanhol), separadas por ponto-e-vírgula (;);

11.2 Título em um segundo idioma (português ou espanhol);

11.3 Resumo em um segundo idioma (português ou espanhol);

11.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;

12. Os títulos dos artigos devem ter no máximo 200 caracteres (espaços incluídos), e não devem ser inseridos totalmente em maiúsculas no momento da submissão no sistema;

13. Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras, bem como apresentar, de forma clara e concisa, o tema, os objetivos, a metodologia utilizada e as conclusões do trabalho;

14. As contribuições deverão ser geradas por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e apresentada em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos; contribuições em qualquer outro formato não serão aceitas;

15. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas ou links;

15.1 Caso a nota de rodapé seja incluída no final da frase, ela deve ser inserida depois do ponto final.

16. O uso de imagens (fluxogramas, mapas, tabelas, gráficos e figuras) deve ser restrito ao essencial para a ilustração dos argumentos desenvolvidos no texto;

16.1 As tabelas, fluxogramas, gráficos e quadros devem ser produzidos no mesmo software de produção de textos utilizado na elaboração do manuscrito (ou em um software compatível), e devem ser incluídos no corpo do texto, com títulos, legendas e referências adequados, e não como imagens ou ao final do texto, como anexos;

16.2 A localização de mapas e imagens deve ser indicada de forma sequencial ([Figura 1], [Figura 2], etc.) no corpo do texto, acompanhada do título e das respectivas referências;

16.2.1 As imagens não devem ser incluídas no corpo do texto, e sim encaminhadas como documentos complementares, em formato .jpeg com resolução de ao menos 300 dpi;

16.2.2 No caso de imagens que não tenham sido produzidas pelo autor e que não tenham uma licença que permita sua livre reprodução, a submissão deve incluir, como documento complementar, uma autorização formal assinada pelo autor, editor e/ou detentor do copyright da imagem para seu uso e reprodução no artigo submetido à *Conjuntura Austral: journal of the Global South*.

17. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10pt.

17.1 As citações diretas devem estar obrigatoriamente no mesmo idioma que o artigo; caso o texto original esteja em outro idioma, a tradução do trecho em questão deverá ser usada no corpo do texto, acompanhada da indicação de que a tradução foi feita pelos(as) autores(as) do manuscrito, e a versão original poderá ser introduzida como nota de rodapé;

18. As referências devem ser listadas ao final do texto e devem se restringir àquelas efetivamente citadas no artigo.

18.1 No corpo do texto deve ser observado estritamente o sistema (AUTOR/A, data). Não serão aceitas referências bibliográficas completas em notas de rodapé.

19. As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no final do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, as referências devem ser inseridas obrigatoriamente no campo destinado a elas no momento da submissão no sistema. O formato utilizado pela Revista é:

SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (Eds). Título do livro: subtítulo do livro. Cidade: Editora, Ano, cap.X, p. xx-xx.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. Cidade do periódico, v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: Link para o artigo. Acesso em dia mês ano.

SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade, País, Ano, (nº de páginas)p.

SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: link para a notícia. Acesso em dia mês. ano.

20. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográficas, utilizar a NBR 6023:2018 e a NBR 10520:2002 da ABNT como referência;

20.1 Como forma de assegurar a conformidade com o estilo adotado pela revista, a Conjuntura Austral incentiva os(as) autores(as) a utilizarem a ferramenta [MyBib](#) para a elaboração da lista de referências;

20.1.1 O estilo de citação a ser utilizado é “*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SBUFRGS - ABNT (autoria completa) (Portuguese - Brazil)*”;

- 20.2 Em caso de dúvidas, os(as) autores(as) são aconselhados(as) a consultar a equipe da Conjuntura Austral antes da submissão dos manuscritos;
21. Os manuscritos submetidos à Conjuntura Austral não devem conter jargões, devendo ser escritos de forma clara e concisa. Linguagem não-discriminatória e científica são obrigatórias, e termos racistas, sexistas e/ou que expressem qualquer forma de preconceito não serão tolerados;
22. Termos e expressões em outro idioma que não o principal do artigo devem estar indicados em itálico;
23. Os conjuntos de dados usados para sustentar argumentos e conclusões de artigos devem, preferencialmente, estar disponíveis de forma integral e gratuita para os(as) leitores(as) da revista;
- 23.1 Os manuscritos submetidos devem citar e referenciar todos os dados, bases de dados, códigos de programas e outros materiais que tenham sido utilizados ou gerados na pesquisa;
24. Os artigos devem, obrigatoriamente, conter seções de introdução, de conclusão e de referências;
- 24.1 A fragmentação excessiva do restante do texto, com a inclusão de mais de duas subseções, deverá ser evitada;
- 24.2 Na seção de introdução dos manuscritos devem ser apresentados de forma clara e facilmente identificável o tema e o problema da pesquisa, além da metodologia utilizada;
- 24.3 Na seção de introdução e nas conclusões, quadros, tabelas ou figuras de qualquer natureza não são permitidos;
25. A Conjuntura Austral não publica mais de um artigo de um(a) mesmo(a) autor(a) em um intervalo menor do que doze meses; não serão aceitas submissões simultâneas de um(a) mesmo(a) autor(a);
26. Os(as) autores(as) deverão preencher a Carta ao Conselho Editorial, disponível neste [link](#), e incluí-la como documento complementar no momento da submissão do artigo;
27. Agradecimentos devem ser incluídos apenas em casos em que façam referência a apoio substancial recebido pelos(as) autores(as) no desenvolvimento da pesquisa que originou o artigo;
- 27.1. Os agradecimentos devem ser inseridos, pelos autores, no campo indicado na Carta ao Conselho Editorial;
- 27.2 Agradecimentos a auxílios ou financiamentos, bem como agradecimentos a colaborações de colegas e eventual menção à origem de um artigo (como, por exemplo, teses) devem ser indicados nesta seção;
- 27.3 Agradecimentos aos(as) pareceristas e dedicatórias não são permitidos;
- 27.4 Agradecimentos a indivíduos devem preceder agradecimentos a instituições ou agências;
28. Caso o manuscrito submetido seja aprovado para publicação, os(as) autores(as) se comprometem a fornecer, à Conjuntura Austral, materiais como comunicados de imprensa, entrevistas ou quaisquer outras informações solicitadas pelo Comitê Editorial;
29. A Conjuntura Austral: journal of Global South está aberta a propostas de dossiês temáticos ou edições especiais;
- 29.1 Um dossiê temático ou edição especial inclui, geralmente, entre 5 e 7 artigos que versem sobre um tema comum ou um mesmo conjunto de questões;
- 29.2. Propostas de dossiês temáticos e/ou edições especiais deverão ser enviadas para o e-mail da revista (conjunturaaustral@ufrgs.br), ter no máximo três autores(as), e ser acompanhadas das seguintes informações:
- 29.2.1. Nome(s), filiação por extenso, informações de contato, currículos resumidos dos(as) proponentes, bem como os link para seus Currículos Lattes (quando houver) e ORCIDid;
- 29.2.1.1 Ao menos um(a) dos(as) autores(as) deve ter título de doutor(a), e todos(as) devem ter ao menos título de mestre(a);
- 29.2.2 Proposta da edição especial ou dossiê, com no máximo 4.000 palavras de extensão (contabilizadas as notas e referências), contendo o título proposto para a edição especial, uma apresentação da temática da edição proposta e as justificativas da proposta;
- 29.2.3 Uma lista com os nomes, ORCIDid e contatos de ao menos 10 (dez) possíveis pareceristas a serem considerados para atuar na edição.
- 29.3. Em conjunto com o Comitê Editorial da Conjuntura Austral, os(as) proponentes do dossiê ou edição especial, na condição de Editores(as) Convidados(as), ficarão responsáveis por divulgar a edição e captar artigos para avaliação, bem como por supervisionar os processos de revisão por pares;
- 29.3.1 Aos(as) proponentes será facultado a elaboração de um Editorial para edição, o qual deverá ter caráter científico, sendo passível de citação acadêmica, e não se limitando à mera apresentação da edição;
- 29.4. As propostas aprovadas ficarão disponíveis no sistema da Revista Conjuntura Austral, como chamada especial, por no mínimo 60 dias, que é o prazo que todas as pessoas (seguindo as diretrizes da Revista) poderão enviar artigos, resenhas ou análises de conjuntura;
- 29.4.1 A Conjuntura Austral não publica números fechados ou completos, ficando, portanto, todos os dossiês temáticos e edições especiais abertos à submissão de trabalhos por todos(as) os pesquisadores(as) interessados.
- 29.5. Os trabalhos submetidos para essas edições deverão seguir as mesmas orientações das demais submissões, sendo incluídos apenas em uma seção diferente da revista, no momento da submissão, e serão submetidos ao mesmo processo de revisão cega por pares.
30. Somente serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com todas as diretrizes estabelecidas pela revista.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; se não for esse o caso, uma justificativa deve ser incluída no campo "Comentários ao editor";
2. Os arquivos para submissão foram gerados por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não ultrapassando 2MB); documentos em qualquer outro formato não serão aceitos.
3. URLs para as referências foram informadas sempre que necessário.
4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas foram geradas no processador de texto e estão inseridas no corpo do texto, não no final do documento, como anexos; as imagens tem seu espaço de inserção indicado no corpo do texto, em numeração sequencial entre colchetes ([Imagem 1], [Imagem 2], etc.) e serão incluídas como documentos suplementares.

5. O texto está plenamente de acordo com os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e demais critérios e exigências descritos nas [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
6. No caso de manuscritos que não tenham sido depositados em servidores de preprint, a identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção "Propriedades" no software de processamento de texto, garantindo, desta forma, o critério de sigilo da revista, conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação Cega por Pares](#).
7. Caso os(as) autores(as) decidam depositar o manuscrito em um servidor de preprints de forma simultânea à submissão para avaliação na revista, estes se comprometem a depositá-lo em um dos servidores aceitos pela Conjuntura Austral;
8. Os(as) autores(as) asseguram que a existência de quaisquer conflitos de interesse de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e/ou pessoal com relação ao manuscrito, bem como todo o apoio material e/ou financeiro recebido para o desenvolvimento deste trabalho, estão claramente informados no campo "Comentários ao Editor".
9. Os(as) autores(as) preencheram correta e integralmente a [Carta ao Comitê Editorial](#), que será encaminhada como documento suplementar na submissão de seu manuscrito.
10. Os(as) autores(as) estão cientes e plenamente de acordo com as [Diretrizes de ética e de boas práticas editoriais](#) adotadas pela revista.

Declaração de direito autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores(as) mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0](#), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o(a) autor(a) e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.
- b. Autores(as) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores(as) têm permissão para publicar, nos repositórios considerados pela Conjuntura Austral, a versão preprint dos manuscritos submetidos à revista a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).
- d. Autores(as) têm permissão e são incentivados(as) a publicar e distribuir online (em repositórios institucionais e/ou temáticos, em suas páginas pessoais, em redes ou mídias sociais, etc.) a versão posprint dos manuscritos (aceitos e publicados), sem qualquer período de embargo.
- e. A *Conjuntura Austral: journal of the Global South*, imbuída do espírito de garantir a proteção da produção acadêmica e científica regional em Acesso Aberto, é signatária da [Declaração do México sobre o uso da licença Creative Commons BY-NC-SA para garantir a proteção da produção acadêmica e científica em acesso aberto](#).

Apoio:

